

# Metodologia de Sustentabilidade do Monitor de Investimentos

Barbara Brakarz  
Karisa Ribeiro  
Marcos Siqueira Moraes  
Vanessa Callau  
Fabio Hideki Ono  
Rodolfo Gomes Benevenuto  
Diego Camargo Botassio  
Ana Flávia Prado Rocha  
Cecília Polacow Herzog  
Francisco Sanches de Faria  
Letícia Coradini Frantz  
Paulo Ricardo Ricco Uranga

Setor de Mudanças Climáticas e  
Desenvolvimento Sustentável

NOTAS  
TÉCNICAS Nº  
IDB-TN-2607

# Metodologia de Sustentabilidade do Monitor de Investimentos

Barbara Brakarz  
Karisa Ribeiro  
Marcos Siqueira Moraes  
Vanessa Callau  
Fabio Hideki Ono  
Rodolfo Gomes Benevenuto  
Diego Camargo Botassio  
Ana Flávia Prado Rocha  
Cecília Polacow Herzog  
Francisco Sanches de Faria  
Letícia Coradini Frantz  
Paulo Ricardo Ricco Uranga

Dezembro de 2022

**Catálogo na fonte fornecida pela  
Biblioteca Felipe Herrera do  
Banco Interamericano de Desenvolvimento**

Metodologia de sustentabilidade do monitor de investimentos / Barbara Brakarz, Karisa Ribeiro, Marcos Siqueira Moraes, Vanessa Callau Ferreira, Fabio Hideki Ono, Rodolfo Gomes Benevenuto, Diego Camargo Botassio, Ana Flávia Prado Rocha, Cecília Polacow Herzog, Francisco Sanches de Faria, Letícia Coradini Frantz, Paulo Ricardo Ricco Uranga.

p. cm. — (Nota técnica do BID ; 2607)

Inclui referências bibliográficas.

1. Infrastructure (Economics)-Brazil-Finance. 2. Infrastructure (Economics)-Environmental aspects-Brazil. 3. Sustainable transportation-Brazil. 4. Sustainable development-Brazil. I. Brakarz, Barbara. II. Ribeiro, Karisa. III. Siquiera, Marcos. IV. Callau, Vanessa. V. Hideki, Fabio. VI. Gomes, Rodolfo. VII. Camargo, Diego. VIII. Prado, Ana. IX. Polacow, Cecilia. X. Sanches, Francisco. XI. Coradini, Letícia. XII. Ricco, Paulo. XIII. Banco Interamericano de Desenvolvimento. Divisão de Mudança Climática. XV. Série. IDB-TN-2607

<http://www.iadb.org>

Copyright © 2022 Banco Interamericano de Desenvolvimento. Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons IGO 3.0 Atribuição-NãoComercial-SemDerivações (CC BY-NC-ND 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/igo/legalcode>) e pode ser reproduzida com atribuição ao BID e para qualquer finalidade não comercial. Nenhum trabalho derivado é permitido.

Qualquer controvérsia relativa à utilização de obras do BID que não possa ser resolvida amigavelmente será submetida à arbitragem em conformidade com as regras da UNCITRAL. O uso do nome do BID para qualquer outra finalidade que não a atribuição, bem como a utilização do logotipo do BID serão objetos de um contrato por escrito de licença separado entre o BID e o usuário e não está autorizado como parte desta licença CC-IGO.

Note-se que o link fornecido acima inclui termos e condições adicionais da licença.

As opiniões expressas nesta publicação são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a posição do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva, ou dos países que eles representam.



# METODOLOGIA DE SUSTENTABILIDADE DO **MONITOR DE INVESTIMENTOS**



## **Autores**

Barbara Brakarz

Karisa Ribeiro

Marcos Siqueira Moraes

Vanessa Callau Ferreira

Fabio Hideki Ono

Rodolfo Gomes Benevenuto

Diego Camargo Botassio

Ana Flávia Prado Rocha

Cecília Polacow Herzog

Francisco Sanches de Faria

Letícia Coradini Frantz

Paulo Ricardo Ricco Uranga

Este relatório é baseado em uma análise feita pela CODEX em cooperação com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Ministério da Economia (ME) em virtude da operação RG-T3291 (Integrando o Marco de Infraestrutura Sustentável do BID no Processo de Planejamento, Projeto, Aquisição e Financiamento de Ativos de Infraestrutura) financiada pelo BID. O relatório apresenta novas evidências para formuladores de políticas públicas e agentes do mercado. As opiniões expressas no trabalho são de seus autores e não necessariamente refletem as visões do BID, seu Conselho de Diretores ou dos países que eles representam.

# Apresentação

Investimentos em infraestrutura têm efeitos significativos na economia, como aumento de produtividade, competitividade e geração de empregos em diversos setores. Decisões sobre investimentos tomadas hoje impactarão os alicerces do modelo de desenvolvimento de longo prazo. Tendo em vista a importância dos investimentos em infraestrutura para a trajetória de crescimento do país, a Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura, da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (SDI / SEPEC / ME), em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), desenvolveram o Monitor de Investimentos e a Ficha de Sustentabilidade, contida nesta nota metodológica.

A Ficha de Sustentabilidade propõe uma metodologia adaptada ao contexto brasileiro que tem como base o Marco de Infraestrutura Sustentável do BID. Além da apresentação de dados e séries históricas de investimentos (agregado, setor e subsetor), o Monitor de Investimentos também irá consolidar os resultados das avaliações de sustentabilidade dos diversos projetos de infraestrutura segundo a metodologia consolidada neste documento. Ressalta-se que a análise de aspectos de sustentabilidade de um projeto é um elemento central para robustecer as decisões de investimentos e a gestão de riscos de investidores, credores e seguradores.

Além disso, a incorporação estratégica da sustentabilidade como princípio orientador do planejamento da infraestrutura aumenta a qualidade e a resiliência da carteira de projetos do país, facilita a atração de capital privado e coloca o Brasil em linha com as melhores práticas internacionais em promoção da sustentabilidade. Nesse sentido, o Monitor de Investimentos e os resultados almejados a partir da publicação desta metodologia conferem, também, maior transparência às ações do governo, facilitando o diálogo com a sociedade civil, empresas, academia e órgãos multilaterais sobre a sustentabilidade da infraestrutura no Brasil.

## Lista de figuras

Figura 1. Fases do Ciclo de Vida do Ativo de Infraestrutura.....	11
Figura 2. Dimensões da metodologia adotada para o Brasil.....	12
Figura 3. Metodologia adotada para o Brasil .....	18
Figura 4. Exemplo de apresentação de atributos na Ficha de Sustentabilidade.....	24

## Lista de quadros

Quadro 1. Exemplo de atributo consolidado (dimensão econômica e financeira) .....	18
Quadro 2. Definição dos níveis .....	19
Quadro 3. Fases do ciclo de vida do projeto .....	21
Quadro 4. Descrição dos Atributos da dimensão econômica e financeira .....	25
Quadro 5. Descrição dos atributos da dimensão ambiental e resiliência climática .....	27
Quadro 6. Descrição dos Atributos da dimensão social .....	29
Quadro 7. Descrição dos Atributos da dimensão institucional .....	31
Quadro 8. Os 16 atributos consolidados pelos bancos multilaterais e equivalência com os brasileiros.....	33
Quadro 9. Princípios do G20 e equivalência com os atributos brasileiros.....	37
Quadro 10. Agendas Globais e Boas Práticas para suporte dos atributos .....	43
Quadro 11. Embasamento legal para suporte dos atributos .....	51
Quadro 12. Glossário.....	64

# Índice

<b>1. Introdução</b>	<b>4</b>
<b>2. Atributos da Infraestrutura Sustentável</b>	<b>9</b>
<b>3. Ficha de Sustentabilidade</b>	<b>12</b>
<b>4. Metodologia</b>	<b>15</b>
4.1 Apresentação dos Resultados	27
4.2 Dimensão Econômica e Financeira	29
4.3 Dimensão Ambiental e Resiliência Climática	31
4.4 Dimensão Social	34
4.5 Dimensão Institucional	37
4.6 Equivalência dos Atributos Brasileiros com os Consolidados pelos Bancos Multilaterais e G20	40
4.7 Embasamento Legal, Agendas Globais e Boas Práticas	54
4.8 Glossário	80
<b>5 Considerações Finais</b>	<b>86</b>
<b>Referências</b>	<b>87</b>
<b>Apêndice A</b>	<b>90</b>



# Siglas

<b>ACB</b>	Análise Custo-Benefício
<b>AESTA</b>	Análise Econômica da Solução Técnica Adotada
<b>ASG</b>	Ambientais, Sociais e de Governança
<b>BID</b>	Banco Interamericano de Desenvolvimento
<b>CDB</b>	Convenção sobre Diversidade Biológica
<b>CMPC</b>	Custo Médio Ponderado de Capital
<b>EIA/RIMA</b>	Estudo e Relatório de Impacto Ambiental
<b>EVTEA</b>	Estudo de Viabilidade Técnico Econômica e Financeira
<b>GEEe</b>	Gases de Efeito Estufa e Equivalentes
<b>LI</b>	Licença de Instalação
<b>LO</b>	Licença de Operação
<b>LP</b>	Licença Prévia
<b>ME</b>	Ministério da Economia
<b>MIS</b>	Marco de Infraestrutura Sustentável
<b>NA</b>	Não Aplicável
<b>NIBS</b>	Instituto Nacional de Ciências da Construção
<b>PPP</b>	Parceria Público-Privada
<b>OCde</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>ODS</b>	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
<b>RFP</b>	<i>Request for Proposal</i>
<b>RFQ</b>	<i>Request for Quote</i>
<b>SEPEC</b>	Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade
<b>SIP</b>	Programa de Infraestrutura Sustentável
<b>SDI</b>	Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura
<b>SIEM</b>	Subsecretaria de Inteligência Econômica e de Monitoramento de Resultados

## 1

# INTRODUÇÃO

O investimento em infraestrutura – em especial em setores como transporte, energia, saneamento e telecomunicações – é fundamental e estratégico para a promoção do desenvolvimento econômico. Tal investimento gera efeitos multiplicadores – ou seja, aumento de produtividade e competitividade do país, além da geração de empregos diretos e indiretos, por todos os setores beneficiados pela infraestrutura. Em um momento de recuperação da crise econômica causada pela pandemia de COVID-19, um aumento de 1 % no investimento público pode impulsionar o PIB em 2,7%, o investimento privado em 10 % e o emprego em 1,2 % se os investimentos forem de alta qualidade (FMI, 2020).

Para que tal crescimento econômico seja estável e de longo prazo, é preciso que além de viável do ponto de vista financeiro, o investimento seja também ambientalmente sustentável, e socialmente inclusivo e equitativo. Além disso, as instituições envolvidas no ciclo de vida da infraestrutura – desde o planejamento do *pipeline* até o descomissionamento de ativos específicos – devem estar amparadas em aparatos regulatórios, normativos e de governança que permitam a boa gestão de todos os aspectos anteriormente mencionados, de maneira transparente e sob os mais elevados padrões éticos.

A infraestrutura tem papel central para o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos objetivos do Acordo de Paris. Os ativos de infraestrutura têm longos ciclos de vida, o que significa que decisões tomadas hoje terão impacto por décadas à frente. Frente a um cenário de mudanças climáticas, a infraestrutura precisa ser resiliente aos impactos do clima e, para além disso, estar alinhada a modelos de baixo carbono. Estudos do Instituto Nacional de Ciências da Construção (NIBS) dos EUA mostram que a cada dólar investido em prevenção de desastres (inundações ribeirinhas ou costeiras, furacões, terremotos ou incêndios florestais), 6 dólares são economizados na recuperação, em termos de segurança, proteção de propriedade e continuidade dos negócios. É preciso endereçar a mitigação das emissões de carbono, desde o planejamento da infraestrutura, e em cada fase do ciclo de vida dos ativos de infraestrutura<sup>1</sup>, e evitar investimentos em ativos que possam se tornar ociosos antes do fim de seu ciclo de vida devido ao impacto de carbono, considerando-se que o mundo transita para a descarbonização.

Da mesma forma, impactos negativos sobre o capital natural devem ser minimizados, a biodiversidade deve ser conservada e preservada. Os serviços ecossistêmicos impactados pela infraestrutura, ou dos quais ela depende, devem ser mantidos saudáveis e pujantes.

Sob os aspectos sociais, a infraestrutura deve ser desenvolvida e pensada para que seja construída e preste serviços de maneira equitativa, acessível e inclusiva, e com alta qualidade.

Por todo o planeta, investimentos em novas infraestruturas ou manutenção/atualização dos ativos existentes têm, na atualidade, a oportunidade de evolução para modelos mais sustentáveis. Esse movimento é pilar essencial para o desenvolvimento de economias de baixo-carbono, resilientes ao clima, inclusivas e prósperas.

O Brasil, como muitos países pelo mundo, enfrenta um cenário de restrições orçamentárias para investimento em infraestrutura, ao mesmo tempo em que possui o desafio de reduzir o hiato no desenvolvimento do setor, essencial para a recuperação econômica e para aumento da competitividade do país. Em paralelo, os investidores privados estão, cada vez mais, adotando critérios ASG (ambientais, sociais e de governança) para basear suas decisões de investimento, a fim de minimizar riscos às suas carteiras.

---

1 São consideradas para essa Ficha de Sustentabilidade três fases do ciclo de vida do ativo / projeto de infraestrutura: preparação do projeto; construção, e; operação e/ou descomissionamento. A Ficha brasileira baseou-se no Marco da Infraestrutura Sustentável do BID, que define o ciclo da infraestrutura sustentável como começando na estratégia e planejamento do portfólio, e inclui todas as fases do ciclo de vida de cada ativo, ou seja, design de projeto, construção, operações e manutenção e, finalmente, descomissionamento.

É fundamental, neste contexto, um planejamento que priorize os investimentos que proporcionem maior benefício econômico, social e ambiental, com especial destaque para as mudanças do clima.

Considerando que um dos maiores desafios no planejamento é que todos os projetos possam ser avaliados segundo parâmetros comuns, faz-se necessário o estabelecimento de metas planejadas e indicadores confiáveis que viabilizem o acompanhamento da implementação da infraestrutura.

Visando atender o artigo 110, inciso II, do Decreto nº 9.745, que estabelece a competência de “coordenar a elaboração e monitorar a aplicação de metodologia de priorização de projetos de infraestrutura, para maximização da produtividade e da competitividade do País” (BRASIL, 2019), a Subsecretaria de Inteligência Econômica e de Monitoramento de Resultados (SIEM), da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura (SDI), do Ministério da Economia, desenvolveu o Monitor de Investimentos<sup>2</sup>.

O objetivo do Monitor de Investimentos é o desenvolvimento de uma ferramenta para o acompanhamento de investimentos da infraestrutura nacional, utilizando como pilar central o Marco de Infraestrutura Sustentável do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2019). A plataforma apresenta, por meio de indicadores claros e de fácil acesso ao usuário, a integração de informações existentes sobre os investimentos nos principais setores da infraestrutura, contribuindo para maior efetividade nas novas decisões de investimento.

Com a criação do Monitor de Investimentos, é possível identificar, alinhar e apresentar as metas do governo federal para os mais diversos investimentos em infraestrutura, facilitando, assim, o acesso à informação pelo setor público e privado, contribuindo para atrair investimentos externos e viabilizando uma maior transparência e integração entre as políticas públicas.

A plataforma orientará as decisões de políticas públicas nos investimentos, para maior produtividade, desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental, uma vez que todos os projetos serão avaliados da mesma forma. Servirá, ainda, como ferramenta de suporte ao planejamento, e funcionará como ferramenta de gestão, permitindo a coordenação e orientação dos esforços e ações prioritárias no setor de infraestrutura.

---

2 Além do Monitor de Investimentos, outra iniciativa da SIEM/SDI/ME para cumprir a competência de elaborar metodologia de priorização de projetos de infraestrutura, foi publicado o Guia Geral de Análise Socioeconômica de Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura – Guia ACB (Ministério da Economia, 2022).



Para a criação dos requisitos do Monitor de Investimentos, a SDI realizou consultas e diálogos com economistas e profissionais do setor de infraestrutura, visando obter as principais informações e funcionalidades a serem contempladas na plataforma. Realizou-se, ainda, o *benchmark* de outras plataformas, com o intuito de fazer um sistema inovador em relação às plataformas de referência já existentes.

O Monitor de Investimentos foi desenvolvido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e financiado com fundos do Programa de Infraestrutura Sustentável (“SIP”, na sigla em inglês), do Governo do Reino Unido. O SIP tem como finalidade promover mudanças transformacionais rumo à descarbonização de setores da infraestrutura – especialmente energia renovável, transporte, e resíduos – em países da América Latina, ao mesmo tempo em que facilita a mobilização e atração de capital privado para investimento em tais setores. A parceria com o BID é essencial para atingimento desse fim, devido à liderança do banco na região e na agenda de infraestrutura sustentável.

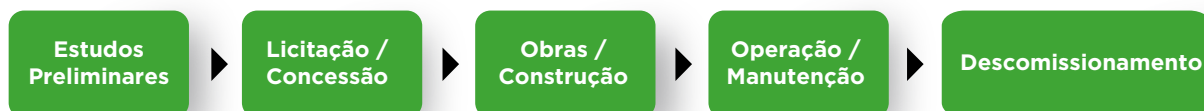
O Marco de Infraestrutura Sustentável, detalhado a seguir, serviu como base para o desenvolvimento do Monitor de Investimentos.

## 2

## ATRIBUTOS DA INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL

O Banco Interamericano de Desenvolvimento estabeleceu o Marco da Infraestrutura Sustentável (BID, 2019), no qual propõe dimensões e atributos da sustentabilidade para projetos de infraestrutura, que devem ser considerados desde o planejamento, bem como ao longo ciclo de vida de cada projeto / ativo de infraestrutura (Figura 1).

**Figura 1. Fases do Ciclo de Vida do Ativo de Infraestrutura**



Fonte: Monitor de Investimentos, adaptado do Marco da Infraestrutura Sustentável (BID, 2019)

Segundo o BID (2019), infraestrutura sustentável refere-se a uma abordagem que considera e faz adequada gestão de aspectos econômico-financeiros, sociais, ambientais (incluindo a questão climática) e institucionais ao longo de todo o ciclo da infraestrutura. Ou seja, desde a definição da estratégia, planejamento, determinação de carteira, até todas as fases do ciclo de vida de cada ativo (planejamento, desenho, construção, operação e descomissionamento). Nesse sentido, o Marco da Infraestrutura Sustentável (BID, 2019) propõe a avaliação e análise dos projetos em quatro dimensões, apresentadas na Figura 2.

**Figura 2. Dimensões da metodologia adotada para o Brasil**



Fonte: (BID, 2019)

A metodologia visa apresentar, a partir de uma ficha de avaliação, a adesão dos projetos de infraestrutura aos atributos de sustentabilidade baseados no Marco da Infraestrutura Sustentável, considerando as diferentes fases de seu ciclo de vida. Com isso, é possível avaliar quão alinhado o projeto está em relação às melhores práticas de sustentabilidade em infraestrutura, nacionais e internacionais.



# FICHA DE SUSTENTABILIDADE

Este documento apresenta a metodologia utilizada para desenvolver a Ficha de Sustentabilidade do Monitor de Investimentos, cujo objetivo é permitir uma avaliação da maturidade da gestão da sustentabilidade em projetos de infraestrutura. Os atributos de avaliação da sustentabilidade estão baseados no Marco da Infraestrutura Sustentável (BID, 2019). Adicionalmente, a avaliação é proposta para cada fase do ciclo de vida do ativo.

A aplicação da Ficha de Sustentabilidade pretende:

- Indicar aos atores da infraestrutura os elementos de sustentabilidade essenciais e as melhores práticas, e assim promover aprimoramentos contínuos nos ciclos de vida dos projetos de infraestrutura;
- Fornecer informações relevantes que subsidiem a tomada de decisão dos investidores e financiadores.



- Promover, a partir do incentivo à adoção de atributos de infraestrutura sustentável, o amadurecimento do aspecto de sustentabilidade dos projetos de infraestrutura brasileiros, visando, especialmente, aproximá-los de uma condição futura de elegibilidade à emissão de títulos temáticos.

Para cada uma das quatro dimensões, é previsto um conjunto de atributos de avaliação da infraestrutura que, ao fim, indicarão como cada projeto está orientado a promover a infraestrutura sustentável. Para a avaliação de projetos da carteira do Brasil, foram primeiramente sugeridos os atributos que se aplicam à realidade nacional para que, posteriormente, fossem estabelecidas as questões (níveis) associados a cada um deles.

Cabe destacar que a Ficha de Sustentabilidade analisa como o projeto, ao longo do seu ciclo de vida, integra aspectos de sustentabilidade nas quatro dimensões analisadas. É importante frisar que a metodologia não deve ser considerada como uma qualificação ou validação da qualidade técnica da engenharia do projeto (obra).

Para subsidiar a seleção dos atributos brasileiros foi considerado o documento do Marco de Infraestrutura Sustentável, onde são apresentados 66 atributos de avaliação de infraestrutura sustentável (BHATTACHARYA et al., 2019), sendo 16 destes “denominadores comuns” acordados entre diversos bancos multilaterais de desenvolvimento (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK, 2020).

Para a escolha dos atributos brasileiros, foram ainda considerados os seis Princípios do G20 para investimento em infraestrutura de qualidade, ratificando os compromissos assumidos pelo Brasil, como membro do G20. Salienta-se, ainda, que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) está formando uma rede intitulada “*Blue Dot Network*” que usa como base esses seis princípios, estando a Ficha brasileira alinhada a outros importantes referenciais internacionais.

Cada atributo da metodologia proposta é composto por três níveis. Tal nivelção indica diferentes estágios de maturidade da gestão da sustentabilidade daquele tópico (atributo). Quanto mais completo é o atendimento ao atributo analisado, melhores são as práticas de gestão da sustentabilidade.

Cada nível é composto de uma ou mais perguntas e poderá ser avaliado com as opções de Aderente, quando o quesito é totalmente atendido; Parcialmente Aderente, quando parte dos questionamentos são contemplados e Não Aderente, quando o projeto não atende a nenhum dos quesitos; e ainda caso determinado atributo não seja aplicável ao projeto, o que pode ocorrer em função das particularidades do ambiente em que se insere, deve ser indicado como Não Aplicável (NA). Esta condição somente poderá ser utilizada para atributos específicos, apresentados na sequência, e deverá ser devidamente justificada.

Os níveis de cada atributo foram elaborados para as diferentes fases do projeto – Preparação do Projeto, Construção, Operação e/ou descomissionamento – bem como para serem aplicados em projetos públicos, PPP ou privados.

# 4

## METODOLOGIA

A primeira etapa da elaboração da Ficha de avaliação de infraestrutura sustentável brasileira consistiu na análise e entendimento dos 66 atributos propostos pelo BID. Inicialmente, foram analisados os que constavam no documento *“What is sustainable Infrastructure? Framework to Guide Sustainability Across the Project Cycle”*, produzido pelo BID (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK, 2018). Em seguida, foram analisados os atributos publicados no documento *“Attributes and framework for sustainable infrastructure”* (BHATTACHARYA, et al., 2019), que contém a discussão e o racional dos 66 atributos estabelecidos. Posteriormente, estudou-se o documento *“MDB Infrastructure Cooperation Platform: a common set of aligned sustainable infrastructure”* (INTER-AMERICAN DEVELOPMENT BANK, 2020), também produzido pelo BID, que traz a consolidação e sugere a proposta de 16 atributos considerados “denominadores comuns” entre os bancos multilaterais de desenvolvimento para a avaliação da sustentabilidade em projetos de infraestrutura.

Como anteriormente mencionado, alinharam-se os atributos propostos pelo BID com os seis princípios do G20 para investimento em infraestrutura de qualidade. Com isso, buscou-se garantir que a metodologia de avaliação a ser construída estivesse em consonância com outras relevantes referências mundiais.

Foram estudados, posteriormente, os atributos escolhidos pelo governo do México para a elaboração da metodologia de avaliação de projetos de infraestrutura, que se consolidou na plataforma “Proyectos Mexico”. Esse passo de imersão nos referenciais até então produzidos foi essencial para que se entendesse a necessidade de elaborar uma metodologia que incluísse atributos comparáveis aos propostos pelo México, mas sem desconsiderar aqueles que, apesar de não terem sido contemplados pela experiência mexicana, pudessem ser relevantes para o contexto brasileiro.

Visando a possibilidade de comparação entre a carteira mexicana e a brasileira, o rol de atributos para avaliação da infraestrutura sustentável dos projetos do Brasil ficou maior numericamente, pois excluiu poucos atributos constantes na abordagem mexicana, além de incluir outros que não foram adotados.

Encerrada essa etapa do estudo, foi estruturada uma proposta inicial de atributos a serem adotados na avaliação de sustentabilidade da infraestrutura no Brasil. Com isso, iniciou-se o ciclo de discussões com especialistas das quatro dimensões, tanto do governo federal, quanto do BID, buscando entendimento mútuo sobre a adequabilidade dos atributos propostos. Em paralelo, deu-se também a definição dos níveis associados a cada atributo.

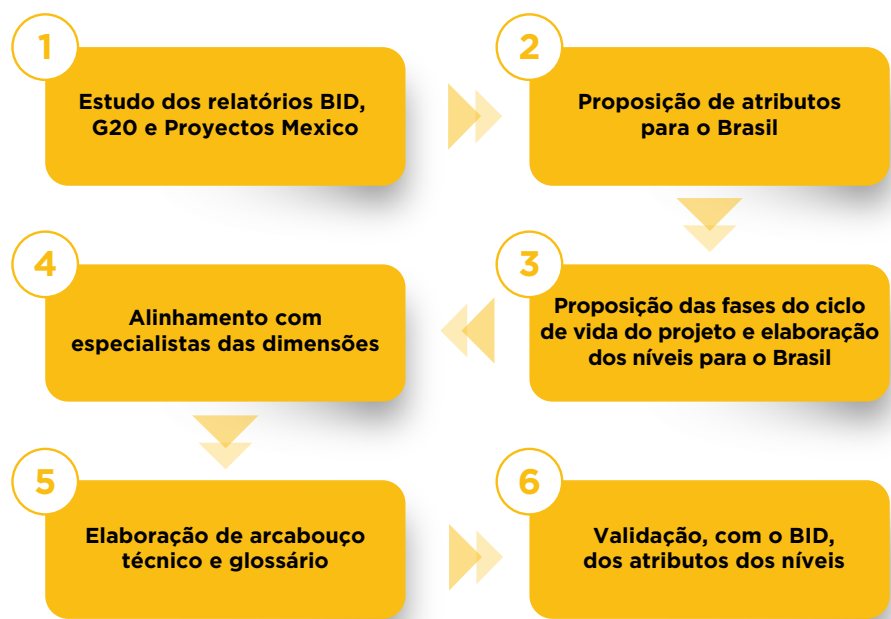
Após diversas rodadas de reuniões e ajustes, foram validados os atributos e níveis. A validação com os especialistas visou garantir que todos os atributos definidos para a avaliação da carteira de projetos de infraestrutura do Brasil possam ser adequadamente mensurados, considerando-se o contexto institucional vigente.

Em paralelo à validação com os especialistas, realizou-se o levantamento do embasamento legal, agendas globais e de boas práticas internacionais, com vistas a suportar as decisões técnicas. Também foi elaborado um glossário com os principais conceitos abordados, que será importante insumo na fase de preenchimento da Ficha, como ferramenta para garantir objetividade e clareza ao usuário final, bem como a compreensão dos termos utilizados.

A Figura 3 mostra, de forma sintética, os passos da metodologia adotada para a escolha dos atributos brasileiros e elaboração dos níveis.



**Figura 3. Metodologia adotada para o Brasil**



Após a primeira análise, foram sugeridos 49 atributos que atendem a 57 dos 66 atributos estabelecidos pelo Marco da Infraestrutura Sustentável do BID. Em algumas situações, como exemplifica o Quadro 1, foi proposta a integração de mais de um atributo do Marco em um só; em outras situações, manteve-se o atributo como o proposto inicialmente no Marco.

**Quadro 1. Exemplo de atributo consolidado (dimensão econômica e financeira)**

Atributo do BID	Atributo integrado do Projectos Mexico	Atributo integrado do Brasil
Valor presente líquido positivo do ativo	Sustentabilidade financeira dos ativos	Sustentabilidade financeira dos ativos
Rentabilidade do ativo		

Cada atributo apresenta questões para todas as fases do ciclo de vida do projeto. Ainda, cada atributo tem um conjunto de três questões que analisam o grau de maturidade da gestão da sustentabilidade do projeto, naquele atributo, desde o nível 1 até o nível 3.

O quadro a seguir apresenta a lógica utilizada para a definição dos *níveis*. Quanto mais próximo do nível 3, mais completo é o atendimento ao atributo analisado, refletindo a aproximação de boas práticas de sustentabilidade. A evolução do nível 1 para o nível 3 prevê um processo incremental de amadurecimento do atributo: o nível 1 visa identificar e caracterizar o atributo; o nível 2 evolui para informações mais detalhadas dos processos e procedimentos referentes ao monitoramento do atributo; e o nível 3 solicita, de forma geral, que haja um plano de gestão para o atributo. Salienta-se, ainda, que nas duas primeiras fases (Preparação do Projeto e Construção) é esperado que o projeto preveja ou esteja executando o plano de gestão. Já na fase de Operação e Descomissionamento, visando estimular o amadurecimento das estruturas de gestão do atributo, prevê-se que o plano tenha evoluído para uma política de gestão corporativa que o incorpore.

#### **Quadro 2. Definição dos níveis**

<b>Classificação</b>	<b>Definição</b>
<b>Nível 1</b>	Identificação de informação geral ou pouco detalhada sobre o atributo no projeto.
<b>Nível 2</b>	Informação detalhada sobre o atributo no projeto, com processos para implementação dos procedimentos, atividades e soluções definidos.
<b>Nível 3</b>	Plano de gestão e implementação definido para o atributo do projeto.

A Ficha foi desenvolvida para ser aplicada nas diferentes fases do ciclo de vida do projeto, podendo, ainda, ser aplicada no início, meio ou fim de uma mesma fase visando ajustes no projeto para uma próxima avaliação.

Para os níveis que possuem mais de uma pergunta, o atendimento parcial é admitido (quando alguma das perguntas não for respondida positivamente), e não impede que o próximo nível seja avaliado. Destaca-se que a proposta metodológica inicial foi o atendimento sequencial às questões, pois as mesmas foram elaboradas em função da lógica progressiva determinada para as perguntas, ou seja, se um dado projeto não atende a uma questão primária de que foi pelo menos previsto ou tem alguma instrução ou orientação no sentido de atender ao quesito, dificilmente o projeto atenderá com qualidade aos demais, pois a formulação das questões é escalar e crescente, garantindo-se dessa forma um dos propósitos da ficha que é o amadurecimento da gestão. Entretanto, para viabilizar o amadurecimento da metodologia, serão admitidas as duas aplicações (com e sem dependência entre os níveis) em seus primeiros usos, de forma que se possa avaliar a experiência em termos de usabilidade do método, tempo e complexidade de execução, bem como de confiabilidade e representatividade dos resultados.

Destaca-se que, em relação à previsão ou instrução para atendimento aos atributos – condição admitida para atendimento às questões da fase de Preparação –, é necessário que a previsão ou instrução esteja lastreada em compromisso contratual objetivamente estabelecido, ainda que aspectos regulatórios setoriais carreguem tal obrigação.

Esta estrutura de questões visa tornar mais claros e objetivos os critérios de atendimento a cada nível do atributo. Ao final do preenchimento da Ficha, o usuário poderá documentar os nomes de documentos (bem como seus links) onde estão baseadas as respostas apresentadas. Tal registro pode facilitar a atualização futura da Ficha por outro usuário, contribuindo para a memória do projeto.

Caso determinado atributo não seja aplicável ao projeto, deve ser indicado como Não Aplicável (NA). Esta condição somente poderá ser utilizada para atributos específicos indicados na Ficha e deve ser devidamente justificada<sup>3</sup>. Um exemplo de atributo que permitirá a opção NA é “Povos Indígenas e Tradicionais”, pois, caso a área de influência direta e indireta do projeto não tenha proximidade com nenhum desses povos, a alternativa a ser escolhida é a NA.

As questões foram concebidas para serem respondidas no início, durante ou ao final de cada uma das três fases do ciclo de vida do projeto, de forma que se possa avaliar a evolução não somente entre as diferentes fases do projeto, mas também durante a própria fase, evidenciando assim o amadurecimento do projeto.

O processo de resposta à Ficha visa ser um norteador de melhorias contínuas na gestão da sustentabilidade dos ativos. Desta forma, espera-se que a Ficha seja respondida logo no início de cada uma dessas fases, e que seja atualizada sempre que avanços significativos forem incorporados à gestão da sustentabilidade do ativo.

Para cada atributo deverá ser informado qual o documento que embasou o atendimento do referido atributo.

A Ficha foi concebida de modo a contemplar projetos de infraestrutura públicos, privados e de PPP.

O Quadro 3, elaborado a partir de pesquisas e de opinião especialista, apresenta a definição de cada fase, os objetivos, as tarefas tipicamente realizadas, bem como a documentação mínima a ser consultada para a avaliação. Cabe ressaltar que essa lista não é exaustiva e documentos que sejam considerados relevantes para o atendimento do atributo podem ser incorporados.

---

3 Os cinco atributos que podem ser marcados como NA são: Produção Rural Sustentável, Reassentamento e Deslocamento Econômico Involuntários, Patrimônio Histórico e Cultural, Povos Indígenas e Tradicionais e Gerenciamento de Passivos Existentes.

**Quadro 3. Fases do ciclo de vida do projeto**

Fase	Definição	Objetivo	Principais tarefas	Documentos a serem consultados
<b>Preparação do Projeto</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fase que compreende os estudos e caracterizam o interesse público envolvido e ainda abrange o processo dentro da administração pública, em que se analisam propostas de fornecimento de produtos ou serviços baseados em um termo de referência, com a finalidade de contratar a empresa considerando a melhor técnica e preço.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Pré-avaliar a adequação do projeto e selecionar a melhor solução técnica, considerando as quatro dimensões da sustentabilidade, evitando o desperdício de recursos na avaliação completa e preparação de projetos inadequados;</li> <li>Avaliar se o projeto é viável, mitigar os riscos do projeto e maximizar suas oportunidades de impacto positivo, considerando as quatro dimensões de sustentabilidade em todas as fases do ciclo de vida do projeto e</li> <li>Estabelecer as bases para a preparação do projeto, seja ele público, privado ou Parceria Público-Privada (PPP), conforme o caso;</li> <li>Definir e desenvolver termo de referência, a forma do contrato e processo de licitação que melhor se adaptem às características do projeto, visando contratar empresas para fornecimento de produtos e serviços de forma a, se possível, maximizar o custo-benefício.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Identificar soluções para o problema de infraestrutura a ser resolvido e comparar as alternativas (soluções);</li> <li>Definir o escopo do projeto e realizar a análise custo-benefício (ACB) das alternativas, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais;</li> <li>Definir a melhor alternativa de projeto;</li> <li>Refinar o escopo e o pré-design do projeto;</li> <li>Testar a viabilidade técnica;</li> <li>Avaliar o impacto social e ambiental;</li> <li>Refinar o estudo de viabilidade do projeto via aprimoramento do estudo ACB e aplicação de outras avaliações financeiras, como <i>Value for Money</i> (VfM) sob o método do Comparador do Setor Público;</li> <li>Avaliar riscos e realizar tarefas de <i>due diligence</i>;</li> <li>Definir a estratégia de licitação e elaborar o plano de licitação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Análise ex ante;</li> <li>Estudos de demanda;</li> <li>Análise de opções;</li> <li>Análise de Custo-Benefício;</li> <li>Relatório preliminar de Custo-Benefício;</li> <li>Estrutura preliminar de riscos;</li> <li>Modelo financeiro preliminar;</li> <li>Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Financeira (EVTEA);</li> <li>Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA);</li> <li>Análise Econômica da Solução Técnica Adotada (AESTA);</li> <li>Estudos de Engenharia;</li> <li>Relatório de Viabilidade Comercial;</li> <li>Relatório de Viabilidade Ambiental;</li> <li>Relatório de Viabilidade Jurídica;</li> <li>Relatório de Viabilidade Técnica;</li> <li>Identificação de Viabilidade Fiscal.</li> </ul>

Fase	Definição	Objetivo	Principais tarefas	Documentos a serem consultados
<b>Construção</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fase que abrange a construção, total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de interesse público, delegados pelo poder concedente, mediante licitação (BRASIL, 1995).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerenciar proativamente a construção total ou parcial, conservação, reforma, ampliação ou melhoramento de quaisquer obras de infraestrutura, de forma a evitar ou mitigar o impacto de riscos negativos, e de maximizar o impacto positivo, em todas as quatro dimensões da sustentabilidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Seguir as melhores práticas de licenciamento;</li> <li>Executar plano de consulta significativa e engajamento contínuo (plano de comunicação) para tratamento das questões levantadas por partes interessadas – antes e durante o processo de construção);</li> <li>Executar obras e supervisionar contratados, garantindo total adesão aos requisitos de sustentabilidade (quatro dimensões) conforme determinado na RFP;</li> <li>Garantir adequação das obras e conformidade total em relação ao licenciamento e ao desenho do projeto;</li> <li>Mitigar riscos de atrasos;</li> <li>Gerenciar mudanças eventuais, reclamações e disputas;</li> <li>Seguir modelo financeiro e emitir relatórios ao poder concedente, parceiro ou fiscalizatório e</li> <li>Executar os mecanismos para remediação de falhas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Projeto Executivo;</li> <li>Relatórios de Serviços realizados;</li> <li>Plano Básico Ambiental (PBA);</li> <li>Planos de Monitoramento;</li> <li>Licença de Instalação (LI);</li> <li>Contratos e</li> <li><i>As built</i> do projeto.</li> </ul>

Fase	Definição	Objetivo	Principais tarefas	Documentos a serem consultados
<b>Operação e/ou descomissionamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fase em que as atividades inerentes à infraestrutura são desenvolvidas pelo poder público ou mediante concessão. Descomissionamento é a desativação da infraestrutura e contempla o atendimento do conjunto de ações legais, procedimentos técnicos e de engenharia aplicados de forma integrada, visando assegurar que se atinjam as condições de segurança técnica e socioambiental</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Executar os serviços estabelecidos no contrato, garantindo conformidade total aos critérios mínimos de performance estabelecidos, inclusive em relação aos requisitos de sustentabilidade e</li> <li>Evitar ou mitigar o impacto negativo dos riscos (nas quatro dimensões da sustentabilidade), inclusive aqueles ligados a mudanças, reclamações e disputas. Maximizar oportunidades de impacto positivo, sempre que possível.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Executar o contrato de acordo com seus requisitos;</li> <li>Executar Governança estabelecida no contrato e os Sistemas de Gestão (inclusive socioambientais);</li> <li>Monitorar desempenho;</li> <li>Gerenciar continuamente o relacionamento com a comunidade, com base em plano de comunicação;</li> <li>Evitar, reduzir e mitigar impactos ambientais;</li> <li>Preparar a devolução;</li> <li>No caso de PPP e concessões, devolver o ativo à autoridade contratante, de acordo com as especificações técnicas e condições previamente definidas e</li> <li>Finalização do contrato.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planos de Monitoramento;</li> <li>Relatórios de Monitoramento da operação;</li> <li>Relatórios de Serviços realizados;</li> <li>Gestão de Mudanças;</li> <li>Licença de Operação (LO) e</li> <li><i>As Built</i> do projeto.</li> </ul>

## 4.1 Apresentação dos Resultados

A avaliação dos projetos de infraestrutura com foco na sustentabilidade possibilita à Ficha gerar, em termos qualitativos, os resultados da avaliação da sustentabilidade do projeto. Para tal objetivo, os resultados serão apresentados de forma gráfica, com os níveis atingidos em cada atributo analisado.

Para todos os atributos constará a possibilidade de serem assinalados os três níveis, e somente aparecerá a opção NA nos atributos que possuem essa alternativa. A apresentação dos resultados permitirá verificar, de forma resumida, o desempenho do projeto.

É esperado que tais resultados permitam a análise da performance da sustentabilidade do projeto em relação ao setor e à infraestrutura nacional como um todo. Ressalta-se que o acesso aos resultados da Ficha será permitido ao responsável pelo preenchimento (gestor do projeto), instituições autorizadas pelo órgão gestor da plataforma, bem como para o público em geral.



O objetivo é que o usuário do Monitor de Investimentos possa comparar os setores; e que o responsável pelo preenchimento possa ter uma fotografia no tempo de seu projeto, com indicativo de oportunidades de melhoria ao longo das fases do ciclo de vida, a partir dos níveis não atingidos.

O preenchimento da Ficha se dará em formulário eletrônico, o que torna mais dinâmico o processo de resposta e facilita a utilização pelo usuário. Seus resultados apresentarão, para cada atributo avaliado o nível atingido na fase do ciclo de vida avaliada.

A Figura 4, a seguir, mostra, de forma esquemática, como serão apresentados os resultados da Ficha. Na sequência, constam os atributos definidos para cada uma das quatro dimensões.

**Figura 4. Exemplo de apresentação de atributos na Ficha de Sustentabilidade**

	Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>Sustentabilidade Econômica e Financeira</b>			
<b>Retornos Socioeconômico e Social</b>			
1.1 Retorno Socioeconômico do Projeto			
1.2 Crescimento, Produtividade, Competitividade e Espalhamento ( <i>spillover</i> )			
1.3 Acesso, Qualidade, Confiabilidade e Acessibilidade ao Serviço			
<b>Sustentabilidade Financeira</b>			
1.4 Alocação e Gestão Eficazes dos Riscos			
1.5 Sustentabilidade Financeira dos Ativos			
1.6 Clareza nos Fluxos de Receita			
<b>Atributos da Política</b>			
1.7 Regulação Efetiva			
1.8 Dívida e Sustentabilidade Fiscal			
1.9 Alinhamento de Custos, Preços e Incentivos de Sustentabilidade			
1.10 Operação e Manutenção de Ativos de Infraestrutura			

	Aderente
	Parcialmente Aderente
	Não Aderente
	Não Aplicável

## 4.2 Dimensão Econômica e Financeira

Dentre os 66 atributos previstos no Marco de Infraestrutura Sustentável, 17 estão associados à dimensão econômica e financeira. A metodologia brasileira propôs 10 atributos para a avaliação dos projetos de infraestrutura brasileira, os quais contemplam 12 atributos dos 17 propostos pelo BID.

Os atributos “Sustentabilidade financeira dos ativos” e “Clareza nos fluxos de receita” terão a opção NA, pois, no caso de empreendimentos de infraestrutura com aporte financeiro somente de recursos públicos, esses atributos eventualmente não poderão ser atendidos.

No Quadro 4 constam os atributos e sua descrição para a dimensão econômica e financeira.

**Quadro 4. Descrição dos atributos da dimensão econômica e financeira**

Atributo	Descrição do Atributo
<b>Sustentabilidade Econômico e Financeira</b>	
<b>1.1 Retorno Socioeconômico do Projeto</b>	Os projetos de infraestrutura devem aplicar técnicas de análise socioeconômica de custo-benefício que capturem adequadamente o retorno socioeconômico líquido do projeto, levando em conta impactos diretos, indiretos e as externalidades - positivas e negativas -, as quais devem ser monetizadas sempre que possível.
<b>1.2 Crescimento, Produtividade, Competitividade e Espalhamento (spillover)</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser planejados, concebidos e operados para promover o crescimento inclusivo e sustentável e aumentar a produtividade. Projetos de infraestrutura devem procurar maximizar os benefícios induzidos e de segunda ordem ( <i>spillover</i> ) e identificar, avaliar e minimizar suas externalidades negativas. Os projetos devem ainda, criar oportunidades de empregos locais e de qualidade durante e após a construção.
<b>1.3 Acesso, Qualidade, Confiabilidade e Acessibilidade ao Serviço</b>	Os projetos de infraestrutura devem ampliar o acesso a serviços de infraestrutura de qualidade e confiáveis, especialmente para grupos desfavorecidos, apoiando assim a inclusão social e a acessibilidade econômica.
<b>Sustentabilidade Financeira</b>	
<b>1.4 Alocação e Gestão Eficazes dos Riscos</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser estruturados de forma que os riscos técnicos, sociais, ambientais e políticos, sejam alocados à parte com maior capacidade de geri-los e os seus impactos no resultado do projeto devem, ainda, ser controlados, avaliados e antecipados.

Atributo	Descrição do Atributo
<b>1.5 Sustentabilidade Financeira dos Ativos</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser estruturados financeiramente de forma que o valor presente líquido (descontado ao custo médio ponderado de capital) seja positivo e a rentabilidade dos ativos (i.e. retorno sobre os ativos e sobre o patrimônio líquido) seja suficiente para atrair o capital privado. As avaliações financeiras devem ser realizadas de acordo com boas práticas internacionais e avaliadas por entidades independentes.
<b>1.6 Clareza nos Fluxos de Receita</b>	Os projetos de infraestrutura devem esclarecer a(s) fonte(s) de receita(s), especialmente as acessórias, a fim de mitigar os riscos e garantir a viabilidade financeira.
<b>Atributos da Política</b>	
<b>1.7 Regulação Efetiva</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser concebidos em um ambiente transparente, com quadro regulatório e mecanismo de fiscalização eficazes para garantir o bom funcionamento do projeto.
<b>1.8 Dívida e Sustentabilidade Fiscal</b>	Os projetos de infraestrutura devem assegurar que os custos da prestação de serviços sejam cobertos por tarifas de uso cuidadosamente planejadas e, quando consideradas não viáveis, devem incorporar pagamentos de disponibilidade (contraprestação pública) transparentes, previsíveis e bem direcionados.
<b>1.9 Alinhamento de Custos, Preços e Incentivos de Sustentabilidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir que os custos, preços e incentivos estejam alinhados para o uso eficiente e a viabilidade dos ativos para aumentar o foco na sustentabilidade. Isso deve considerar dois elementos específicos: adequação das cobranças do usuário e custos das externalidades (incluindo capital natural), bem como preços de carbono.
<b>1.10 Operação e Manutenção de Ativos de Infraestrutura</b>	Os projetos de infraestrutura devem incluir design adequado e padrões de operação, bem como provisão de custeio para operações e manutenção, visando garantir a utilização ideal de ativos ao longo do seu ciclo de vida e entrega de serviço e, desencorajar o uso excessivo e deterioração anormal.

### 4.3 Dimensão ambiental e resiliência climática

Dentre os 66 atributos previstos no Marco de Infraestrutura Sustentável, 17 são da dimensão ambiental e resiliência climática. A metodologia brasileira propôs 12, mas que contemplam 16 atributos dos 17 propostos pelo BID.

O atributo “Produção rural sustentável” terá a opção NA pois, por meio de levantamentos específicos, pode-se constatar não ocorrer na área de influência do projeto.

No Quadro 5 consta a descrição dos atributos para a dimensão ambiental e resiliência climática.

**Quadro 5. Descrição dos atributos da dimensão ambiental e resiliência climática**

Atributo	Descrição do Atributo
<b>Clima e Desastres Naturais</b>	
<b>2.1 Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa</b>	Os projetos de infraestrutura devem ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e equivalentes (GEEe) e estar alinhados tanto com as políticas e metas nacionais de redução de GEEe quanto com os compromissos internacionais, tal como o Acordo de Paris, para combater o aquecimento global.
<b>2.2 Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar sistematicamente os riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) que podem afetar o projeto e as partes interessadas, como trabalhadores e comunidades locais afetadas, seguindo as estruturas nacionais de gestão de desastres. Os projetos de infraestrutura devem ser resilientes ao clima atual e futuro e aos eventos climáticos relacionados às mudanças climáticas (por exemplo, eventos de início lento ou rápido). Além disso, devem incluir um sólido monitoramento e gerenciamento de riscos de desastres, bem como planos de recuperação que indiquem as ações a serem tomadas em caso de desastres.
<b>Poluição</b>	
<b>2.3 Controle e Monitoramento de Contaminantes</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar, monitorar, gerenciar e manter as emissões de poluentes dentro ou abaixo dos limites legais, de forma a evitar impactos no solo, ar e água, além de minimizar e compensar os impactos adversos na saúde humana e no meio ambiente. Os projetos devem ainda incluir procedimentos abrangentes de remediação no caso da instalação ocorrer em uma área previamente contaminada e devem evitar o uso de produtos químicos perigosos, sempre que necessário e possível, aplicar abordagens de manejo integrado de pragas.
<b>Preservação do Meio Ambiente Natural</b>	

Atributo	Descrição do Atributo
<b>2.4 Avaliação dos Riscos e Impactos Socioambientais</b>	Os projetos de infraestrutura devem incluir uma avaliação de impacto socioambiental abrangente e integrada, que inclua todas as instalações associadas, e que identifique e proponha ações para a gestão (identificação, quantificação, análise, prevenção, minimização, mitigação e compensação) de todos os impactos e riscos sociais e ambientais significativos diretos, indiretos e cumulativos (principalmente no caso de ser um projeto como parte de um programa ou um plano envolvendo vários outros projetos), de curto, médio e longo prazos para garantir que os impactos negativos sejam evitados, minimizados ou compensados, e que os impactos positivos (benefícios) sejam potencializados e equitativamente distribuídos.
<b>2.5 Impactos e Conservação da Biodiversidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem evitar impactos negativos sobre a biodiversidade, e avaliar e gerenciar (prevenir, minimizar, mitigar e compensar) quaisquer impactos relevantes para garantir a manutenção/ conservação da biodiversidade e dos serviços e funções do ecossistema, buscando ganhos líquidos positivos.
<b>2.6 Espécies Exóticas Invasoras</b>	Os projetos de infraestrutura devem usar espécies localmente apropriadas dando preferência às espécies nativas. Onde espécies exóticas (invasoras ou não) já existem, elas devem ser manejadas de maneira adequada e/ou eliminadas, de acordo com o risco de comportamento invasivo.
<b>2.7 Capital Natural, Áreas de Alto Valor Ecológico, Patrimônio Biológico, Conectividade Ecológica e Serviços Ecossistêmicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem buscar proteger e evitar impactos negativos no capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e no transporte de sedimentos e nutrientes. Devem também buscar manter os serviços ecossistêmicos e seu melhor aproveitamento, identificando e avaliando diferentes alternativas para a alocação do projeto.
<b>2.8 Produção Rural Sustentável*</b>	Os projetos de infraestrutura devem evitar impactos sobre as áreas com atividades produtivas rurais sustentáveis, identificando e avaliando diferentes alternativas para a implantação do projeto.
<b>Uso Eficiente de Recursos</b>	
<b>2.9 Uso Eficiente dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos</b>	Os projetos de infraestrutura devem monitorar e promover a conservação e o uso sustentável da água, maximizando o reuso, reduzindo o consumo de água de forma a evitar impactos a terceiros. Sempre que possível, deve-se recorrer ao uso das águas da chuva, cinza ou reciclada para atender as necessidades do projeto.
<b>2.10 Uso Eficiente de Energia e Fontes Renováveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover a eficiência energética, minimizar o consumo de energia, incentivar o uso das fontes renováveis, e reduzir o uso de combustíveis fósseis, evitando ou minimizando a geração de poluentes e a geração de emissões de GEEs.
<b>2.11 Uso e Reciclagem de Materiais</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover a redução e o uso eficiente de materiais, incluindo aqueles com maior durabilidade, maior conteúdo reciclado e menor conteúdo de energia e água, incentivando a integração de práticas de reciclagem durante o ciclo de vida do projeto. A avaliação da água e da energia incorporada deve ser considerada ao selecionar os materiais ideais para o projeto. O uso de materiais locais deve ser incentivado sempre que possível.
<b>2.12 Gestão de Resíduos</b>	Os projetos de infraestrutura devem implementar um plano de gestão que priorize a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final adequada de resíduos, e quando possível, evitar o uso e a geração de resíduos perigosos.

\*Atributo com a opção Não se aplica (NA)

## 4.4 Dimensão social

Dentre os 66 atributos previstos no Marco de Infraestrutura Sustentável, 16 são contemplados na dimensão social. O total proposto para o Brasil foi de 16 atributos, apresentados no Quadro 6, que contemplam o atendimento da totalidade dos previstos pelo Banco.

Os atributos “Reassentamento e deslocamento econômico involuntários”, “Patrimônio histórico e cultural” e “Povos indígenas e tradicionais” terão a opção NA pois, por meio de levantamentos específicos, pode ser identificada a não ocorrência na área de influência do projeto.

**Quadro 6. Descrição dos atributos da dimensão social**

Atributo	Descrição do Atributo
<b>Pobreza, Impacto Social e Engajamento da Comunidade</b>	
<b>3.1 Distribuição Equitativa de Benefícios</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser planejados, projetados, executados e operados para o máximo benefício e inclusão de grupos vulneráveis, melhorando assim a inclusão social. Um plano deve especificar iniciativas de sustentabilidade e desenvolvimento social para auxiliar as comunidades locais.
<b>3.2 Compensação da Comunidade e Divisão de Benefícios</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser planejados, projetados, executados e operados para evitar ao máximo os impactos negativos sobre as comunidades locais, e quando inevitável, serem compensados de forma justa e adequada, conforme especificado por meio de um plano de desenvolvimento social comunitário claramente definido, implementado em consulta com as comunidades afetadas.
<b>3.3 Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem identificar e envolver efetivamente as partes interessadas e as comunidades afetadas, por meio de um plano claramente definido que inclua disposições para solicitar feedback das partes interessadas, incluindo a juventude e grupos vulneráveis, observando aspectos de gênero e raça, através de consulta significativa às partes interessadas ao longo do ciclo de vida do projeto, evitando conflitos e garantindo o engajamento e o apoio público.
<b>3.4 Mecanismo de Reparação de Reclamações</b>	Os projetos de infraestrutura devem fornecer às partes afetadas pelo projeto, canais de diálogo para comunicação efetiva, o levantamento de questões e queixas e fornecer feedback contínuo. Um mecanismo de resolução de reclamações deve estar em vigor durante o ciclo de vida do projeto.
<b>3.5 Reassentamento e Deslocamento Econômico Involuntários*</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser concebidos e implementados para evitar ou minimizar a necessidade de reassentamento ou deslocamento econômico involuntários, garantindo que, onde ocorrer, as pessoas sejam tratadas de forma justa e equitativa, e deve ser elaborado um plano de reassentamento.
<b>3.6 Acesso da Comunidade aos Serviços Básicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser elaborados e implementados sem prejudicar o acesso da comunidade aos serviços básicos (saneamento ambiental, energia elétrica, saúde, educação e segurança pública) e devem garantir que as necessidades das comunidades locais sejam consideradas durante o cálculo dos recursos necessários para as atividades do projeto.



Atributo	Descrição do Atributo
<b>3.7 Mobilidade e Conectividade da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem melhorar a conectividade e evitar a interrupção da mobilidade. Quando possível, o projeto deve prever melhorar o acesso e incentivar o uso de transporte público coletivo e outras formas de transporte sustentável (por exemplo, transportes não motorizados e soluções de micro mobilidade).
<b>3.8 Acessibilidade Universal</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir que os serviços de infraestrutura sejam totalmente acessíveis a pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida e devem ser concebidos e implementados de acordo com as leis, normas e regulamentos de acessibilidade universal, incluindo dispositivos para solicitação de feedback desses usuários.
<b>3.9 Saúde e Segurança da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar os impactos e riscos do projeto na saúde e segurança (do ponto de vista de acidentes) da comunidade e grupos vulneráveis ao longo do ciclo de vida do projeto. Esses impactos incluem, mas não estão limitados às alterações de tráfego rodoviário, ruído, vibração, poluição visual ou poeira.
<b>3.10 Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir que as atividades do projeto não aumentem os riscos de segurança (do ponto de vista de exposição à criminalidade) para as populações locais e grupos vulneráveis durante a construção e operação do projeto.
<b>3.11 Preservação ou Melhoria dos Espaços Públicos, Recreativos e Áreas Naturais</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir a preservação ou melhoria dos espaços públicos, das áreas naturais ou outros espaços recreativos. Sempre que possível, os projetos devem ter como objetivo restaurar o espaço público degradado existente ou o ambiente natural, considerando as iniciativas que expandem o acesso público quando apropriado.
<b>Direitos Humanos e Trabalhistas</b>	
<b>3.12 Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem cumprir os acordos de direitos humanos, prevenindo e mitigando impactos adversos sobre os grupos vulneráveis afetados. Tal prevenção deve atender às necessidades desses grupos e evitar qualquer tipo de discriminação contra povos indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas, e crianças.
<b>3.13 Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres</b>	Os projetos de infraestrutura devem prevenir ou mitigar possíveis impactos adversos relacionados ao gênero e devem oferecer oportunidades iguais para mulheres com equidade salarial e incluir iniciativas para promover o empoderamento econômico das mulheres, além da oferta de empregos temporários, conforme especificado por meio de um plano de desenvolvimento social claramente definido.
<b>3.14 Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover condições saudáveis de trabalho e adesão às normas de saúde e segurança ocupacional. Devem garantir ainda que as normas fundamentais do trabalho sejam respeitadas e os trabalhadores sejam protegidos por meio de tratamento justo, não discriminação e igualdade de oportunidades; e evitar em qualquer circunstância o trabalho forçado e infantil.
<b>Preservação Cultural</b>	
<b>3.15 Patrimônio Histórico e Cultural*</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e realizar as medidas cabíveis para a proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural e minimizar os efeitos adversos na paisagem que podem ser afetados pelas atividades do projeto.
<b>3.16 Povos Indígenas e Tradicionais*</b>	Os projetos de infraestrutura devem, em Consulta Livre, Prévia e Informada dos povos indígenas e tradicionais afetados, avaliar, gerenciar e mitigar os possíveis impactos gerados pelo projeto.

\* Atributo com a opção Não se Aplica (NA)

## 4.5 Dimensão institucional

Dentre os 66 atributos previstos no Marco de Infraestrutura Sustentável, 16 são da dimensão institucional. A metodologia propõe 11 atributos para os projetos brasileiros que atendem 12 dos propostos pelo Banco.

O atributo “Gerenciamento de passivos existentes” terá a opção NA, pois, pode-se verificar, por meio de levantamentos específicos que não ocorre na área de influência do projeto.

No Quadro 7 a seguir consta a descrição dos atributos para a dimensão institucional.

**Quadro 7. Descrição dos atributos da dimensão institucional**

Atributo	Descrição do Atributo
<b>Alinhamento com as Estratégias Global e Nacional</b>	
<b>4.1 Alinhamento com os objetivos nacionais Internacionais de Sustentabilidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem estar alinhados com os compromissos nacionais e internacionais, incluindo a Contribuição Nacional Determinada (NDC), Plano Nacional de Adaptação a Mudança do Clima (PNA - Brasil), Política Nacional para Mudança do Clima (PNMC), Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo do Clima de Paris.
<b>4.2 Integração Institucional e Setorial</b>	Os projetos de infraestrutura devem buscar compatibilidade com sistemas ou instalações de infraestruturas adjacentes, ser integrados às estratégias políticas e planos setoriais existentes em diferentes escalas jurisdicionais para alcançar um desenvolvimento territorial e urbano sustentável (por exemplo, considerando os planos municipais, estaduais e nacional de mudanças climáticas).
<b>Governança Eficaz e Capacidade de Gestão Sistêmica</b>	
<b>4.3 Estrutura de Governança Corporativa</b>	Os projetos de infraestrutura devem cumprir os regulamentos nacionais de governança corporativa, incluindo a separação de funções executivas e políticas, participação efetiva das partes interessadas e funções de sustentabilidade organizacional definidas, visando garantir que o ativo de infraestrutura seja bem planejado, projetado, executado e monitorado.
<b>4.4 Estrutura Anticorrupção e Transparência</b>	As empresas envolvidas com o projeto devem desenvolver e implementar um sistema de gestão anticorrupção, incluindo medidas que promovam a ética, a responsabilidade, a integridade e a transparência, visando manter padrões de conduta e canais apropriados para denúncias e relatos de irregularidades.
<b>Sistemas de Gestão Eficaz e Responsabilidade</b>	
<b>4.5 Conformidade com as Regulações Sociais, Ambientais, Econômicas, Territorial e de Planejamento Urbano</b>	Os projetos de infraestrutura devem ter procedimentos e sistemas que garantam a conformidade com a legislação existente, planos, regulamentos e requisitos organizacionais nas áreas social, ambiental, econômica e territorial e devem ser adaptáveis a futuras mudanças nesses regulamentos.

Atributo	Descrição do Atributo
<b>4.6 Licitação e Compras Sustentáveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem estabelecer processos de licitação e compras abertos e transparentes para a aquisição eficiente e sustentável de materiais de fornecedores certificados para construção, operação e manutenção.
<b>4.7 Sistema de Gestão de Informações do Projeto e Rastreamento de Sustentabilidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem estabelecer um sistema de gestão de informações e rastreamento da sustentabilidade com uma estratégia claramente definida, políticas, metas, métricas, monitoramento, avaliação, capacidades individuais, adequadas à natureza e escala do projeto e proporcionais com o nível de riscos e impactos socioambientais, bem como um roteiro adequado para implementação visando a sustentabilidade.
<b>4.8 Gerenciamento de Passivos Existentes*</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e abordar os passivos e criar um plano de ação para resolvê-los.
<b>Desenvolvimento de capacidades</b>	
<b>4.9 Transferência de Conhecimento e Colaboração</b>	Os projetos de infraestrutura devem estabelecer mecanismos para colaboração organizacional, trabalho em equipe, utilização de fontes de conhecimento prévio, transferência de conhecimento e construção de capacidade interna, incluindo conhecimentos e habilidades de engenharia suficientes para projetar, preparar, construir, operar e manter de forma eficiente os ativos de infraestrutura.
<b>4.10 Integração de Avanços Tecnológicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem construir e manter capacidades para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios durante a concepção e implementação do projeto e aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega para melhorar a sustentabilidade geral do projeto.
<b>4.11 Coleta de Dados, Monitoramento e Avaliação</b>	Os projetos de infraestrutura devem desenvolver uma coleta de dados robusta e a capacidade de monitorar e avaliar essas informações, fundamentais para a eficácia e sustentabilidade do projeto, bem como para os órgãos de supervisão.

\* Atributo com a opção Não se Aplica (NA)

## 4.6 Equivalência dos atributos brasileiros com os consolidados pelos bancos multilaterais e G20

Para a escolha dos atributos brasileiros, como já mencionado, foi utilizado como base o documento do Marco de Infraestrutura Sustentável (BHATTACHARYA et al., 2019). Os documentos avaliados para esta consolidação foram: *“The Green, Resilient, Inclusive, and Sustainable Indicators” (GRIS)*, indicadores do *Asian Development Bank (ADB)*; *“The Sustainable Infrastructure Framework (SIF)”* do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); *“The Infrastructure Indicators”*, desenvolvido pelo *European Bank for Reconstruction and Development (EBRD)*; *“The Quality Infrastructure Investment Indicators (QII)”* da *International Finance Corporation (IFC)*; *“The Aligned Set of Sustainable Indicators for infrastructure” (ASSI)* desenvolvido pelo *World Bank’s Public-Private Infrastructure Advisory Facility (PPIAF)*. Além desses documentos, foram considerados os seis Princípios do G20 para Investimento em Infraestrutura de Qualidade.

O Quadro 8 mostra os atributos consolidados pelos bancos multilaterais e a equivalência com os propostos na metodologia brasileira. O Quadro 9 apresenta os princípios do G20 com a respectiva equivalência com os atributos brasileiros.

**Quadro 8. Os 16 atributos consolidados pelos bancos multilaterais e equivalência com os brasileiros**

Atributo consolidado pelos bancos multilaterais	Descrição do atributo consolidado	Atributo Brasileiro equivalente
<b>1 - Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa</b>	Projetos de infraestrutura devem ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE). Os projetos de infraestrutura devem estar alinhados tanto com as políticas e metas nacionais de redução de GEE quanto com os compromissos internacionais, como o Acordo de Paris para combater o aquecimento global. As avaliações das emissões de GEE devem considerar todo o ciclo de vida do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa</li> </ul>
<b>2 - Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Desastre</b>	Projetos de infraestrutura devem ser resilientes ao clima atual e futuro e aos choques climáticos relacionados às mudanças climáticas (por exemplo, eventos de início lento e rápido). As considerações de resiliência devem ser consideradas durante todo o ciclo do projeto, abordando os cenários de mudanças climáticas atuais e futuros. Riscos climáticos diretos e indiretos, especialmente aqueles que afetam trabalhadores e comunidades locais, devem ser avaliados e gerenciados por meio de uma avaliação de impacto climático e um plano de adaptação e recuperação de acordo com as estruturas nacionais de gestão de desastres.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</li> </ul>

Atributo consolidado pelos bancos multilaterais	Descrição do atributo consolidado	Atributo Brasileiro equivalente
<b>3 - Biodiversidade</b>	Projetos de infraestrutura devem evitar impactos negativos sobre a biodiversidade como um todo, ao mesmo tempo em que promovem estratégias de conservação. Os riscos e impactos ambientais derivados de um projeto de infraestrutura devem ser avaliados, gerenciados e monitorados durante todo o ciclo de vida de acordo com os padrões internacionais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Impactos e Conservação da Biodiversidade</li> <li>• Espécies Exóticas Invasoras</li> <li>• Capital Natural, Áreas de Alto Valor Ecológico, Patrimônio Biológico, Conectividade Ecológica e Serviços Ecossistêmicos</li> </ul>
<b>4 - Controle e Monitoramento dos Poluentes</b>	Projetos de infraestrutura devem evitar, avaliar, mitigar e gerenciar os impactos adversos da poluição na saúde humana e no meio ambiente. Qualquer forma de poluição causada pelas atividades do projeto (incluindo ar, água, solo, ruído e vibração ou uso de produtos químicos perigosos, entre outros) deve ser minimizada durante todas as fases do projeto. Planos de gerenciamento de poluição do ciclo de vida completo e mecanismos de monitoramento que seguem as boas práticas internacionais da indústria e requisitos regulatórios devem estar em vigor.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Controle e Monitoramento de Contaminantes</li> </ul>
<b>5 - Uso Eficiente de Materiais e Redução de Resíduos</b>	Projetos de infraestrutura devem ser planejados e desenhados considerando o uso eficiente dos materiais e a integração das práticas de reciclagem. Os projetos de infraestrutura devem implementar um plano de gestão de resíduos para monitorar e definir programas que permitam a substituição, reciclagem e recuperação desses subprodutos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso e Reciclagem de Materiais</li> <li>• Gestão de Resíduos</li> </ul>
<b>6 - Eficiência Energética e Hídrica</b>	Projetos de infraestrutura devem monitorar e promover o uso eficiente e sustentável de água e energia (incluindo fontes renováveis) durante o ciclo de vida do projeto. O uso de recursos hídricos e energéticos durante o projeto não deve prejudicar o acesso da comunidade a alimentos, terra e recursos hídricos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uso Eficiente dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos</li> <li>• Uso Eficiente de Energia e Fontes Renováveis</li> </ul>
<b>7 - Acesso ao Serviço e Acessibilidade do Serviço</b>	Projetos de infraestrutura devem ampliar o acesso a serviços de infraestrutura de alta qualidade, confiáveis, baratos e acessíveis, especialmente para grupos desfavorecidos, vulneráveis e carentes. Da mesma forma, os projetos de infraestrutura devem considerar as necessidades de recursos das comunidades locais ao calcular os ativos necessários para as atividades do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso, Qualidade, Confiabilidade e Acessibilidade ao Serviço</li> <li>• Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</li> <li>• Acesso da Comunidade aos Serviços Básicos e</li> <li>• Acessibilidade Universal</li> </ul>

Atributo consolidado pelos bancos multilaterais	Descrição do atributo consolidado	Atributo Brasileiro equivalente
<b>8 – Envolvimento das Partes Interessadas</b>	Projetos de infraestrutura devem identificar e envolver as partes interessadas e as comunidades afetadas para compreender plenamente suas necessidades e incorporá-las ao projeto. Consulta pública oficial, mecanismos de reclamação e outros processos de engajamento devem ser implementados para garantir a participação adequada das partes afetadas. Um claro engajamento das partes interessadas e um plano de consulta devem ser usados para monitorar o progresso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</li> <li>• Mecanismo de Reparação de Reclamações</li> </ul>
<b>9 - Integração de Pessoas com Deficiência e Necessidades Especiais</b>	Projetos de infraestrutura devem garantir que os serviços de infraestrutura sejam totalmente acessíveis a grupos com deficiência, desfavorecidos e outros com necessidades especiais. Os projetos de infraestrutura devem ser concebidos e implementados seguindo padrões universais de acessibilidade. Os projetos de infraestrutura devem coletar e implementar feedback desses grupos-alvo, garantindo que suas contribuições e necessidades sejam levadas em consideração ao longo do ciclo de vida do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mobilidade e Conectividade da Comunidade</li> <li>• Acessibilidade Universal</li> </ul>
<b>10 - Conformidade com os Direitos Humanos e Trabalhistas</b>	A infraestrutura é um setor-chave no qual os países podem demonstrar seu compromisso com os direitos humanos. Os projetos de infraestrutura devem cumprir os acordos de direitos humanos e práticas e padrões trabalhistas fundamentais, protegendo, promovendo e garantindo um tratamento justo, inclusivo, não discriminatório e igual para todos, de maneira consistente com os acordos estabelecidos pelo MDB. Atenção especial deve ser dada para atender às necessidades de grupos vulneráveis, incluindo grupos indígenas, bem como para protegê-los de qualquer tipo de discriminação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</li> <li>• Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</li> </ul>
<b>11 - Integração de Gênero</b>	Projetos de infraestrutura devem prevenir e mitigar os impactos adversos relacionados ao gênero, proporcionando oportunidades iguais para mulheres e homens. Os projetos de infraestrutura devem promover iniciativas para aumentar o empoderamento das mulheres, promover a igualdade de gênero e estimular o acesso das mulheres a recursos, atividades econômicas e educação.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres</li> </ul>
<b>12 - Saúde e Segurança</b>	Projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar os impactos e riscos do projeto na saúde e segurança da comunidade ao longo do ciclo do projeto, garantindo que as atividades do projeto não aumentem os riscos de segurança para as populações locais. Ao mesmo tempo, os projetos de infraestrutura devem garantir um ambiente de trabalho seguro para todos os trabalhadores, estabelecendo padrões de segurança e saúde ocupacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e Segurança da Comunidade</li> <li>• Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</li> <li>• Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</li> </ul>



Atributo consolidado pelos bancos multilaterais	Descrição do atributo consolidado	Atributo Brasileiro equivalente
<b>13 - Protocolos e Procedimentos Anticorrupção</b>	Projetos de infraestrutura devem desenvolver e implementar um sistema de gestão anticorrupção e antissuborno ao longo do ciclo de vida do projeto, incluindo medidas que promovam a ética, a responsabilidade, a integridade e a transparência. O projeto deve manter padrões de conduta e passar pelos canais apropriados para relatar irregularidades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura Anticorrupção e Transparência</li> </ul>
<b>14 - Divulgação de Sustentabilidade Corporativa</b>	Projetos de infraestrutura devem cumprir os regulamentos nacionais de governança corporativa para garantir que as políticas e planos de gestão ambiental e social sejam aplicados ao longo do ciclo de vida do projeto. Esses planos e políticas devem ser tornados públicos e garantir um processo de aquisição transparente e aberto. Os desenvolvedores de infraestrutura devem trabalhar com fornecedores certificados que seguem práticas de sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura de Governança Corporativa</li> </ul>
<b>15 - Retorno Econômico e Social Positivo do Projeto</b>	Projetos de infraestrutura devem capturar os retornos econômicos e sociais líquidos ao longo de todo o ciclo de vida do projeto, levando em consideração as externalidades positivas e negativas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno Socioeconômico do Projeto</li> </ul>
<b>16 - Criação de Emprego</b>	Projetos de infraestrutura devem promover o crescimento inclusivo e sustentável, criando empregos locais diretos e indiretos de qualidade. Os projetos de infraestrutura devem impulsionar a criação de empregos além da fase de construção do projeto e ter como objetivo aumentar a produtividade na área de influência.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento, Produtividade, Competitividade e Espalhamento (<i>spillover</i>)</li> </ul>

**Quadro 9. Princípios do G20 e equivalência com os atributos brasileiros**

Princípios do G20	Descrição do Princípio	Atributo Brasileiro equivalente
<b>Princípio 1:</b> Maximizar o impacto positivo da infraestrutura para alcançar o crescimento e desenvolvimento sustentáveis.	<b>1.1 <i>Círculo virtuoso de atividades econômicas:</i></b> O objetivo de buscar investimentos em infraestrutura de qualidade é maximizar o impacto positivo da infraestrutura em termos econômicos, ambientais, sociais e de desenvolvimento e criar um círculo virtuoso de atividades econômicas, garantindo ao mesmo tempo finanças públicas sólidas. Este círculo virtuoso pode assumir várias formas. Novos empregos são criados durante a construção, operação e manutenção da infraestrutura, enquanto os efeitos colaterais positivos da infraestrutura estimulam a economia e levar a uma maior demanda por empregos. Tecnologia avançada e know-how podem ser transferidos voluntariamente e em termos mutuamente acordados. Isso pode resultar em uma melhor alocação de recursos, capacidades aprimoradas, atualização de habilidades e melhoria da produtividade para as economias locais. Esse ímpeto melhoraria o potencial de crescimento econômico, levando à ampliação da base de investidores, atraindo mais investimento privado e resultando em melhorias adicionais nos fundamentos econômicos. Isso facilitaria o comércio, o investimento e o desenvolvimento econômico. Todos esses resultados esperados do investimento devem ser considerados na concepção e planejamento do projeto.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento, Produtividade, Competitividade e Espalhamento (<i>spillover</i>)</li> <li>• Transferência de Conhecimento e Colaboração</li> </ul>
	<b>1.2 <i>Promover o desenvolvimento sustentável e a conectividade:</i></b> O investimento em infraestrutura deve levar em consideração os aspectos econômicos, ambientais e sociais e de governança, e ser orientado por um senso de responsabilidade compartilhada de longo prazo para o planeta, consistente com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, estratégias de desenvolvimento nacionais e locais e relevantes compromissos internacionais e, no espírito de ampla consulta, esforços conjuntos e benefícios compartilhados. As instalações e serviços de infraestrutura devem ter o desenvolvimento sustentável em seu núcleo e precisam estar amplamente disponíveis, acessíveis, inclusivos e benéficos para todos. Um círculo virtuoso de atividades econômicas seria ainda mais assegurado por meio do aumento da acessibilidade e da conectividade nacional, regional e global da infraestrutura, com base no consenso entre os países. A mobilização de recursos internos é crítica para lidar com a lacuna de financiamento de infraestrutura. A assistência para o desenvolvimento de capacidades, inclusive para a preparação de projetos, deve ser prestada aos países em desenvolvimento com a participação de organizações internacionais. O investimento em infraestrutura de qualidade também precisa ser adaptado às condições individuais do país e consistente com as leis e regulamentações locais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Crescimento, Produtividade, Competitividade Espalhamento (<i>spillover</i>);</li> <li>• Acesso, Qualidade, Confiabilidade e Acessibilidade ao Serviço</li> <li>• Distribuição Equitativa de Benefícios</li> <li>• Compensação da Comunidade e Divisão de Benefícios</li> <li>• Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</li> <li>• Alinhamento com os Objetivos Nacionais e Internacionais de Sustentabilidade</li> <li>• Mobilidade e Conectividade da Comunidade</li> <li>• Acessibilidade Universal</li> <li>• Estrutura de Governança Corporativa</li> <li>• Conformidade com as Regulações Sociais, Ambientais, Econômicas, Territorial e de Planejamento Urbano</li> <li>• Transferência de Conhecimento e Colaboração</li> </ul>

Princípios do G20	Descrição do Princípio	Atributo Brasileiro equivalente
<p><b>Princípio 2:</b> Aumentando a eficiência econômica em vista do custo do ciclo de vida. O investimento em infraestrutura de qualidade deve obter valor para o dinheiro e permanecer acessível em relação aos custos do ciclo de vida, levando em consideração o custo total ao longo do seu ciclo de vida (planejamento, projeto, finanças, construção, operação e manutenção (O&amp;M) e possível descarte), em comparação com o valor do ativo, bem como seus benefícios econômicos, ambientais e sociais. Usar essa abordagem ajuda a escolher entre reparar ou atualizar uma infraestrutura existente ou lançar um novo projeto. A preparação do projeto, conforme estabelecido nos Princípios do G20 para a Fase de Preparação do Projeto de Infraestrutura, é crucial nesse sentido.</p>	<p><b>2.1 Os custos e benefícios do ciclo de vida dos investimentos em infraestrutura devem ser levados em consideração para garantir a eficiência:</b> Construção, O&amp;M e possíveis custos de descarte devem ser estimado desde o início da fase de preparação do projeto. A identificação de mecanismos para lidar com os excessos de custos e cobrir os custos contínuos de O&amp;M é crítica para garantir a sustentabilidade financeira no nível do projeto. A análise de custo-benefício deve ser usada ao longo do ciclo de vida dos projetos de infraestrutura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno Socioeconômico do Projeto</li> <li>• Sustentabilidade Financeira dos Ativos</li> <li>• Operação e Manutenção de Ativos de Infraestrutura</li> </ul>
	<p><b>2.2 Projetos de infraestrutura devem incluir estratégias para mitigar os riscos de atrasos e excesso de custos, e aqueles nas fases de pós-entrega:</b> Os elementos necessários para atingir este objetivo podem incluir: (i) amplo envolvimento das partes interessadas ao longo do projeto; (ii) experiência em planejamento, operações e alocação / mitigação de risco; e (iii) aplicação de salvaguardas e instrumentos apropriados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alocação e Gestão Eficazes dos Riscos</li> <li>• Operação e Manutenção de Ativos de Infraestrutura</li> <li>• Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</li> </ul>
	<p><b>2.3 As tecnologias inovadoras devem ser aproveitadas ao longo do ciclo de vida dos projetos de infraestrutura, quando apropriado, para aumentar a eficiência econômica da infraestrutura existente e da nova:</b> As tecnologias avançadas são um componente importante para ativos novos e existentes e podem ajudar a melhorar a disponibilidade de dados para monitorar o uso, o desempenho e a segurança da infraestrutura.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração de Avanços Tecnológicos</li> <li>• Coleta de Dados, Monitoramento e Avaliação</li> </ul>

Princípios do G20	Descrição do Princípio	Atributo Brasileiro equivalente
<b>Princípio 3:</b> Integrando Considerações Ambientais em Investimentos em Infraestrutura. Os impactos positivos e negativos dos projetos de infraestrutura sobre os ecossistemas, a biodiversidade, o clima, o clima e o uso de recursos devem ser internalizados pela incorporação dessas considerações ambientais em todo o processo de investimento em infraestrutura, incluindo a melhoria da divulgação dessas informações relacionadas ao meio ambiente e, assim, possibilitando o uso de instrumentos de financiamento verde. Os projetos de infraestrutura devem se alinhar com as estratégias nacionais e contribuições nacionalmente determinadas para os países determinados a implementá-los, e com a transição para estratégias de longo prazo de baixas emissões, tendo em mente as circunstâncias do país.	3.1 Essas considerações ambientais devem estar enraizadas em todo o ciclo de vida dos projetos de infraestrutura: O impacto no meio ambiente do desenvolvimento, operação e manutenção, e possível destinação do projeto de infraestrutura deve ser avaliado continuamente. A adaptação baseada no ecossistema deve ser considerada.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa</li> <li>• Avaliação dos Riscos e Impactos Socioambientais</li> <li>• Impactos e Conservação da Biodiversidade</li> <li>• Capital Natural, Áreas de Alto Valor Ecológico, Patrimônio Biológico, Conectividade Ecológica e Serviços Ecossistêmicos</li> </ul>
	3.2 O impacto ambiental do investimento em infraestrutura deve ser transparente para todas as partes interessadas: Aumentará a valorização dos projetos de infraestrutura sustentável e também a conscientização sobre os riscos relacionados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</li> <li>• Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</li> </ul>
<b>Princípio 4:</b> Construindo Resiliência contra Desastres Naturais e Outros Riscos. Dado o número crescente e a magnitude elevada dos desastres naturais e o início lento das mudanças ambientais, enfrentamos a necessidade urgente de garantir a adaptabilidade de longo prazo e construir resiliência da infraestrutura contra esses riscos. A infraestrutura também deve ser resiliente contra riscos de origem humana.	4.1 A gestão sólida do risco de desastres deve ser considerada ao projetar a infraestrutura: Um plano abrangente de gestão de risco de desastres deve influenciar o projeto da infraestrutura, a manutenção contínua e considerar o restabelecimento dos serviços essenciais.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alocação e Gestão Eficazes dos Riscos</li> <li>• Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</li> </ul>
	4.2 Mecanismos de financiamento e seguro contra riscos de desastres bem planejados também podem ajudar a incentivar uma infraestrutura resiliente por meio do financiamento de medidas preventivas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alocação e Gestão Eficazes dos Riscos</li> <li>• Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</li> </ul>

Princípios do G20	Descrição do Princípio	Atributo Brasileiro equivalente
<b>Princípio 5:</b> Integrando Considerações Sociais no Investimento em Infraestrutura. A infraestrutura deve ser inclusiva, possibilitando a participação econômica e a inclusão social de todos. Os impactos econômicos e sociais devem ser considerados como um componente importante ao avaliar a qualidade do investimento em infraestrutura e devem ser gerenciados sistematicamente ao longo do ciclo de vida do projeto.	<b>5.1 O acesso aberto aos serviços de infraestrutura deve ser garantido de forma não discriminatória para a sociedade:</b> Isso é melhor alcançado por meio de consulta significativa e tomada de decisão inclusiva com as comunidades afetadas ao longo do ciclo de vida do projeto, com o objetivo de garantir o acesso não discriminatório aos usuários.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</li> <li>• Acessibilidade Universal</li> </ul>
	<b>5.2 As práticas de inclusão devem ser integradas ao longo do ciclo de vida do projeto:</b> O projeto, a entrega e a gestão da infraestrutura devem respeitar os direitos humanos e as necessidades de todas as pessoas, especialmente aquelas que podem sofrer vulnerabilidades específicas, incluindo mulheres, crianças, comunidades ou indivíduos deslocados, pessoas com deficiência, grupos indígenas e populações pobres e marginalizadas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</li> <li>• Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres e</li> <li>• Povos Indígenas e Tradicionais</li> </ul>
	<b>5.3. Todos os trabalhadores devem ter oportunidades iguais de acesso a empregos criados por investimentos em infraestrutura, desenvolver habilidades, poder trabalhar em condições seguras e saudáveis, ser remunerados e tratados de forma justa, com dignidade e sem discriminação:</b> Deve-se dar atenção especial a como a infraestrutura facilita o empoderamento econômico das mulheres por meio de igualdade de acesso a empregos, incluindo empregos bem remunerados e oportunidades criadas por investimentos em infraestrutura. Os direitos das mulheres devem ser respeitados na participação no mercado de trabalho e nos requisitos do local de trabalho, incluindo treinamento de habilidades e políticas de segurança e saúde ocupacional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e Segurança da Comunidade</li> <li>• Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</li> <li>• Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</li> <li>• Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres</li> <li>• Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</li> </ul>
	<b>5.4 Devem ser criadas condições ocupacionais seguras e saudáveis, tanto no local da infraestrutura quanto nas comunidades do entorno:</b> Manter as condições de segurança e saúde ocupacional também representaria uma enorme vantagem econômica em todo o mundo.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde e Segurança da Comunidade</li> <li>• Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</li> <li>• Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</li> </ul>

Princípios do G20	Descrição do Princípio	Atributo Brasileiro equivalente
<p><b>Princípio 6:</b> Fortalecimento da Governança da Infraestrutura. A boa governança da infraestrutura durante o ciclo de vida do projeto é um fator-chave para garantir a rentabilidade, a responsabilidade, a transparência e a integridade do investimento em infraestrutura a longo prazo. Os países devem estabelecer regras claras, instituições robustas e boa governança no setor público e privado, refletindo os compromissos internacionais relevantes dos países, o que irá mitigar vários riscos relacionados à tomada de decisão de investimento, incentivando assim a participação do setor privado. A coordenação entre os diferentes níveis de governo é necessária. A capacitação também é fundamental para garantir a tomada de decisão informada e a eficácia dos esforços anticorrupção. Além disso, a governança aprimorada pode ser apoiada por boas práticas do setor privado, incluindo práticas de conduta empresarial responsável.</p>	<p><b>6.1 A abertura e a transparência das aquisições devem ser asseguradas para garantir que os projetos de infraestrutura tenham uma boa relação custo-benefício, sejam seguros e eficazes e que o investimento não seja desviado do uso pretendido:</b> Processos de tomada de decisão, licitações e execução transparentes, justos, informados e inclusivos são a base da boa governança de infraestrutura. Uma maior transparência, inclusive em termos de financiamento e apoio oficial, ajudará a garantir a igualdade no processo de aquisição. Uma ampla gama de partes interessadas, como usuários, população local, organizações da sociedade civil e setor privado, deve estar envolvida.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura Anticorrupção e Transparência</li> <li>• Licitação e Compras Sustentáveis</li> </ul>
	<p><b>6.2 Instituições de governança bem projetadas e funcionando bem devem estar disponíveis para avaliar a sustentabilidade financeira de projetos individuais e priorizar entre os projetos de infraestrutura em potencial, sujeitos ao financiamento geral disponível:</b> Além da sustentabilidade financeira no nível do projeto, o impacto dos projetos de infraestrutura com financiamento público e de possíveis passivos contingentes na sustentabilidade da dívida no nível macro deve ser considerado e transparente, visto que o investimento em infraestrutura pode ter um impacto significativo nas finanças públicas. Isso contribuirá para obter uma boa relação custo-benefício que considere o custo do ciclo de vida, promovendo a sustentabilidade fiscal, economizando espaço fiscal para projetos potenciais futuros e atraindo mais investimentos privados. Uma estrutura de tomada de decisão funcionalmente integrada e transparente para investimentos em infraestrutura que considera tanto O&amp;M quanto novos investimentos para garantir a alocação eficiente de recursos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Integração Institucional e Setorial</li> <li>• Estrutura de Governança Corporativa</li> </ul>
	<p><b>6.3 Esforços anticorrupção combinados com maior transparência devem continuar a salvaguardar a integridade dos investimentos em infraestrutura, que são potencialmente de grande escala, complexos, de longo prazo e com uma ampla gama de partes interessadas:</b> Os projetos de infraestrutura devem ter medidas em vigor para mitigar os riscos de corrupção em todas as fases do projeto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura Anticorrupção e Transparência</li> </ul>
	<p><b>6.4 O acesso a informações e dados adequados é um fator capacitante para apoiar a tomada de decisões de investimento, gerenciamento de projetos e avaliação:</b> O acesso a informações e dados deve estar disponível no país para ajudar a realizar análises de custos e benefícios, apoiar a tomada de decisões do governo e o monitoramento de políticas e facilitar os processos de preparação e gestão de projetos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema de Gestão de Informações do Projeto e Rastreamento de Sustentabilidade</li> <li>• Transferência de Conhecimento e Colaboração</li> <li>• Coleta de Dados, Monitoramento e Avaliação</li> </ul>



## 4.7 Embasamento legal, agendas globais e boas práticas

O processo de elaboração de atributos e níveis da ficha brasileira incluiu:

- Estudo da legislação nacional (Constituição, Leis Federais, Decretos Federais, Resoluções e Portarias) que fosse abrangente para todos os setores de infraestrutura – não constando, portanto, as leis específicas por setor;
- Guia Geral de Análise Socioeconômica de Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura - Guia ACB (Ministério da Economia, 2022);
- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) (IPEA, 2015; ONU, 2018);
- Acordo de Paris (ONU, 2015a);
- Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – Sobre os povos indígenas e tribais (OIT, 1991);
- Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015 - 2030 (ONU, 2015b);
- Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB (ONU, 1993) e;
- Quadro de Políticas Ambientais e Sociais do BID (BID, 2020).

A pesquisa considerou as leis e demais documentos publicados até o dia 14 de junho de 2021. O Quadro 10 apresenta agendas globais e boas práticas para suporte dos atributos. O Quadro 11 apresenta o embasamento legal utilizado para proposição dos atributos para o Brasil.

**Quadro 10. Agendas Globais e Boas Práticas para suporte dos atributos**

Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>Sustentabilidade Econômica e Financeira</b>					
<b>1.1 Retorno Socioeconômico do Projeto</b>	ODS 17:19	-	1. Introdução 2. Avaliação socioeconômica de projetos 7. Estimativas de Externalidades 8. Indicadores de viabilidade do projeto 12. Apresentação de resultados	-	-
<b>1.2 Crescimento, Produtividade, Competitividade e Espalhamento (spillover)</b>	ODS 8.1, 8.2, 8.3, 8.5 e ODSI 9.1	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos 5. Estimativas de custos econômicos 7. Estimativas de Externalidades 8. Indicadores de viabilidade do projeto I. Catálogo de parâmetros	-	-
<b>1.3 Acesso, Qualidade, Confiabilidade e Acessibilidade ao Serviço</b>	ODS 1.4	-	3. Fundamentos para intervenção 7. Estimativas de Externalidades 10. Análise distributiva	-	-
<b>1.4 Alocação e Gestão Eficazes dos Riscos</b>	-	-	1. Introdução 2. Avaliação socioeconômica de projetos 4. Requisitos informacionais da ACB 6. Estimação de benefícios econômicos 9. Análise de risco 10. Análise distributiva 12. Apresentação de resultados I. Catálogo de parâmetros	-	-

Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>1.5 Sustentabilidade Financeira dos Ativos</b>	-	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos 9. Análise de risco 11. Alternativas de implementação	-	-
<b>1.6 Clareza nos Fluxos de Receita</b>	-	-	1. Introdução 2. Avaliação socioeconômica de projetos 8. Indicadores de viabilidade do projeto 10. Análise distributiva	-	-
<b>1.7 Regulação Efetiva</b>	ODS 10.5 e ODSI 8.10	-	1. Introdução 2. Avaliação socioeconômica de projetos 3. Fundamentos para intervenção 4. Requisitos informacionais da ACB 6. Estimativa de benefícios econômicos 7. Estimativa de Externalidades 10. Análise distributiva	-	-
<b>1.8 Dívida e Sustentabilidade Fiscal</b>	-	-	5. Estimativa de custos econômicos	-	-
<b>1.9 Alinhamento de Custos, Preços e Incentivos de Sustentabilidade</b>	-	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos 3. Fundamentos para intervenção 5. Estimativas de custos econômicos 6. Estimativas de benefícios econômicos 11. Alternativas de implementação	-	-
<b>1.10 Operação e Manutenção de Ativos de Infraestrutura</b>	-	-	1. Introdução 2. Avaliação socioeconômica de projetos 5. Estimativas de custos econômicos	-	-

Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>Sustentabilidade Ambiental incluindo Resiliência Climática</b>					
<b>2.1 Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa</b>	ODS 7.2, 11.6, 12.c, 13.2	Art. 2º, Art. 4º e Art. 6º	3. Fundamentos para intervenção 4. Requisitos informacionais da ACB 7. Estimativas de Externalidades I. Catálogo de parâmetros	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020), Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) atualizada em 08/12/2020
<b>2.2 Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</b>	ODS 1.5, 9.a, 11.5, 11.b, 11.c, 13 e ODSI 9.1	Art. 2º, Art. 7º e Art. 8,	4. Requisitos informacionais da ACB 7. Estimativas de Externalidades 8. Indicadores de viabilidade do projeto 9. Análise de risco I. Catálogo de parâmetros Anexo II. Riscos Climáticos	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Gerenciamento de Riscos de Desastres (OP-704)	Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015- 2030
<b>2.3 Controle e Monitoramento de Contaminantes</b>	ODS 3.9, 6.3, 9.4, 11.6, 12.4	Art. 4º	4. Requisitos informacionais da ACB 5. Estimativas de custos econômicos 6. Estimativas de benefícios econômicos 7. Estimativas de Externalidades	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)
<b>2.4 Avaliação dos Riscos e Impactos Socioambientais</b>	ODS 11.6, 12.b		2. Avaliação socioeconômica de projetos 4. Requisitos informacionais da ACB Anexo II. Riscos Climáticos	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)
<b>2.5 Impactos e Conservação da Biodiversidade</b>	ODS 6.6, 12.4, 14.1, 14.2, 14.3, 15	Art. 5º	3. Fundamentos para intervenção 4. Requisitos informacionais da ACB 7. Estimativas de Externalidades I. Catálogo de parâmetros	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)
<b>2.6 Espécies Exóticas Invasoras</b>	ODS 15.8		4. Requisitos informacionais da ACB 7. Estimativas de Externalidades	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>2.7 Capital Natural, Áreas de Alto Valor Ecológico, Patrimônio Biológico, Conectividade Ecológica e Serviços Ecossistêmicos</b>	ODS 6.6, 12.4, 11.4, 15.1, 15.2, 15.4, 15.5	Art. 5º, Art. 7º - 5	4. Requisitos informacionais da ACB 6. Estimativas de benefícios econômicos 7. Estimativas de Externalidades 12. Apresentação de resultados	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)
<b>2.8 Produção Rural Sustentável</b>	ODS 2.3, 2.4, 2.5, 12.1, 12.2, 12.3	Art. 5º	7. Estimação de Externalidades	Política Operacional de Gerenciamento de Pesticidas (OP 4.09)	-
<b>2.9 Uso Eficiente dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos</b>	ODS 6.3, 6.4, 6.5, 6.a, 6.b, 9.4, 12.2	-	1. Introdução 4. Requisitos informacionais da ACB 6. Estimativas de benefícios econômicos 7. Estimativas de Externalidades	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	-
<b>2.10 Uso Eficiente de Energia e Fontes Renováveis</b>	ODS 7.2, 7.3, 7.a, 7.b, 9.4, 12.2	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos 3. Fundamentos para intervenção 4. Requisitos informacionais da ACB 5. Estimação de custos econômicos 6. Estimativas de benefícios econômicos 7. Estimativas de Externalidades I. Catálogo de parâmetros	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	-
<b>2.11 Uso e Reciclagem de Materiais</b>	ODS 11.6, 12.2, 12.4, 12.5	-	3. Fundamentos para intervenção	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	-

Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>2.12 Gestão de Resíduos</b>	ODS 3.9, 11.6, 12.2, 12.4, 12.5		3. Fundamentos para intervenção 4. Requisitos informacionais da ACB 5. Estimativas de custos econômicos 6. Estimativas de benefícios econômicos 7. Estimativas de Externalidades I. Catálogo de parâmetros	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	-
<b>Sustentabilidade Social</b>					
<b>3.1 Distribuição Equitativa de Benefícios</b>	ODS 1.4, 9.1, 15.6	-	1. Introdução 8. Indicadores de viabilidade do projeto 10. Análise distributiva	-	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) Art. 1º
<b>3.2 Compensação da Comunidade e Divisão de Benefícios</b>	ODS 1.4, 15.6	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos 4. Requisitos informacionais da ACB 6. Estimativas de benefícios econômicos 7. Estimativas de Externalidades 10. Análise distributiva I. Catálogo de parâmetros	-	Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) Art. 1º
<b>3.3 Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</b>	ODS 6.b, 11.3, 16.7	-	1. Introdução 4. Requisitos informacionais da ACB 10. Análise distributiva 12. Apresentação de resultados	Kvam, Reidar. Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais, 2017. Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020)	-
<b>3.4 Mecanismo de Reparação de Reclamações</b>	ODS 16.7	-		Kvam, Reidar. Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais, 2017.	-



Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>3.5 Reassentamento e Deslocamento Econômico Involuntários</b>	ODS 11.1, 11.2, 11.3,	-	4. Requisitos informacionais da ACB	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Reassentamento Involuntário (OP-710)	Política Operacional de Reassentamento Involuntário do Banco Mundial (OP 4.12)
<b>3.6 Acesso da Comunidade aos Serviços Básicos</b>	ODS 1.4, 11	-	3. Fundamentos para intervenção 7. Estimativas de Externalidades 10. Análise distributiva I. Catálogo de parâmetros	-	-
<b>3.7 Mobilidade e Conectividade da Comunidade</b>	ODS 11.2, 11.3	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos 4. Requisitos informacionais da ACB	-	-
<b>3.8 Acessibilidade Universal</b>	ODS 11.2, 11.3, 11.7	-	3. Fundamentos para intervenção 7. Estimativas de Externalidades 10. Análise distributiva	-	-
<b>3.9 Saúde e Segurança da Comunidade</b>	ODS 3.6, 3.9, 11.1		4. Requisitos informacionais da ACB 7. Estimativas de Externalidades 10. Análise distributiva I. Catálogo de parâmetros	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020)	-
<b>3.10 Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</b>	ODS 3.5, 5.2, 16.1, 16.2	-	-	-	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020)
<b>3.11 Preservação ou Melhoria dos Espaços Públicos, Recreativos e Áreas Naturais</b>	ODS 11.7	-	4. Requisitos informacionais da ACB	-	-
<b>3.12 Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</b>	ODS 1.4, 1.5, 10.2, 10.3 e ODSI 8.5, 10.4	-	-	-	-

Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>3.13 Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres</b>	ODS 5.1, 5.5, 5.b, 5.c, 8.5, 10.2, 10.3 e ODSI 10.4	Art. 7º - 5	-	Convenção 100 da OIT relativa à Igualdade de Remuneração.	Política de Igualdade de Gênero no Desenvolvimento (OP-761)
<b>3.14 Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</b>	ODS 3.9, 8.3, 8.5, 8.7, 8.8	-	-	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	-
<b>3.15 Patrimônio Histórico e Cultural</b>	ODS 8.9, 11.4	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020) e Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas (OP-703)	-
<b>3.16 Povos Indígenas e Tradicionais</b>	ODS 11.4 e ODSB 15.6.2	Art. 7º - 5	4. Requisitos informacionais	Quadro de Políticas Ambientais e Sociais (BID, 2020). Política dos Povos Indígenas (OP-765) .	Organização Internacional do Trabalho - OIT 169. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas de 13/09/2007. Convenção sobre Diversidade Biológica art. 8º, j
<b>Dimensão institucional</b>					
<b>4.1 Alinhamento com os Objetivos Nacionais e Internacionais de Sustentabilidade</b>	ODS 13.2	-	1. Introdução	-	-
<b>4.2 Integração Institucional e Setorial</b>	ODS 11.a	-	1. Introdução 3. Fundamentos para intervenção 4. Requisitos informacionais da ACB 12. Apresentação de resultados	-	-
<b>4.3 Estrutura de Governança Corporativa</b>	ODS 16.6, 16.7, 16.8	-	1. Introdução 4. Requisitos informacionais da ACB 11. Alternativas de implementação	-	-

Atributo	ODS Brasil e Internacional	Acordo Paris	GUIA ACB	Salvaguardas	Outros
<b>4.4 Estrutura Anticorrupção e Transparência</b>	ODS 16.4, 16.5, 16.6	Art. 13	11. Alternativas de implementação	-	-
<b>4.5 Conformidade com as Regulações Sociais, Ambientais, Econômicas, Territorial e de Planejamento Urbano</b>	ODS 11.a, 13.2, 16.b	-	2. Avaliação socioeconômica de projetos 3. Fundamentos para intervenção 4. Requisitos informacionais da ACB 5. Estimativas de custos econômicos	-	-
<b>4.6 Licitação e Compras Sustentáveis</b>	ODS 8.4, 11.c, 12.1, 12.7	-	11. Alternativas de implementação	-	-
<b>4.7 Sistema de Gestão de Informações do Projeto e Rastreamento de Sustentabilidade</b>	ODS 12.2, 12.8, 16.10	-	-	-	-
<b>4.8 Gerenciamento de Passivos Existentes</b>	ODS 12.2	-	5. Estimativas de custos econômicos	-	-
<b>4.9 Transferência de Conhecimento e Colaboração</b>	ODS 9.5, 12.8, 16.10, 17.17	Art. 10	-	Convenção sobre Diversidade Biológica art. 16	-
<b>4.10 Integração de Avanços Tecnológicos</b>	ODS 7.a, 8.2, 9.4, 9.5, 9.a, 9.b, 9.c, 12.a, 17.7, 17.8, 17.16	Art. 10	-	-	-
<b>4.11 Coleta de Dados, Monitoramento e Avaliação</b>	ODS 12.2, 12.8, 16.10	Art. 13	-	-	Instrução Normativa, N° 4 de 13 de Abril de 2012 - Institui a Infraestrutura Nacional de Dados Abertos - INDA.

**Quadro 11. Embasamento legal para suporte dos atributos**

Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>Dimensão Sustentabilidade Econômica e Financeira</b>		
<b>1.1 Retorno Socioeconômico do Projeto</b>	-	<b>Acórdão 2674/2009-TCU-Plenário; 25/10/2009</b> - Plenário; 2425/2009 - Plenário e 1837/2009 - Plenário. TCU se posiciona pela exigibilidade de estudos de viabilidade técnica e econômica para obras de engenharia. <b>Decreto nº 10.526, de 20/10/2020</b> - Institui o Comitê Interministerial de Planejamento da Infraestrutura e o Plano Integrado de Longo Prazo da Infraestrutura no âmbito do Governo federal. <b>“Portaria SEPEC/ME/IPEA nº 188, de 13/01/2022</b> - Disciplina metodologia para estimativa de viabilidade socioeconômica, institui o Guia ACB e estabelece o Catálogo de Parâmetros”. “Relatório Anual sobre as Fiscalizações de Obras Públicas (Fiscobras 2021), do Tribunal de Contas da União - TCU”
<b>1.2 Crescimento, Produtividade, Competitividade e Espalhamento (spillover)</b>	-	<b>Decreto nº 10.534, de 28/10/2020</b> - Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança.
<b>1.3 Acesso, qualidade, confiabilidade e acessibilidade ao serviço</b>	-	-
<b>1.4 Alocação e gestão eficazes dos riscos</b>	-	CGU publicou a Política de Gestão de Riscos (PGR) na <b>Portaria nº 915/2017</b> , A Metodologia de Gestão de Riscos foi aprovada pelo Comitê de Gestão Estratégica no dia 28/03/2018 e publicada na <b>Portaria nº 910</b> , de 3 de abril de 2018. <b>Portaria CGU nº 1.089/2018</b> - Estabelece orientações para que os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotem procedimentos para a estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade e dá outras providências. Em 10 de maio de 2016, a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) publicaram a <b>Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01</b> .
<b>1.5 Sustentabilidade financeira dos ativos</b>	-	-
<b>1.6 Clareza nos fluxos de receita</b>	-	-
<b>1.7 Regulação Efetiva</b>	-	A regulação se dá por setor de infraestrutura. <b>Lei nº 13.848, de 25/06/2019</b> - Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras e <b>Lei nº 8.987</b> , de 1995, sobre o regime de concessões, e a prestação de serviços públicos no art. 175 da Constituição Federal. <b>Lei nº 11.079</b> , que Institui Normas Gerais para Licitação e Contratação de Parceria Público-Privada no âmbito da Administração Pública) .

<b>Brasil</b>	<b>Constituição</b>	<b>Legislação Federal</b>
<b>1.8 Dívida e Sustentabilidade Fiscal</b>	-	<b>Lei nº 14.116, de 31/12/2020</b> - Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021 e dá outras providências. <b>Lei Complementar nº 101, 04/05/2000</b> - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
<b>1.9 Alinhamento de Custos, Preços e Incentivos de Sustentabilidade</b>	-	<b>Decreto nº 10.387, de 05/06/2020</b> - Altera o Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, para dispor sobre incentivo ao financiamento de projetos de infraestrutura com benefícios ambientais e sociais. <b>Decreto nº 8.874, de 11/10/2016</b> - Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.
<b>1.10 Operação e Manutenção de Ativos de Infraestrutura</b>	-	<b>Lei nº 8.987, de 13/02/1995</b> - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.
<b>Dimensão ambiental e resiliência climática</b>		
<b>2.1 Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa</b>	-	<b>Lei nº 12.114, de 9/12/2009</b> - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC). <b>Lei nº 12.187, de 29/12/2009</b> - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). <b>Lei nº 13.576, de 26/12/2007</b> - Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). <b>Lei nº 12.114, de 9/12/2009</b> - Fundo Decreto nº 2.652, de 01/07/1998 - Promulga a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. <b>Decreto nº 10.1441, de 28/11/2019</b> - Institui a Comissão Nacional para Redução das Emissões de Gases de Efeito Estufa Provenientes do Desmatamento e da Degradação Florestal, Conservação dos Estoques de Carbono Florestal, Manejo Sustentável de Florestas e Aumento de Estoques de Carbono Florestal - REDD+. <b>Resolução CONAMA nº 241, de 30/06/1998</b> - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes. <b>Resolução CONAMA nº 242, de 30/06/1998</b> - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes. <b>Resolução CONAMA nº 267, de 14/09/2000</b> - Proibição de substâncias que destroem a camada de ozônio. <b>Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006</b> - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas.

Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>2.2 Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</b>	Art. 21 XVIII	<p> <b>Lei nº 6.766, de 19/12/1979</b> - Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano. <b>Lei nº 8.666, de 21/06/1993</b> - Lei de Licitações. <b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. <b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981</b> - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Lei nº 12.114, de 9/12/2009</b> - Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC). <b>Lei nº 12.187, de 29/12/2009</b> - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). <b>Lei nº 12.340, de 01/12/2010</b> - Dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil. <b>Lei nº 12.608, de 10/04/2012</b> - Institui Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. <b>Lei nº 12.651, de 25/05/2012</b> - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. <b>Lei nº 12.983, de 02/06/2014</b> - Transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil. <b>Instrução Normativa Ministério da Integração nº 1, de 24/08/2012</b> - Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. <b>Instrução Normativa Ministério da Integração nº 2, de 20/12/2016</b> - Estabelece procedimentos e critérios para a decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e pelo Distrito Federal, e para o reconhecimento federal das situações de anormalidade decretadas pelos entes federativos e dá outras providências. <b>Decreto nº 2.652, de 01/07/1998</b> - Promulga a Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. <b>Decreto nº 4.297, de 10/07/2002</b> - Regulamenta o art. 9º, inciso II, da Lei nº 6.938. <b>Decreto nº 7.257, de 04/08/2010</b> - Regulamenta a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, para dispor sobre as transferências de recursos para ações de socorro, assistência às vítimas, restabelecimento de serviços essenciais e reconstrução nas áreas atingidas por desastre e sobre a prestação de contas e fiscalização dos recursos transferidos. <b>Decreto nº 9.578, de 22/11/2018</b> - Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. <b>Decreto nº 10.593, de 24/12/2020</b> - Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema e Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres.         </p>

Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>2.3 Controle e Monitoramento de Contaminantes</b>	Art. 23 VI e Art. 225 § 1º	<p><b>Decreto - Lei nº 1.413, de 31/07/1975</b> - Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica. <b>Decreto nº 4.339, de 22/08/2002</b> - Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade. <b>Decreto nº 6.514, de 22/07/2008</b> - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 241, de 30/06/1998</b> - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes. <b>Resolução CONAMA nº 242, de 30/06/1998</b> - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes. <b>Resolução CONAMA nº 357, de 17/03/2005</b> - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. <b>Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006</b> - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. <b>Resolução CONAMA nº 420, de 28/12/2009</b> - Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas. <b>Resolução CONAMA nº 430, de 13/05/2011</b> - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357/2005. <b>Resolução CONAMA nº 491, de 19/11/2018</b> - Dispõe sobre padrões de qualidade do ar.</p>
<b>2.4 Avaliação dos Riscos e Impactos Socioambientais</b>	Art. 23 VI; Art. 225 § 1º IV, VII e § 3º	<p><b>Lei nº 5.197, de 03/01/1967</b> - Dispõe sobre a proteção à fauna. <b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981</b>, Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Lei nº 9.605, de 12/02/1998</b> - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. <b>Lei nº 9.985, de 18/07/2000</b> - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). <b>Lei nº 12.651 de 25/5/2012</b> - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. <b>Decreto nº 95.733, de 12/02/1988</b> - Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica. <b>Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986</b> - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. <b>Resolução CONAMA nº 09, de 3/12/1987</b> - Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental. <b>Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997</b> - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 378, de 19/10/2006</b> - Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências.</p>



Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>2.5 Impactos e Conservação da Biodiversidade</b>	Art. 225 § 1º I, II, VII	<p><b>Lei nº 5.197, de 03/01/1967</b> - Dispõe sobre a proteção à fauna. <b>Lei nº 9.605, de 12/02/1998</b> - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. <b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981</b> - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Lei nº 9.605, de 12/02/1998</b> - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. <b>Lei nº 12.651 de 25/5/2012</b> - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. <b>Lei nº 12.187, de 29/12/2009</b> - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). <b>Lei nº 9.985, de 18/07/2000</b> - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). <b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981</b> - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Decreto nº 95.733, de 12/02/1988</b> - Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica. <b>Decreto nº 4.339, de 22/08/2002</b> - Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade. <b>Decreto nº 6.514, de 22/07/2008</b> - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986</b> - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. <b>Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997</b> - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 378, de 19/10/2006</b> - Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1o, art. 19 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. <b>Resolução CONABIO nº 04, de 25/04/2007</b> - Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção. <b>Resolução CONABIO nº 06, de 03/09/2013</b> - Dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade.</p>
<b>2.6 Espécies Exóticas Invasoras</b>	Art. 23 VI e Art. 225 § 1º I, II, VII	<p><b>Lei nº 5.197, de 03/01/1967</b> - Dispõe sobre a proteção à fauna. <b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981</b> - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Lei nº 9.605, de 12/02/1998</b> - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. <b>Lei nº 9.985, de 18/07/2000</b> - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). <b>Lei nº 10.711, de 05/08/03</b> - Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças. <b>Lei nº 12.651 de 25/5/2012</b> - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal). <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica. <b>Decreto nº 4.339, de 22/08/2002</b> - Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade. <b>Decreto nº 6.514, de 22/07/2008</b> - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986</b> - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. <b>Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997</b> - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 378, de 19/10/2006</b> - Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1o, art. 19 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. <b>Resolução CONABIO nº 06, de 03/09/2013</b> - Dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade. <b>Resolução CONABIO nº 07, de 29/05/2018</b> - Dispõe sobre a Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras Portaria nº 03, de 16/08/2018 - Institui o Plano de Implementação da Estratégia Nacional para Espécies Exóticas Invasoras.</p>

Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>2.7 Capital Natural, Áreas de Alto Valor Ecológico, Patrimônio Biológico, Conectividade Ecológica e Serviços Ecossistêmicos</b>	Art. 23 VI, VII; Art. 216 V; Art. 225 § 1º I, II, VII e § 4º	<b>Lei nº 5.197, de 03/01/1967</b> - Dispõe sobre a proteção à fauna. <b>Lei nº 6.513, de 20/12/1977</b> - Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. <b>Lei nº 6.938, de 31/08/1981</b> - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Lei nº 9.605, de 12/02/1998</b> - Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. <b>Lei nº 9.985, de 18/07/2000</b> - Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). <b>Lei nº 12.187, de 29/12/2009</b> - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC). <b>Lei nº 12.651 de 25/5/2012</b> - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa (Código Florestal). <b>Lei nº 14.119, de 13/01/2021</b> - Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica. <b>Decreto nº 4.339, de 22/08/2002</b> - Institui princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade. <b>Decreto nº 6.514, de 22/07/2008</b> - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986</b> - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. <b>Resolução CONAMA nº 237, de 19/12/1997</b> - Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Resolução CONAMA nº 378, de 19/10/2006</b> - Define os empreendimentos potencialmente causadores de impacto ambiental nacional ou regional para fins do disposto no inciso III, § 1º, art. 19 da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, e dá outras providências. <b>Resolução CONAMA nº 379, de 19/10/2006</b> - Cria e regulamenta sistema de dados e informações sobre a gestão florestal no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA. <b>Resolução CONAMA nº 303, de 20/03/2002</b> - Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. <b>Resolução CONABIO nº 04, de 25/04/2007</b> - Dispõe sobre os ecossistemas mais vulneráveis às mudanças climáticas, ações e medidas para sua proteção. <b>Resolução CONABIO nº 06, de 03/09/2013</b> - Dispõe sobre as Metas Nacionais de Biodiversidade.
<b>2.8 Produção Rural Sustentável</b>	Art. 186 II e Art. 225 § 1º I, II	<b>Lei nº 7.802, de 11/07/1989</b> - Lei dos Agrotóxicos. <b>Lei nº 10.831, de 23/12/2003</b> - Dispõe sobre a agricultura orgânica. <b>Lei nº 11.326, de 24/07/2006</b> - Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. <b>Lei nº 12.512, de 14/10/2011</b> - Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. <b>Lei nº 12.651 de 25/5/2012</b> - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 21 - XII). <b>Decreto nº 7.794, de 20/08/2012</b> - Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. <b>Resolução CONAMA nº 425, de 25/05/2010</b> - Dispõe sobre critérios para a caracterização de atividades e empreendimentos agropecuários sustentáveis do agricultor familiar, empreendedor rural familiar, e dos povos e comunidades tradicionais como de interesse social para fins de produção, intervenção e recuperação de Áreas de Preservação Permanente e outras de uso limitado.
<b>2.9 Uso Eficiente dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos</b>	Art. 20 II e Art. 26	<b>Lei nº 9.433, de 08/01/1997</b> - Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. <b>Lei nº 14.026, de 15/07/2020</b> - Atualiza o marco legal do saneamento básico. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 21). <b>Decreto nº 24.643, de 10/07/1934</b> - Código das Águas. <b>Resolução CONAMA nº 357, de 17/03/2005</b> - Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. <b>Resolução CONAMA nº 430, de 13/05/2011</b> - Dispõe sobre condições e padrões de lançamento de efluentes, complementa e altera a Resolução nº 357/2005.

Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>2.10 Uso Eficiente de Energia e Fontes Renováveis</b>	-	<p><b>Lei nº 9.427, de 26/12/1996</b> - Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. <b>Lei nº 9.991, de 24/07/2000</b> - Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética. <b>Lei nº 10.295, de 17/10/2001</b> - Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências. <b>Lei nº 12.187, de 29/12/2009</b> - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) art. 5, XIII b. <b>Lei nº 13.576, de 26/12/2017</b> - Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio). <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 41 - XI). <b>Resolução Normativa ANEEL nº 391 de 15/12/2009</b> - Estabelece os requisitos necessários à outorga de autorização para exploração e alteração da capacidade instalada de usinas eólicas, os procedimentos para registro de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida e dá outras providências. <b>Resolução Normativa nº 482 de 17/04/2012 ANEEL</b> - Estabelece o Sistema de Compensação de Energia Elétrica. <b>Resolução Normativa nº 687, de 24/11/2015</b> - Dispõe sobre o Sistema de Compensação de Energia Elétrica. <b>Resolução Normativa ANEEL nº 876, de 10/03/2020</b> - Estabelece os requisitos e procedimentos necessários à obtenção de outorga de autorização para exploração e à alteração da capacidade instalada de centrais geradoras Eólicas, Fotovoltaicas, Termelétricas e outras fontes alternativas e à comunicação de implantação de centrais geradoras com capacidade instalada reduzida.</p>
<b>2.11 Uso e Reciclagem de Materiais</b>	-	<p><b>Lei nº 12.305, de 02/08/2010</b> - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. <b>Decreto nº 9.177, de 23/10/2017</b> - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. <b>Resolução CONAMA nº 275, de 25/04/2001</b> - Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva. <b>Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002</b> - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. <b>Resolução CONAMA nº 404, de 11/11/2008</b> - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. <b>Resolução CONAMA nº 469, de 29/07/2015</b> - Altera a Resolução CONAMA nº 307 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.</p>
<b>2.12 Gestão de Resíduos</b>	-	<p><b>Lei nº 12.305, de 02/08/2010</b> - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. <b>Decreto nº 9.177, de 23/10/2017</b> - Regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. <b>Resolução CONAMA nº 275, de 25/04/2001</b> - Estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na coleta seletiva. <b>Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002</b> - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. <b>Resolução CONAMA nº 404, de 11/11/2008</b> - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte de resíduos sólidos urbanos. <b>Resolução CONAMA nº 469, de 29/07/2015</b> - Altera a Resolução CONAMA nº 307 que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil. <b>Portaria Ministério do Meio Ambiente nº 280, de 29/06/2020</b> - Institui o Manifesto de Transporte de Resíduos. ANTT nº 5232, de 14/12/2016 - Regulamento Terrestre dos Transportes de Resíduos Perigosos.</p>

Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>Dimensão Sustentabilidade Social</b>		
<b>3.1 Distribuição equitativa de benefícios</b>	-	O embasamento desse critério normalmente é solicitado nos planos diretores municipais. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica.
<b>3.2 Compensação da comunidade e divisão de benefícios</b>	Art. 20 § 1º	O embasamento desse critério normalmente é solicitado nos planos diretores municipais. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica. <b>Resolução CONAMA nº 371, de 05/04/2006</b> - Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, cobrança, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).
<b>3.3 Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</b>	-	<b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades (Art. 2º - II; Art. 4º, § 3º, Art. 45). <b>Resolução CONAMA nº 09, de 03/12/1987</b> - Dispõe sobre a realização de Audiências Públicas no processo de licenciamento ambiental.
<b>3.4 Mecanismo de Reparação de Reclamações</b>	-	<b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades (Art. 2º - II; Art. 4º, § 3º, Art. 45).
<b>3.5 Reassentamento e Deslocamento Econômico Involuntários</b>	Art. 23 IX	<b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Estabelece diretrizes gerais da política urbana. <b>Lei nº 11.124, de 16/06/2005</b> - Dispõe do Programa Nacional de Habitação de Interesse Social. <b>Lei nº 11.977, de 07/07/2009</b> - Alterações que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. <b>Decreto nº 95.733, de 12/02/1988</b> - Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos. <b>Decreto Lei nº 3.365, de 21/06/1941</b> - Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. <b>Resolução CONAMA nº 412, de 13/05/2009</b> - Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de novos empreendimentos destinados à construção de habitações de Interesse Social. <b>Portaria Ministério das Cidades nº 317, de 18/07/2013</b> - Dispõe sobre medidas e procedimentos a serem adotados nos casos de deslocamentos involuntários de famílias de seu local de moradia ou de exercício de suas atividades econômicas, provocados pela execução de programa e ações, sob gestão do Ministério das Cidades, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

<b>Brasil</b>	<b>Constituição</b>	<b>Legislação Federal</b>
<b>3.6 Acesso da Comunidade aos Serviços Básicos</b>	Art. 205	<b>Lei nº 8.080, de 19/09/1990</b> - Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. <b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades. <b>Lei nº 13.675, de 11/06/2018</b> - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. <b>Lei nº 14.026, de 15/07/2020</b> - Marco do Saneamento Básico. <b>Decreto nº 95.733, de 12/02/1988</b> - Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos.
<b>3.7 Mobilidade e Conectividade da Comunidade</b>	Art. 227 § 2º e Art. 244	<b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades. <b>Lei nº 12.587, de 03/01/2012</b> - Institui as diretrizes da Política Nacional da Mobilidade Urbana. <b>Lei nº 13.089, de 12/01/2015</b> - Institui o Estatuto da Metrópole.
<b>3.8 Acessibilidade Universal</b>	Art. 227 § 2º e Art. 244	<b>Lei nº 10.098, de 19/12/2000</b> - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. <b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades. <b>Lei nº 13.146, de 06/07/2015</b> - Estatuto da Pessoa com Deficiência. <b>Decreto nº 6.949 de 25/08/2009</b> - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo de 2007. <b>Decreto nº 5.296 de 02/12/ 2004</b> - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
<b>3.9 Saúde e Segurança da Comunidade</b>	Art. 144 e Art. 225	<b>Lei nº 6.938, de 31/08/81</b> - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. <b>Lei nº 8.723, de 28/10/1993</b> - Dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores. <b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades.

Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>3.10 Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</b>	Art. 144 e Art. 225	<b>Lei nº 7.716, de 05/01/1989</b> - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. <b>Lei nº 8.069, de 13/07/1990</b> - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. <b>Lei nº 10.778, de 24/11/2003</b> - Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso da violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. <b>Lei nº 11.340, de 07/08/2006</b> - Maria da Penha. <b>Lei nº 13.675, de 11/06/2018</b> - Cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. <b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades. <b>Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986</b> - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. <b>Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/1990</b> - Estabelece critérios e padrões para a emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais. <b>Resolução CONAMA nº 02, de 08/03/1990</b> - Institui o Programa Nacional de Educação e Controle de Poluição Sonora - Silêncio. <b>Resolução CONAMA nº 226, de 20/08/1997</b> - Estabelece limites máximos de emissão de fuligem de veículos automotores. <b>Resolução CONAMA nº 230, de 22/08/1997</b> - Proíbe o uso de equipamentos que possam reduzir a eficácia do controle de emissão de ruído e poluentes. <b>Resolução CONAMA nº 241, de 30/06/1998</b> - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes. <b>Resolução CONAMA nº 242, de 30/06/1998</b> - Estabelece limites máximos de emissão de poluentes. <b>Resolução CONAMA nº 251, de 07/01/1999</b> - Estabelece critérios, procedimentos e limites máximos de opacidade da emissão de escapamento para avaliação do estado de manutenção dos veículos automotores do ciclo Diesel. <b>Resolução CONAMA nº 272, de 14/09/2000</b> - Define novos limites máximos de emissão de ruídos por veículos automotores. <b>Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006</b> - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas. <b>Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011</b> - Estabelece os limites máximos de emissão de poluentes atmosféricos para fontes fixas instaladas ou com pedido de licença de instalação anteriores a 02 de janeiro de 2007. <b>Resolução CONAMA nº 491 de 19/11/2018</b> - Dispõe sobre padrões de qualidade do ar.
<b>3.11 Preservação ou Melhoria dos Espaços Públicos, Recreativos e Áreas Naturais</b>	Art. 225	<b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Diretrizes Gerais da Política Urbana - Estatuto das Cidades. <b>Lei nº 12.651, de 25/05/2012</b> - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. <b>Decreto nº 95.733, de 12/02/1988</b> - Dispõe sobre a inclusão, no orçamento dos projetos e obras federais, de recursos destinados a prevenir ou corrigir os prejuízos de natureza ambiental, cultural e social decorrente da execução desses projetos. Código Civil Art. 99, Planos Diretores Municipais
<b>3.12 Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</b>	Art. 1º III e Art. 4º II	<b>Lei nº 7.716, de 05/01/1989</b> - Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. <b>Lei nº 8.069, de 13/07/1990</b> - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. <b>Lei nº 9.474, de 22/07/1997</b> - Define mecanismos para a implantação do Estatuto dos Refugiados. <b>Lei nº 10.678, de 23/05/2003</b> - Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. <b>Lei nº 10.778, de 24/11/2003</b> - Estabelece a notificação compulsória, no território nacional, do caso da violência contra a mulher que for atendida em serviços de saúde públicos ou privados. <b>Lei nº 11.340, de 07/08/2006</b> - Maria da Penha. <b>Lei nº 12.288, de 20/07/2010</b> - Institui o Estatuto da Igualdade Racial. <b>Lei nº 10.741/2013</b> - Estatuto dos Idosos. <b>Lei nº 13.146, de 06/07/2015</b> - Estatuto da Pessoa com Deficiência <b>Decreto nº 591, de 6/07/1002</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. <b>Decreto nº 592, de 6/07/1992</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. <b>Decreto nº 678, de 6/11/1992</b> - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.



<b>Brasil</b>	<b>Constituição</b>	<b>Legislação Federal</b>
<b>3.13 Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres</b>	Art. 5º I	<b>Lei nº 9.029, de 13/04/1995</b> - Proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho. <b>Lei nº 11.340, de 07/08/2006</b> - Maria da Penha. <b>Decreto nº 591, de 6/07/1992</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. <b>Decreto nº 592, de 6/07/1992</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. <b>Decreto nº 678, de 6/11/1992</b> - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969.
<b>3.14 Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</b>	Art. 1º IV; Art. 5º III; Art. 7º; Art. 8º; Art. 9º; Art. 10 e Art. 11	<b>Lei nº 5.452, de 01/05/1943</b> - Aprova a Consolidação das Leis de trabalho. <b>Lei nº 4.090, de 13/07/1962</b> - Institui a Gratificação de Natal. <b>Lei nº 4.749/1965</b> - Dispõe sobre o Pagamento da Gratificação. <b>Lei nº 6.019, de 03/01/1974</b> - Dispõe sobre o Trabalho temporário nas empresas urbanas. <b>Lei nº 6.367/1976</b> - Dispõe sobre o seguro de acidentes do trabalho a cargo do INPS. <b>Lei nº 7.783, de 28/06/1989</b> - Dispõe sobre o exercício do direito de greve. <b>Lei nº 8.036, de 11/05/1990</b> - Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. <b>Lei nº 7.998/1990</b> - Regula o Programa do Seguro Desemprego e o Abono Salarial. <b>Lei nº 8.212, de 24/07/1991</b> - Dispõe sobre a organização da Seguridade Social. <b>Lei nº 12.506, de 11/10/2011</b> - Dispõe sobre o aviso prévio. <b>Lei nº 13.467, de 13/07/2017</b> - Altera a CLT e as Leis nº 6.019/1974, 8.038/1990, 8.212/1991. Normas Regulamentadoras (NR) 01 até NR 28, NR 33 e NR 35. ISO 45001 e Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (SGSSO) e Convenção 29 da OIT sobre Trabalho Forçado e Protocolo de 2014. Convenção 87 da OIT sobre Liberdade de Associação e Proteção do Direito de Organização. Convenção 98 da OIT sobre o Direito de Organização e Negociação Coletiva. Convenção 100 da OIT relativa à Igualdade de Remuneração. Convenção 105 da OIT sobre a Abolição do Trabalho Forçado. Convenção 111 da OIT sobre a Discriminação (Emprego e Profissão). Convenção 138 da OIT sobre Idade Mínima (para o Emprego). Convenção 155 da OIT sobre Saúde e Segurança Ocupacional. Convenção 162 da OIT sobre Serviços de Saúde Ocupacional. Convenção 182 da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. Convenção 190 da OIT sobre Violência e Assédio. Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção os Direitos da Criança, artigo 32.1. Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores e Membros das suas Famílias. Declaração dos Princípios Direitos Fundamentais no Trabalho OIT
<b>3.15 Patrimônio Histórico e Cultural</b>	Art. 5º; Art. 23 III; Art. 215 e Art. 216	<b>Lei nº 3.924, de 26/07/1961</b> - Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. <b>Lei nº 6.292, de 15/12/1975</b> - Dispõe sobre o tombamento de bens no Iphan. <b>Lei nº 6.513, de 20/12/1977</b> - Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural. <b>Lei nº 10.257, de 10/07/2001</b> - Estatuto da Cidade art. 28 e 35. <b>Decreto nº 74, de 30/06/1977</b> - Aprova o texto da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultura e Natural. <b>Decreto nº 3.551, de 4/08/2000</b> - Cria o registro de bens culturais de natureza imaterial. <b>Decreto nº 22, de 01/02/2006</b> - Aprova texto da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, celebrada em Paris em 17/10/2003. <b>Decreto nº 6.177, de 1/08/2007</b> - Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. <b>Decreto-Lei nº 25, de 30/11/1937</b> - Organiza a proteção histórico e artístico nacional. <b>Decreto-Lei nº 3.866, de 29/11 de 1941</b> - Dispõe sobre tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. <b>Resolução CONAMA nº 01, de 23/01/1986</b> - Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. <b>Portaria IPHAN nº 375, de 19/09/2018</b> - Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM)
<b>3.16 Povos Indígenas e Tradicionais</b>	Art. 68; Art. 215; Art. 216; Art. 231 e Art. 232	<b>Lei nº 4.504, de 30/11/1964</b> - Estatuto do Terra. <b>Lei nº 6.001, de 19/12/1973</b> - Estatuto do Índio. <b>Decreto Federal nº 6040, de 07/02/2007</b> - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.



Brasil	Constituição	Legislação Federal
<b>Dimensão sustentabilidade institucional</b>		
<b>4.1 Alinhamento com os Objetivos Nacionais e Internacionais de Sustentabilidade</b>	-	<b>Decreto nº 591, de 06/07/1992</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. <b>Decreto nº 592, de 06/07/1992</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. <b>Decreto nº 678, de 06/11/1992</b> - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a convenção sobre diversidade biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992 (alínea j do art. 8 e alínea c do artigo 10). <b>Decreto nº 6.177, de 1/08/2007</b> - Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20/10/2005, art.13. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica.
<b>4.2 Integração Institucional e Setorial</b>		<b>Lei nº 13.089, de 12/01/2015</b> - Estatuto da Metrópole. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 23 - VIII e 29, XVII) e <b>Lei nº 10.973, de 02/12/2004</b> - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. <b>Decreto nº 52.693, de 15/10/1963</b> . Aprova o Plano de Integração Nacional e o respectivo Regulamento. <b>Decreto nº 10.534, de 28/10/2020</b> - Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança
<b>4.3 Estrutura de Governança Corporativa</b>		<b>Lei nº 13.089, de 12/01/2015</b> - Estatuto da Metrópole. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 23 - VIII e 29, XVII) e <b>Lei nº 13.303/16 - Lei das Estatais</b> - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <b>Decreto nº 10.534, de 28/10/2020</b> - Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança
<b>4.4 Estrutura Anticorrupção e Transparência</b>	Art. 5º XXXIII e Art. 37	<b>Lei nº 8.078, de 11/09/1990</b> - Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. <b>Lei nº 8.137, de 27/12/1990</b> - Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. <b>Lei nº 8.429, de 02/06/1992</b> - Improbidade Administrativa. <b>Lei nº 8.666, de 21/06/1993</b> - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública (Art. 3º). <b>Lei nº 9.613, de 03/03/1998</b> - Dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF. <b>Lei complementar nº 101, de 04/05/2000</b> - Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. <b>Lei complementar nº 131, de 27/05/2009</b> - Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <b>Lei nº 12.527, de 18/11/2011</b> - Regula o acesso a informações. (Lei de Acesso à Informação). <b>Lei nº 12.846, de 01/08/2013</b> - Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências (Lei Anticorrupção). <b>Lei nº 12.850, de 02/08/2013</b> - Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, <b>Lei nº 14.129, de 29/03/2021</b> - Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública. <b>Lei nº 13.303/16 - Lei das Estatais</b> - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <b>Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940</b> - Código penal.

<b>Brasil</b>	<b>Constituição</b>	<b>Legislação Federal</b>
<b>4.5 Conformidade com as Regulações Sociais, Ambientais, Econômicas, Territorial e de Planejamento Urbano</b>	-	<b>Lei nº 13.089, de 12/01/2015</b> - Estatuto da Metrópole. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 23 - VIII e 29, XVII) <b>Lei nº 13.089, de 12/01/2015</b> - Estatuto da Metrópole. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 23 - VIII e 29, XVII). <b>Decreto nº 10.534, de 28/10/2020</b> - Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança.
<b>4.6 Licitação e compras sustentáveis</b>	-	<b>Lei nº 12.349, de 15/12/2010</b> . A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações: Nos processos de licitação previstos no caput, poderá ser estabelecido margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. <b>Lei nº 13.303/16 - Lei das Estatais</b> - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <b>Lei nº 8.666, de 21/06/1993</b> - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública (Art. 3º). <b>Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021</b> - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei nº 12.187, de 29/12/2009 - Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) art. 5º, XIII b.
<b>4.7 Sistema de gestão de informações do projeto e rastreamento de sustentabilidade</b>	-	<b>Decreto nº 9.637, de 26/12/2018</b> - Institui a Política Nacional de Segurança da Informação, dispõe sobre a governança da segurança da informação
<b>4.8 Gerenciamento de Passivos Existentes</b>	-	<b>Decreto nº 591, de 06/07/1992</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. <b>Decreto nº 592, de 06/07/1992</b> - Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos. <b>Decreto nº 678, de 06/11/1992</b> - Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica). <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a convenção sobre diversidade biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992 (alínea j do art. 8 e alínea c do artigo 10). <b>Decreto nº 6.177, de 1/08/2007</b> - Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20/10/2005, art.13. <b>Decreto nº 2.519, de 16/03/1998</b> - Promulga a Convenção sobre a Diversidade Biológica.
<b>4.9 Transferência de Conhecimento e Colaboração</b>	-	<b>Lei nº 13.089, de 12/01/2015</b> - Estatuto da Metrópole. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 23 - VIII e 29, XVII) e <b>Lei nº 10.973, de 02/12/2004</b> - Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. <b>Decreto nº 52.693, de 15/10/1963</b> . Aprova o Plano de Integração Nacional e o respectivo Regulamento. <b>Decreto nº 10.534, de 28/10/2020</b> - Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança
<b>4.10 Integração de Avanços Tecnológicos</b>	Art. 218 e Art. 219	<b>Lei nº 13.089, de 12/01/2015</b> - Estatuto da Metrópole. <b>Lei nº 13.844, de 18/06/2019</b> - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios (Art. 23 - VIII e 29, XVII) e <b>Lei nº 13.303/16 - Lei das Estatais</b> - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. <b>Decreto nº 10.534, de 28/10/2020</b> - Institui a Política Nacional de Inovação e dispõe sobre a sua governança
<b>4.11 Coleta de Dados, Monitoramento e Avaliação</b>	-	<b>Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940</b> - Código penal. <b>Resolução nº 2, de 24 de março de 2017</b> - Aprova os Termos de Uso do Portal Brasileiro de Dados Abertos; <b>Resolução nº 3, de 13 de outubro de 2017</b> - Aprova as normas sobre elaboração e publicação de Planos de Dados Abertos, conforme disposto no Decreto nº 8.777, de 11 de maio de 2016.

## 4.8 Glossário

Um glossário foi produzido ao longo do processo de elaboração da Ficha de sustentabilidade, visando estabelecer uma linguagem unificada para a ferramenta e oferecer aos usuários finais seu claro entendimento. No Quadro 12 é apresentado o glossário.

**Quadro 12. Glossário**

<b>ACESSIBILIDADE</b>	“É a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.” (BRASIL, 2000).
<b>ÁREAS DE ALTO VALOR ECOLÓGICO</b>	“São expressadas por meio de indicadores como: diversidade de espécies, raridade, integridade dos ecossistemas (saúde) e resiliência.” (MEA, 2005, p. 129).
<b>INSTALAÇÕES ASSOCIADAS</b>	“São instalações associadas, como vias de acesso, canteiros de obras, áreas de empréstimo e de descarte de materiais, instalações para geração de energia, entre outros, que sejam consideradas essenciais para a implementação do projeto.” (BID, 2020b, p. 22).
<b>BIODIVERSIDADE</b>	“É a variabilidade entre organismos vivos de todas as fontes, incluindo inter alia, ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais eles são uma parte; isso inclui diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas.” (BID, 2020b, p. 22).
<b>CAPITAL NATURAL</b>	“São os componentes vivos ou não dos ecossistemas—que não sejam pessoas ou o que fabricam—que contribuem para a geração de bens e serviços de valor para as pessoas.” (BID, 2019, p.2).
<b>FASES DO CICLO DE VIDA DO ATIVO / PROJETO DE INFRAESTRUTURA</b>	São consideradas para essa Ficha de Sustentabilidade três fases do ciclo de vida do ativo / projeto de infraestrutura: preparação do projeto; construção e operação e/ou descomissionamento. A Ficha brasileira baseou-se no Marco da Infraestrutura Sustentável do BID, que define o ciclo da infraestrutura sustentável como começando na estratégia e planejamento do portfólio, e inclui todas as fases do ciclo de vida de cada ativo, ou seja, design de projeto, construção, operações e manutenção e, finalmente, descomissionamento.
<b>CONECTIVIDADE ECOLÓGICA</b>	É a capacidade que os organismos têm de se mover entre fragmentos de ecossistemas. Acontece em diversas escalas e o grau de conectividade é dado pelo mosaico de comunidades bióticas, que variam muito, dependendo das necessidades de cada espécie, de modo a possibilitar a mobilidade das diversas espécies de fauna e a manutenção da diversidade genética de todos os seres vivos (Adaptado de HILTY, LIDICKER Jr., MERENLENDER, 2006, p. 50).

<b>CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO</b>	É o consenso obtido por meio de negociações de boa-fé. A política do BID determina que seja alcançado consenso com as partes interessadas nos casos de possíveis impactos adversos significativos que representem um elevado grau de risco para a integridade física, territorial ou cultural. Vale ressaltar aqui que os tipos de impacto que requerem consenso são aqueles que, se concretizados, ameaçariam os principais elementos determinantes da viabilidade da comunidade (BID, 2017).
<b>CONSULTA SIGNIFICATIVA</b>	“É o processo mútuo que estabelece as necessidades, valores e preocupações do público, fornece uma oportunidade genuína de influenciar na tomada de decisões, e usa métodos variados e personalizados de envolvimento que pro- movem e mantêm o diálogo justo e aberto entre as duas partes (BID, 2020).
<b>ESPÉCIES EXÓTICAS INVASORAS</b>	“São organismos que, introduzidos fora da sua área de distribuição natural, ameaçam ecossistemas, habitats ou outras espécies.” (IBAMA, 2019).
<b>GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES</b>	Gestão de risco de desastre é a aplicação de políticas e estratégias para reduzir desastre, prevenir os existentes e os novos riscos, contribuindo para a resiliência e redução das perdas causadas por desastres (UNDDR).
<b>GRUPOS VULNERÁVEIS</b>	São aquelas pessoas deslocadas internamente, comunidades dependentes de recursos naturais ou outras pessoas afetadas em situações vulneráveis que não possam ser protegidas através da legislação e/ou direito internacional, incluindo os pobres, os sem-terra, os idosos, as famílias monoparentais, refugiados (IFC - Corporação Financeira Internacional, Banco Mundial, 2015).
<b>PATRIMÔNIO BIOLÓGICO</b>	É constituído pela diversidade dos ecossistemas, pela variedade dos habitats, das comunidades bióticas e dos processos ecológicos da biosfera (DARWIN, 1859).
<b>PATRIMÔNIO CULTURAL</b>	“Refere-se a (i) formas tangíveis de patrimônio cultural, tais como objetos móveis ou imóveis tangíveis, propriedades, sítios, estruturas ou grupos de estruturas, com estruturas arqueológicas (pré-históricas), paleontológicas, históricas, culturais, artísticas, e valores religiosos; (ii) características naturais únicas ou objetos tangíveis que incorporam valores culturais, como bosques sagrados, rochas, lagos e cachoeiras; e (iii) certas instâncias de formas intangíveis de cultura que são propostas para serem usadas para fins comerciais, como conhecimento cultural, inovações e práticas de comunidades que incorporam estilos de vida tradicionais.” (BID, 2020b, p22).
<b>POLÍTICAS CORPORATIVAS</b>	Políticas corporativas são normas estabelecidas por uma empresa, constituídas de diretrizes baseadas nos objetivos organizacionais e por meio dela são estabelecidas as rotinas e procedimentos.

<b>POVOS INDÍGENAS</b>	São considerados povos indígenas os que descendem de populações que habitavam o país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas. (adaptado de OIT, 1989).
<b>POVOS TRADICIONAIS</b>	“São grupos ou comunidades que possuem padrões de propriedade e uso da terra que reconhecem a lei consuetudinária, direitos consuetudinários de propriedade de acordo com suas estruturas de cosmovisão e governança. Essas estruturas são culturalmente distintas, tradicionalmente possuídas e frequentemente mantidas em comunidade. Exemplos de comunidades de povos tradicionais na América Latina incluem quilombolas, palenques, caboclos e ribeirinhos” (BID, 2020).
<b>PRODUÇÃO RURAL SUSTENTÁVEL</b>	Deve aliar produção rural (e.g., alimentos, madeira) com qualidade ambiental, social e com a exploração consciente dos recursos naturais (EMBRAPA Florestas, 2014).
<b>REASSENTAMENTO INVOLUNTÁRIO E DESLOCAMENTO ECONÔMICO</b>	É a mudança ou perda involuntária do local de moradia, a perda de renda ou meios de subsistência, em decorrência da aquisição definitiva ou temporária de áreas necessárias à implementação das atividades apoiadas pelo projeto (WORLD BANK, sd).
<b>RESILIÊNCIA CLIMÁTICA</b>	Trata-se da redução da sensibilidade e o aumento da capacidade de adaptação aos impactos potenciais da mudança climática (MMA, 2015).
<b>RISCOS CLIMÁTICOS</b>	Referem-se ao “potencial de impactos negativos da mudança do clima em uma organização. Os riscos físicos trazidos pela mudança do clima podem ser causados por eventos (agudos), como inundações e incêndios). Podem ser relacionados com mudanças de longo prazo (crônicas) em precipitação e temperatura e aumento da variabilidade de padrões climáticos (e.g. elevação do nível do mar). Riscos climáticos também podem estar associados a ações políticas e legais, mudanças tecnológicas, respostas do mercado e considerações reputacionais” (TCFD, 2017, p. 62).
<b>SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS (SE)</b>	São os benefícios que as pessoas, incluindo as empresas, obtêm dos ecossistemas. Os serviços do ecossistema são organizados em quatro tipos: (i) serviços de provisionamento, que são os produtos que as pessoas obtêm dos ecossistemas; (ii) serviços reguladores, que são os benefícios que as pessoas obtêm da regulação dos processos ecossistêmicos; (iii) serviços culturais, que são os benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas; e (iv) serviços de suporte, que são os processos naturais que mantêm os outros serviços (BID, 2020b, p.79).
<b>SISTEMA DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL (SGSA)</b>	“É um conjunto de processos e práticas para implementar as políticas (socioambientais) e atingir os objetivos da companhia. A meta é assegurar que as políticas e procedimentos apropriados tenham sido adotados e que as pessoas os apliquem. O sistema de gestão ajuda a avaliar e controlar os riscos e é a chave para uma melhoria duradoura.” (IFC - Corporação Financeira Internacional, Banco Mundial, 2015, p. 12.).

# Considerações finais

O Monitor de Investimentos está em consonância com a tendência mundial que objetiva a sustentabilidade das obras de infraestrutura. Conforme consta nesse documento, a Ficha de Sustentabilidade elaborada alinha-se com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, do Acordo de Paris e com os requisitos solicitados pelos demais bancos multilaterais. Dessa forma, ao utilizar a Ficha proposta para avaliação da carteira de projetos brasileiros, o país estará no caminho para o desenvolvimento de uma economia mais resiliente, inovadora, inclusiva e próspera.

Diante da atual retração da economia mundial e do cenário de restrições orçamentárias no Brasil, pensar em infraestrutura sustentável abordando benefícios sociais, ambientais, econômicos e institucionais - conforme os atributos da Ficha de Sustentabilidade, é um diferencial para alcançar investimentos internacionais que tenham como prioridade as estratégias globais de sustentabilidade e resiliência climática.

Diante desse cenário, a Ficha de Sustentabilidade brasileira, com 49 atributos, propõe parâmetros comuns de avaliação dos projetos de infraestrutura, facilitando a tomada de decisão dos investidores e o acompanhamento da implementação da infraestrutura, além de orientar as decisões de políticas públicas nos investimentos, para maior produtividade, desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental.

## Referências

BHATTACHARYA, Armar; CASADO, Cristina Contreras; JEONG, Minji; AMIN, Amal-Lee; WATKINS, Graham; ZUNIGA, Mariana Silva. **Attributes and Framework for Sustainable Infrastructure**. 2019. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/attributes-and-framework-sustainableinfrastructure>>. Acesso em 04 de março de 2021.

BID. *Consulta significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais* / Reidar Kvam, 2017.

BID. **What is Sustainable Infrastructure? A Framework to Guide Sustainability Across the Project Cycle**. 2018. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/what-sustainable-infrastructure-framework-guide-sustainability-across-project-cycle>>. Acesso em 04 de março de 2021.

BID. *Nature-Based Solutions: Increasing Private Sector Uptake for Climate-Resilience Infrastructure in Latin America and the Caribbean*, 2019.

BID. **MDB Infrastructure Cooperation Platform: a common set of aligned sustainable infrastructure indicators**. 2020. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/mdb-infrastructure-cooperation-platform-common-set-aligned-sustainable-infrastructure-indicators>>. Acesso em 04 de março de 2021.

BID. **Quadro de Políticas Ambientais e Sociais do Banco Interamericano de Desenvolvimento**. 2020.

BRASIL. **Decreto Federal n 9.745**, de 8 de abril de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Economia, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - das por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/decreto/D9745.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9745.htm)> . Acesso em 05 de outubro de 2021.

BRASIL. **Lei Federal n 8.987**, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. 1995. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8987compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8987compilada.htm)>. Acesso em 19 de maio de 2021.



BRASIL. **Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** *Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.*

Darwin, Charles, 1859. *A origem das espécies - Teoria da Evolução.*

FMI, 2020. **Public Investment for Recovery.** Disponível em : < <https://blogs.imf.org/2020/10/05/public-investment-for-the-recovery/>> . Acesso em 14 de outubro de 2021.

IBAMA, 2019. *Sobre espécies exóticas invasoras.* Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/especies-exoticas-invasoras/sobre-as-especies-exoticas-invasoras>> Acesso em 10 de junho de 2021.

IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS BRASIL).** 2015. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/ods/index.html>>. Acesso em 03 de junho de 2021.

MEA. *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis. Millennium Ecosystem Assessment, Island Press, Washington, 2005.*

MINISTERIO DA ECONOMIA. **Guia geral de análise socioeconômica de custo-benefício de projetos de investimentos em infraestrutura: Guia ACB.** 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/choque-de-investimento-privado/avaliacao-socioeconomica-de-custo-beneficio-1>>. Acesso em 21 de dezembro de 2022..

MINISTERIO DA ECONOMIA/IPEA. *Catálogo de Parâmetros. Anexo I ao Guia ACB.* 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/choque-de-investimento-privado/avaliacao-socioeconomica-de-custo-beneficio-1>. Acesso em 21 de dezembro de 2022.

MINISTERIO DA ECONOMIA/GIZ. *Avaliação de Metodologias de Levantamento de Risco Climático e Fontes de Dados e Informações Climáticas. Anexo II ao Guia ACB.* 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/choque-de-investimento-privado/avaliacao-socioeconomica-de-custo-beneficio-1>. Acesso em 21 de dezembro de 2022

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Plano Nacional de Mudança do Clima.** Grupo Executivo do Comitê Interministerial de Mudança do Clima, 2015.

OIT. **Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.** 1989. Disponível em:<<https://www.oas.org/dil/port/1989%20Convenção%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Convenção%20OIT%20n%20%20169.pdf>>. Acesso em 03 de junho de 2021.

ONU. **Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).** 1993 Disponível em: <<https://www.cbd.int/doc/legal/cbd-en.pdf>>. Acesso em 03 de junho de 2021.

ONU. **Acordo de Paris**. 2015a. Disponível em: <<https://unfccc.int/process-and-meetings/the-paris-agreement/the-paris-agreement>>. Acesso em 03 de junho de 2021.

ONU. **Marco Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. 2015b. Disponível em: <[https://www.unisdr.org/files/43291\\_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf](https://www.unisdr.org/files/43291_63575sendaiframeworkportunofficialf%5B1%5D.pdf)>. Acesso em 03 de junho de 2021.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2018. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/goals>>. Acesso em 03 de junho de 2021.

Project Management Institute, 2017. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (Guia PMBOK)**. Sexta edição. Newton Square, PA: Project Management Institute.

PEW, 2018. **Every \$1 Invested in Disaster Mitigation Saves \$6**. Disponível em: <[https://www.pewtrusts.org/en/research-and-analysis/articles/2018/01/11/every-\\$1-invested-in-disaster-mitigation-saves-\\$6](https://www.pewtrusts.org/en/research-and-analysis/articles/2018/01/11/every-$1-invested-in-disaster-mitigation-saves-$6)>. Acesso em 14 de outubro de 2021.

TASK FORCE ON CLIMATE-RELATED FINANCIAL DISCLOSURES (TCFD), 2017, p. 62. Disponível em: <<https://live-tcfdhub.pantheonsite.io/Downloads/pdfs/E02%20-%20Glossary%20&%20Abbreviations.pdf>> Acesso em 14 de junho de 2021

WORLD BANK. **Marco de Política para o Reassentamento Involuntário**, sd. Disponível em: <<https://documents1.worldbank.org/curated/en/777191468213608580/pdf/SFG1369-REVISED-RP-PORTUGUESE-P129342-RPF-Box393230B-PUBLIC-Disclosed-10-23-2015.pdf>>. Acesso em 09 de junho de 2021.

# Apêndice A

*O Apêndice A apresenta a Ficha de Sustentabilidade completa, com o conjunto de questões que compõem a avaliação dos 49 atributos nas três fases do ciclo de vida do projeto.*

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
Atributos de sustentabilidade sob o princípio da sustentabilidade econômica e financeira.						
Sustentabilidade Econômico e Financeira						
1.1	<b>Retorno Socioeconômico do Projeto</b>	Os projetos de infraestrutura devem aplicar técnicas de análise socioeconômica de custo-benefício que capturem adequadamente o retorno socioeconômico líquido do projeto, levando em conta impactos diretos, indiretos e as externalidades - positivas e negativas, as quais devem ser monetizadas sempre que possível.	Nível 1	1) Foram identificados os custos, benefícios e externalidades socioeconômicas na preparação do projeto?	1) Existem requisitos estabelecidos que refletem os fatores determinantes da viabilidade socioeconômica?	1) Existem instrumentos de monitoramento dos impactos socioeconômicos (custos e benefícios)?
			Nível 2	1) Foi elaborada uma análise de custo-benefício que compara as diferentes alternativas para solução do projeto e que demonstra a escolha da alternativa com maior viabilidade socioeconômica?	1) Os requisitos que comprovam que o projeto oferece os benefícios, custos e externalidades socioeconômicas estão sendo efetivamente executados?	1) Os benefícios, custos e externalidades socioeconômicas estão sendo efetivamente apurados?
			Nível 3	1) Nos estudos técnicos ou na concepção do projeto existe previsão de monitoramento, com recursos humanos e econômicos necessários, com publicação dos dados referentes aos impactos socioeconômicos do projeto que permitirão a realização de uma análise de custo-benefício ex-post, com cálculo da taxa de retorno socioeconômica?	1) Existe o monitoramento e a publicação dos impactos socioeconômicos do projeto, que permitam a realização de uma análise de custo-benefício ex-post e o cálculo da taxa de retorno socioeconômica?	1) O monitoramento e a publicação dos impactos socioeconômicos do projeto permitem a realização de uma análise de custo-benefício ex-post e o cálculo da taxa de retorno socioeconômica?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
1.2	<b>Crescimento, Produtividade, Competitividade e Espalhamento (spillover)</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser planejados, concebidos e operados para promover o crescimento inclusivo e sustentável e aumentar a produtividade. Projetos de infraestrutura devem procurar maximizar os benefícios induzidos e de segunda ordem ( <i>spillover</i> ) e identificar, avaliar e minimizar suas externalidades negativas. Os projetos devem ainda, criar oportunidades de empregos locais e de qualidade durante e após a construção.	Nível 1	1) Foram identificados os impactos do projeto na criação de empregos na região para o ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo identificados, registrados, revisados e atualizados, periodicamente, os impactos positivos e negativos do projeto na criação de empregos da região?	1) Existem instrumentos para avaliar e estimar os impactos positivos e negativos do projeto na criação de empregos da região?
			Nível 2	1) Foi elaborado, ou existe a previsão de um plano com objetivos definidos, que incluiu a avaliação permanente dos impactos previstos bem como que determine ações concretas para o estímulo à criação de empregos e suas repercussões, a ser executado durante o ciclo de vida do projeto?	1) Os requisitos que comprovam que o projeto oferece o estímulo à criação de empregos e suas repercussões estão sendo alcançados?	1) O estímulo da criação de empregos e suas repercussões estão sendo verificados?
			Nível 3	1) Foram desenhados mecanismos de monitoramento e foram previstos e incluídos nas projeções de custos do projeto os recursos humanos e econômicos necessários, para o monitoramento e a publicação com periodicidade mínima anual dos dados referentes à criação de empregos e suas repercussões para o ciclo de vida do projeto?	1) Existe o monitoramento e a publicação, com periodicidade mínima anual, que confirma os ganhos na criação de empregos e suas repercussões?	1) O monitoramento e a publicação, com periodicidade mínima anual, que confirma os ganhos na criação de empregos suas repercussões estão sendo executados?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
1.3	<b>Acesso, Qualidade, Confiabilidade e Acessibilidade ao Serviço</b>	Os projetos de infraestrutura devem ampliar o acesso a serviços de infraestrutura de qualidade e confiáveis, especialmente para grupos desfavorecidos, apoiando assim a inclusão social e a acessibilidade econômica.	<b>Nível 1</b>	1) Existe identificação (ou instruções para que seja realizada) de como o projeto impactará no acesso, qualidade e confiabilidade de serviços de infraestrutura para os grupos desfavorecidos, durante o ciclo de vida?	1) Estão sendo identificados, registrados, revisados e atualizados, periodicamente, os impactos do projeto nos acessos, na qualidade e confiabilidade de serviços de infraestrutura para os grupos desfavorecidos e vulneráveis?	1) Existem instrumentos para verificar os impactos do projeto no acesso, qualidade e confiabilidade de serviços de infraestrutura para os grupos desfavorecidos e vulneráveis?
			<b>Nível 2</b>	1) Existe previsão para que nos requisitos técnicos do projeto sejam incluídas as intervenções direcionadas especificamente a ampliação do acesso a grupos desfavorecidos ou vulneráveis?	1) Os requisitos que comprovam que a ampliação do acesso a serviços de infraestrutura para os grupos desfavorecidos e vulneráveis na área de influência estão sendo atendidos ?	1) A ampliação do acesso aos serviços de infraestrutura, para os grupos desfavorecidos e vulneráveis na área de influência do projeto, estão sendo verificados?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções ou foram desenhados mecanismos de monitoramento e foram previstos e incluídos nas projeções de custos do projeto os recursos humanos e econômicos necessários, para o monitoramento e a publicação com periodicidade mínima anual dos dados referentes a ampliação do acesso a serviços de infraestrutura para os grupos desfavorecidos na área de influência durante o ciclo de vida do projeto?	1) Existe o monitoramento e a publicação, com periodicidade mínima anual, de evidências da ampliação do acesso a serviços de infraestrutura para os grupos desfavorecidos e vulneráveis na área de influência direta do projeto?	1) O monitoramento e a publicação, com periodicidade mínima anual, que confirmam a ampliação do acesso a serviços de infraestrutura para os grupos desfavorecidos e vulneráveis na área de influência do projeto estão sendo executados ?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Sustentabilidade Financeira</b>						
1.4	<b>Alocação e gestão eficazes dos riscos</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser estruturados de forma que os riscos técnicos, sociais, ambientais e políticos, sejam alocados à parte, com maior capacidade de gerirlos e os seus impactos no resultado do projeto devem, ainda, ser controlados, avaliados e antecipados.	Nível 1	1) Foram identificados os riscos e os seus impactos (financeiros, técnicos, sociais, ambientais e políticos) aplicáveis ao ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo identificados, registrados, revisados e atualizados, periodicamente, os riscos e seus impactos financeiros, técnicos, sociais, ambientais e políticos?	1) Existem instrumentos para verificar os riscos e seus impactos financeiros, técnicos, sociais, ambientais e políticos?
			Nível 2	1) Está prevista a elaboração de um plano com análise detalhada com medidas de prevenção e mitigação dos riscos potenciais e respectivos responsáveis, a ser executado durante o ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo implementadas, as medidas de prevenção e mitigação dos riscos potenciais e com registro dos respectivos responsáveis?	1) Existem medidas implementadas de prevenção e mitigação dos riscos potenciais, com registro dos respectivos responsáveis?
			Nível 3	1) Está prevista a elaboração de um plano de monitoramento, com recursos humanos e econômicos necessários, que prevêem a publicação com periodicidade mínima anual dos dados referentes aos riscos e os seus impactos (técnicos, sociais, ambientais e políticos) bem como medidas mitigadoras e planos de contingência para o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano de monitoramento e que prevê a publicação com periodicidade mínima anual dos dados referentes e que apresenta as evidências dos riscos e seus impactos financeiros, técnicos, sociais, ambientais e políticos, bem como medidas mitigadoras e planos de contingência adotadas?	1) O monitoramento prevê a publicação com periodicidade mínima anual dos dados referentes aos riscos e os seus impactos financeiros, técnicos, sociais, ambientais e políticos, bem como medidas mitigadoras e planos de contingência estão sendo realizados?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
1.5	<b>Sustentabilidade Financeira dos Ativos</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser estruturados financeiramente de forma que o valor presente líquido (descontado ao custo médio ponderado de capital) seja positivo e a rentabilidade dos ativos (i.e. retorno sobre os ativos e sobre o patrimônio líquido) seja suficiente para atrair o capital privado. As avaliações financeiras devem ser realizadas de acordo com boas práticas internacionais e avaliadas por entidades independentes.	Nível 1	1) Existe uma projeção do fluxo de caixa detalhado que incorpora os custos de operação, investimentos, assim como as receitas compatíveis com o ativo e demonstre a sustentabilidade financeira dos ativos durante o ciclo de vida do projeto?	1) Está sendo identificada, registrada, revisada e atualizada, periodicamente, na construção da infraestrutura, a projeção do fluxo de caixa detalhado que demonstre a sustentabilidade financeira dos ativos?	1) Está sendo identificada, registrada, revisada e atualizada, periodicamente, a projeção do fluxo de caixa detalhada que demonstre a sustentabilidade financeira dos ativos?
			Nível 2	1) Foram identificados os procedimentos a serem seguidos (análises de sensibilidade que identifiquem os efeitos das principais variáveis e riscos) que garantam a sustentabilidade financeira dos ativos durante o ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo implementados os procedimentos a serem seguidos (análises de sensibilidade que identifiquem os efeitos das principais variáveis e riscos) para garantia da sustentabilidade financeira dos ativos ?	1) Estão sendo implementados os procedimentos a serem seguidos (análises de sensibilidade que identifiquem os efeitos das principais variáveis e riscos) para garantia da sustentabilidade financeira dos ativos?
			Nível 3	1) Foi desenhado um plano para a atualização, monitoramento e acompanhamento da realização das estimativas financeiras, que prevê mecanismos de transparência e publicação permanente dos resultados financeiros periódicos, durante o ciclo de vida do projeto?	1) A atualização, monitoramento e acompanhamento da realização das estimativas financeiras, estão sendo realizados de acordo com o desenho e os mecanismos de transparência e publicação permanente dos resultados financeiros periódicos estão sendo aplicados?	1) A atualização, monitoramento e acompanhamento da realização das estimativas financeiras, estão sendo realizados de acordo com o desenho e os mecanismos de transparência e publicação permanente dos resultados financeiros periódicos estão sendo aplicados?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
1.6	<b>Clareza nos Fluxos de Receita</b>	Os projetos de infraestrutura devem esclarecer a(s) fonte(s) de receita(s), especialmente as acessórias, a fim de mitigar os riscos e garantir a viabilidade financeira.	<b>Nível 1</b>	1) Foram identificada(s) a(s) fonte(s) de receita(s), incluindo receitas acessórias aos pagamentos públicos e cobrança de tarifas, que demonstrem a viabilidade financeira durante o ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, periodicamente, a(s) fonte(s) de receita(s), incluindo receitas acessórias aos pagamentos públicos e cobrança de tarifas, que demonstrem a viabilidade financeira?	1) Estão sendo identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, periodicamente, a(s) fonte(s) de receita(s), incluindo receitas acessórias aos pagamentos públicos e cobrança de tarifas, que demonstrem a viabilidade financeira?
			<b>Nível 2</b>	1) Foi realizada uma análise detalhada da viabilidade operacional e jurídica da(s) fonte(s) de receita(s), incluindo as acessórias, que promova a viabilidade financeira durante o ciclo de vida do projeto?	1) Os procedimentos de atualização dos fluxos de receita estão sendo realizados?	1) Os procedimentos de atualização dos fluxos de receita estão sendo realizados?
			<b>Nível 3</b>	1) Foram desenhados os procedimentos de atualização dos fluxos de receita, com mecanismos para garantir a viabilidade do projeto em cenários negativos, durante o ciclo de vida do projeto?	1) A fonte(s) de receita(s), especialmente as acessórias, demonstra(m) a viabilidade operacional, jurídica e financeira?	1) A fonte(s) de receita(s), especialmente as acessórias, demonstra(m) a viabilidade operacional, jurídica e financeira?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Atributos das Política</b>						
1.7	<b>Regulação Efetiva</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser concebidos em um ambiente transparente, com quadro regulatório e mecanismo de fiscalização eficazes para garantir seu bom funcionamento.	Nível 1	1) Consta no projeto uma matriz de risco regulatória definida, para a regulação econômica e supervisão, com a identificação dos responsáveis durante o ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo identificados, registrados, revisados e atualizados os riscos, periodicamente, na matriz de risco regulatória?	1) Estão sendo identificados, registrados, revisados e atualizados os riscos, periodicamente, na matriz de risco regulatória?
			Nível 2	1) Existe um desenho contratual que direcione a mitigação dos riscos regulatórios durante o ciclo de vida do projeto?	1) Os procedimentos de mitigação dos riscos regulatórios estão sendo realizados?	1) Existe um desenho contratual que direcione a mitigação dos riscos regulatórios?
			Nível 3	1) Existe um plano de resolução de conflitos que priorize soluções alternativas durante o ciclo de vida do projeto?	1) O plano para resolução de conflitos vem adotando as alternativas previstas e atende as demandas?	1) Existe um plano de resolução de conflitos que priorize soluções alternativas ?
1.8	<b>Dívida e Sustentabilidade Fiscal</b>	Os projetos de infraestrutura devem assegurar que os custos da prestação de serviços sejam cobertos por tarifas de uso cuidadosamente planejadas e, quando consideradas não viáveis, devem incorporar pagamentos de disponibilidade (contraprestação pública) transparentes, previsíveis e bem direcionados.	Nível 1	1) Foram avaliados os custos de prestação de serviços em relação à tarifa de uso durante o ciclo de vida do projeto?	Atributo não aplicável à construção.	1) Estão sendo avaliados os custos de prestação de serviços em relação à tarifa de uso na operação da infraestrutura?
			Nível 2	1) Existe planejamento para que quando as tarifas não forem viáveis haja a mecanismos de reequilíbrio de contrato transparentes e previsíveis durante o ciclo de vida do projeto?	Atributo não aplicável à construção.	1) Existe planejamento, para que, quando as tarifas de uso não forem viáveis, haja a incorporação de pagamentos de disponibilidade, com contraprestação pública transparente, previsível e bem direcionada?
			Nível 3	1) Existe um plano que considere evitar ou otimizar o reajuste tarifário durante o ciclo de vida do projeto?	Atributo não aplicável à construção.	1) Existe um plano que considere evitar o reajuste tarifário?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
1.9	<b>Alinhamento de Custos, Preços e Incentivos de Sustentabilidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir que preços e incentivos estejam alinhados para o uso eficiente dos ativos de modo a aumentar o foco na sustentabilidade. Isso deve considerar dois elementos específicos: adequação das cobranças do usuário e custos das externalidades (incluindo capital natural), bem como preços de carbono.	Nível 1	1) Existem instruções ou foi identificada a garantia de custos, preços e incentivos alinhados para o uso eficiente e a viabilidade dos ativos visando o aumento do foco na sustentabilidade do projeto?  *No contexto deste critério, “sustentabilidade” abrange a sustentação de atributos ambientais, sociais, econômicos e institucionais durante o ciclo de vida do projeto (definição prevista pelo BID)”	Atributo não aplicável à construção.	1) Está sendo verificado que os custos, preços e incentivos para o uso eficiente e a viabilidade dos ativos da infraestrutura aumentaram o foco na sustentabilidade?  *No contexto deste critério, “sustentabilidade” abrange a sustentação de atributos ambientais, sociais, econômicos e institucionais durante o ciclo de vida do projeto (definição prevista pelo BID)”
			Nível 2	1) Existe uma análise da adequação das taxas do usuário aos custos das externalidades, como, por exemplo, os preços de carbono?	Atributo não aplicável à construção.	1) As taxas dos usuários estão adequadas aos custos das externalidades, como por exemplo os preços de carbono?
			Nível 3	1) Foi estabelecido ou existe previsão de um percentual das taxas a ser investido em ações que visem melhorar a sustentabilidade durante o ciclo de vida do projeto?	Atributo não aplicável à construção.	1) O percentual das taxas que está sendo investido em ações para alcançar a melhoria da sustentabilidade é suficiente?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
1.10	<b>Operação e Manutenção de Ativos de Infraestrutura</b>	Os projetos de infraestrutura devem incluir design adequado e padrões de operação, bem como provisão de custeio para operações e manutenção, visando garantir a utilização ideal de ativos ao longo do seu ciclo de vida e entrega de serviço, e desencorajar o uso excessivo e deterioração anormal.	<b>Nível 1</b>	1) Foram identificados procedimentos padrão e provisão para a operação e manutenção dos ativos durante o ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo implementados na construção da infraestrutura os procedimentos previstos para garantir a utilização ideal e desencorajar o uso excessivo e deterioração anormal do ativo durante a operação?	1) Estão sendo identificados e provisionados recursos para os serviços de manutenção, para garantir os padrões, visando a utilização ideal de ativos e entrega de serviço?
			<b>Nível 2</b>	1) Existe um plano e provisão detalhados, ou previsão de que estes sejam desenvolvidos, para padrão de operações e manutenção visando garantir a utilização ideal de ativos e entrega de serviço durante o ciclo de vida do projeto?	1) Está sendo executado, na construção da infraestrutura, o plano detalhado com provisão para operações e manutenção, visando garantir a utilização ideal de ativos, desencorajando o uso excessivo e deterioração anormal, para maximização da vida útil do ativo?	1) Está sendo executado o plano detalhado para a operação e manutenção visando garantir a utilização ideal de ativos, a entrega dos serviços e a maximização da vida útil do ativo?
			<b>Nível 3</b>	1) Foi desenhado, ou há previsão do desenvolvimento, de um plano de aplicação de recursos para operação e manutenção do ativo de infraestrutura, com recursos humanos e econômicos necessários, que considere a evolução tecnológica e melhoria da qualidade do serviço durante o ciclo de vida do projeto?	1) Está sendo realizada, na construção da infraestrutura, adequação do design, visando a melhoria da operação, com um plano de aplicação de recursos humanos e econômicos necessários, que considere a evolução tecnológica e melhoria da qualidade do serviço?	1) Está sendo realizada adequação do design, com um plano de aplicação de recursos humanos e econômicos necessários, que considere a evolução tecnológica e melhoria da qualidade do serviço?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Atributos de sustentabilidade sob o princípio da sustentabilidade ambiental e de resiliência climática.</b>						
<b>Clima e Desastres Naturais</b>						
<b>2.1</b>	<b>Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa</b>	Os projetos de infraestrutura devem ajudar a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e equivalentes (GEEe) e estar alinhados tanto com as políticas e metas nacionais de redução de GEEe quanto com os compromissos internacionais, tal como o Acordo de Paris, para combater o aquecimento global.	<b>Nível 1</b>	1) Foram identificadas ou estão explicitamente previstas as obrigações de identificação das fontes de emissões de gases de efeito estufa gerados em todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Os quantitativos de emissões de gases de efeito estufa e equivalentes (GEEe) estão identificados, registrados, revisados e atualizados?	1) Foram identificadas ou estão explicitamente previstas as obrigações de identificação das fontes de emissões de gases de efeito estufa gerados em todas as fases do ciclo de vida do projeto?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para elaboração ou constam procedimentos detalhados para monitoramento, prevenção, minimização, mitigação e compensação das emissões dos gases de efeito estufa e equivalentes, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Estão implementados os procedimentos para medição, visando evitar e mitigar GEEe, de acordo com os objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançados?	1) Estão implementados, os procedimentos para medição visando evitar e mitigar a emissão dos GEEe, de acordo com os objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração, ou consta uma análise detalhada, com metas de emissão dos gases de efeito estufa, para cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) Existem instruções para a elaboração, ou consta um plano de gestão das emissões, com previsão de recursos humanos e econômicos necessários para monitoramento e alcance das metas propostas?	1) Os valores mensurados dos GEEe são reportados à alta gestão, de acordo com metas de desempenho? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os valores mensurados dos GEEe são reportados à alta gestão, de acordo com metas de desempenho? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.2	<b>Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar sistematicamente os riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) que podem afetar o projeto e as partes interessadas, como trabalhadores e comunidades locais afetadas, seguindo as estruturas nacionais de gestão de desastres. Os projetos de infraestrutura devem ser resilientes ao clima atual e futuro e aos eventos climáticos relacionados às mudanças climáticas (por exemplo, eventos de início lento ou rápido). Além disso, devem incluir um sólido monitoramento e gerenciamento de riscos de desastres, bem como planos de recuperação que indiquem as ações a serem tomadas em caso de desastres.	<b>Nível 1</b>	<p>1) Existem instruções para a elaboração, ou consta um estudo ou mapeamento, de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos), na região de influência do projeto?</p> <p>2) Existem instruções para a identificação ou constam nos estudos os riscos (frequência, intensidade e gravidade das ameaças), inerente a área geográfica do projeto?</p> <p>3) Existem instruções para a identificação ou constam nos estudos os riscos do projeto potencializar os efeitos de desastres sobre a área e comunidades adjacentes, bem como sobre trabalhadores?</p>	<p>1) Estão revisados e atualizados,, com periodicidade mínima anual, os estudos ou mapeamento de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) na região de influência do projeto?</p> <p>2) Os estudos identificam os riscos (frequência, intensidade e gravidade das ameaças), inerentes à área geográfica do projeto?</p> <p>3) Os estudos identificam também os riscos do projeto potencializar os efeitos de desastres sobre a área e comunidades adjacentes, bem como sobre trabalhadores?</p>	<p>1) Estão revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os estudos ou mapeamento de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) na região de influência do projeto?</p> <p>2) Os estudos identificam os riscos (frequência, intensidade e gravidade das ameaças), inerentes à área geográfica do projeto?</p> <p>3) Os estudos identificam também os riscos do projeto potencializar os efeitos de desastres sobre a área e comunidades adjacentes, bem como sobre trabalhadores?</p>

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.2	<b>Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar sistematicamente os riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) que podem afetar o projeto e as partes interessadas, como trabalhadores e comunidades locais afetadas, seguindo as estruturas nacionais de gestão de desastres. Os projetos de infraestrutura devem ser resilientes ao clima atual e futuro e aos eventos climáticos relacionados às mudanças climáticas (por exemplo, eventos de início lento ou rápido). Além disso, devem incluir um sólido monitoramento e gerenciamento de riscos de desastres, bem como planos de recuperação que indiquem as ações a serem tomadas em caso de desastres.	<b>Nível 2</b>	1) Os estudos propõem procedimentos de gestão sistemática, com os responsáveis pela gestão de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos), identificação, avaliação, monitoramento, mitigação, adaptação e resposta)? 2) Os procedimentos consideram todo o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano sobre gestão de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos)? 2) O plano inclui a identificação e avaliação econômica dos ativos e dos impactos sociais e ambientais que podem ser direta e indiretamente afetados por potenciais desastres que atinjam a obra? 3) O plano inclui procedimentos e respostas para diversas possibilidades de desastres anteriormente mapeadas, bem como os responsáveis?	1) Existe uma política corporativa que aborde o tema gestão de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos), e determine um plano de gestão sistemática (identificação, avaliação, monitoramento, mitigação, adaptação e resposta)? 2) O plano de gestão inclui a identificação e avaliação econômica dos ativos e dos impactos sociais e ambientais que podem ser direta e indiretamente afetados por potenciais desastres que atinjam a infraestrutura? 3) O plano de gestão inclui procedimentos e respostas para as diversas possibilidades de desastres anteriormente mapeadas?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.2	<b>Riscos Climáticos, Resiliência e Gestão de Riscos e Desastres</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar sistematicamente os riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) que podem afetar o projeto e as partes interessadas, como trabalhadores e comunidades locais afetadas, seguindo as estruturas nacionais de gestão de desastres. Os projetos de infraestrutura devem ser resilientes ao clima atual e futuro e aos eventos climáticos relacionados às mudanças climáticas (por exemplo, eventos de início lento ou rápido). Além disso, devem incluir um sólido monitoramento e gerenciamento de riscos de desastres, bem como planos de recuperação que indiquem as ações a serem tomadas em caso de desastres.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração, ou consta um plano de gestão de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos), que incluiu: i) a identificação e avaliação econômica dos ativos e dos potenciais impactos sociais e ambientais; ii) plano de adaptação para criar resiliência climática; iii) planos de respostas em caso de desastres; e iv) os recursos humanos e econômicos, e os mecanismos necessários para implementação de tal plano para executar tal plano? 2) O plano considera as particularidades de cada fase do ciclo de vida do projeto, até seu descomissionamento?	1) O plano de gestão de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançados? 2) Tais indicadores são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 3) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhor as metas estabelecidas no plano?	1) O plano de gestão de riscos de desastres (inclusive naturais e climáticos - de transição e físicos) estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas? 2) Tais indicadores são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 3) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Poluição</b>						
<b>2.3</b>	<b>Controle e Monitoramento de Contaminantes</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar, monitorar, gerenciar e manter as emissões de poluentes dentro ou abaixo dos limites legais, de forma a evitar impactos no solo, ar e água, além de minimizar e compensar os impactos adversos na saúde humana e no meio ambiente. Os projetos devem, ainda, incluir procedimentos abrangentes de remediação no caso da instalação ocorrer em uma área previamente contaminada e devem evitar o uso de produtos químicos perigosos e, sempre que necessário e possível, aplicar abordagens de manejo integrado de pragas.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções ou foram identificados e quantificados os possíveis poluentes do solo, ar e água (superficial e subterrânea) e outros resíduos potencialmente perigosos gerados em cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os quantitativos dos poluentes do solo, ar e água (superficial e subterrânea) e outros resíduos potencialmente perigosos gerados?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os quantitativos dos poluentes do solo, ar e água (superficial e subterrânea) e outros resíduos potencialmente perigosos gerados?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos detalhados para prevenção, mitigação, minimização, compensação, monitoramento e disposição final dos poluentes do solo, ar, e água, ou de outros resíduos potencialmente perigosos, gerados, em cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para prevenção, mitigação, minimização, compensação, monitoramento e disposição final dos poluentes do solo, ar e água ou de outros resíduos potencialmente perigosos? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa definida para prevenção, mitigação, minimização, compensação, monitoramento e disposição final dos poluentes do solo, ar e água ou de outros resíduos potencialmente perigosos? 2) A política estabelece um plano sobre o tema com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.3	<b>Controle e Monitoramento de Contaminantes</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar, monitorar, gerenciar e manter as emissões de poluentes dentro ou abaixo dos limites legais, de forma a evitar impactos no solo, ar e água, além de minimizar e compensar os impactos adversos na saúde humana e no meio ambiente. Os projetos devem, ainda, incluir procedimentos abrangentes de remediação no caso da instalação ocorrer em uma área previamente contaminada e devem evitar o uso de produtos químicos perigosos e, sempre que necessário e possível, aplicar abordagens de manejo integrado de pragas.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com previsão de recursos humanos e econômicos necessários para a prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos poluentes do solo, ar, água ou de outros resíduos perigosos monitoramento, para todas as fases do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Os indicadores para a prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos poluentes do solo, ar, água ou de outros resíduos perigosos são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores para a prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos poluentes do solo, ar, água ou de outros resíduos perigosos são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Preservação do Meio Ambiente Natural</b>						
<b>2.4</b>	<b>Avaliação dos Riscos e Impactos Socioambientais</b>	Os projetos de infraestrutura devem incluir uma avaliação de impacto socioambiental abrangente e integrada, que inclua todas as instalações associadas, e que identifique e proponha ações para a gestão (identificação, quantificação, análise, prevenção, minimização, mitigação e compensação) de todos os impactos e riscos sociais e ambientais significativos diretos, indiretos e cumulativos (principalmente no caso de ser um projeto como parte de um programa ou um plano envolvendo vários outros projetos), de curto, médio e longo prazos para garantir que os impactos negativos sejam evitados, minimizados ou compensados, e que os impactos positivos (benefícios) sejam potencializados e equitativamente distribuídos.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um diagnóstico e avaliação preliminar dos potenciais riscos e impactos socioambientais, na área de influência prevista do projeto, para todas as fases do ciclo de vida?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os riscos e impactos socioambientais gerados na área de influência do empreendimento?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os riscos e impactos socioambientais gerados na área de influência do empreendimento?
			<b>Nível 2</b>	1) A definição do projeto considera as alternativas de menor impacto na área de influência? 2) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para a prevenção, minimização, mitigação e compensação dos riscos e impactos socioambientais do mesmo, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos riscos e impactos socioambientais? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política para prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos riscos e impactos socioambientais? 2) A política estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com previsão dos recursos humanos e econômicos necessários para prevenir, minimizar, mitigar, compensar e monitorar os impactos socioambientais, para todas as fases do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Os indicadores para a prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos riscos e impactos socioambientais são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores para a prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos riscos e impactos socioambientais são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.5	<b>Impactos e Conservação da Biodiversidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem evitar impactos negativos sobre a biodiversidade, e avaliar e gerenciar (prevenir, minimizar, mitigar e compensar) quaisquer impactos relevantes para garantir a manutenção / conservação da biodiversidade e dos serviços e funções do ecossistema, buscando ganhos líquidos positivos.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções ou foram identificadas, em todas as fases do ciclo de vida do projeto, os impactos do mesmo na biodiversidade e ecossistemas da região, incluindo as potenciais perdas, degradação e/ou fragmentação dos habitats modificados, naturais e críticos e dos serviços ecossistêmicos?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos do projeto na biodiversidade e conectividade dos ecossistemas da região, incluindo as perdas, degradação e/ou fragmentação dos habitats modificados, naturais e críticos e dos serviços dos ecossistêmicos?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos do projeto na biodiversidade e conectividade dos ecossistemas da região, incluindo as perdas, degradação e/ou fragmentação dos habitats modificados, naturais e críticos e dos serviços dos ecossistêmicos?
			<b>Nível 2</b>	1) A definição do projeto considera as alternativas de menor impacto na biodiversidade e ecossistemas (potenciais perdas, degradação e/ou fragmentação) na área de influência? 2) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para a prevenção, minimização, mitigação e compensação dos impactos na biodiversidade e ecossistemas para todas as fases do ciclo de vida?	1) Existe um plano para prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos impactos na biodiversidade e conectividade dos ecossistemas da região (perdas, degradação e/ou fragmentação)? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa que contemple a prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos impactos na biodiversidade e conectividade dos ecossistemas da região (perdas, degradação e/ou fragmentação)? 2) A política estabelece um plano sobre o tema com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.5	<b>Impactos e Conservação da Biodiversidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem evitar impactos negativos sobre a biodiversidade, e avaliar e gerenciar (prevenir, minimizar, mitigar e compensar) quaisquer impactos relevantes para garantir a manutenção / conservação da biodiversidade e dos serviços e funções do ecossistema, buscando ganhos líquidos positivos.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com os recursos humanos e econômicos necessários para prevenir, minimizar, mitigar e compensar os potenciais impactos à conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas para todas as fases do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Os indicadores para a prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos impactos à conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistêmicos são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores para a prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos impactos à conservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistêmicos são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.6	<b>Espécies Exóticas Invasoras</b>	Os projetos de infraestrutura devem usar espécies localmente apropriadas dando preferência às espécies nativas. Onde espécies exóticas (invasoras ou não) já existem, elas devem ser manejadas de maneira adequada e/ou eliminadas, de acordo com o risco de comportamento invasivo.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções ou foram identificadas as espécies exóticas invasoras existentes na área de influência, bem como alguma atividade ou aspecto (durante todo o ciclo de vida do projeto) capaz de gerar a introdução de espécies exóticas invasoras?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as espécies exóticas invasoras existentes na área de influência, bem como alguma atividade ou aspecto capaz de gerar a introdução de espécies exóticas invasoras?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as espécies exóticas invasoras existentes na área de influência, bem como alguma atividade ou aspecto capaz de gerar a introdução de espécies exóticas invasoras?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano de Manejo, para cada fase do ciclo de vida do projeto, voltado para as espécies exóticas invasoras?	1) Existe um plano de manejo para as espécies exóticas invasoras encontradas? 2) O plano de manejo estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe um plano de manejo para as espécies exóticas invasoras encontradas? 2) O plano de manejo estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			<b>Nível 3</b>	1) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano de manejo são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano de manejo?	1) Os indicadores do plano de manejo são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano de manejo?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.7	<b>Capital Natural, Áreas de Alto Valor Ecológico, Patrimônio Biológico, Conectividade Ecológica e Serviços Ecossistêmicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem buscar proteger e evitar impactos negativos no capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e no transporte de sedimentos e nutrientes. Devem também buscar manter os serviços ecossistêmicos e seu melhor aproveitamento, identificando e avaliando diferentes alternativas para a alocação do projeto.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificadas e mapeadas para cada fase do ciclo de vida do projeto, as áreas que possuem capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos na área de influência prevista?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as áreas de capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos na área de influência?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as áreas de capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos na área de influência?
			Nível 2	1) A definição do projeto considera as alternativas de menor impacto sobre o capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos oferecidos? 2) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos detalhados, para cada fase do ciclo de vida do projeto, para a prevenção, mitigação, compensação e monitoramento dos possíveis impactos e efeitos gerados pelo projeto?	1) Existe um plano para prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos impactos e efeitos sobre o capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa que contemple a prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos impactos e efeitos sobre o capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.7	<b>Capital Natural, Áreas de Alto Valor Ecológico, Patrimônio Biológico, Conectividade Ecológica e Serviços Ecossistêmicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem buscar proteger e evitar impactos negativos no capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e no transporte de sedimentos e nutrientes. Devem também buscar manter os serviços ecossistêmicos e seu melhor aproveitamento, identificando e avaliando diferentes alternativas para a alocação do projeto.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano, com previsão de recursos humanos e econômicos necessários para prevenir, minimizar, mitigar e compensar os impactos e efeitos nas áreas de capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos, para todas as fases do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Os indicadores de prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos impactos e efeitos nas áreas de capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores de prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos impactos e efeitos nas áreas de capital natural, áreas de alto valor ecológico, patrimônio biológico, conectividade ecológica e serviços ecossistêmicos são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.8	<b>Produção Rural Sustentável</b>	Os projetos de infraestrutura devem evitar impactos sobre as áreas com atividades produtivas rurais sustentáveis, identificando e avaliando diferentes alternativas para a implantação do projeto.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções ou foram identificadas as áreas produtivas rurais sustentáveis na área de influência do projeto?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as áreas produtivas rurais sustentáveis na área de influência?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as áreas produtivas rurais sustentáveis na área de influência do projeto?
			<b>Nível 2</b>	1) Existe uma análise (ou a previsão de se fazer uma) que considere a definição de alternativas com menor impacto para a manutenção das áreas produtivas rurais sustentáveis identificadas?	1) Existem procedimentos para prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos impactos sobre as áreas produtivas rurais sustentáveis na área de influência do projeto? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa que contemple a prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos impactos sobre as áreas produtivas rurais sustentáveis na área de influência do projeto? 2) A política estabelece um plano sobre o tema com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano para prevenir, minimizar, mitigar e compensar os impactos nas áreas produtivas rurais sustentáveis?	1) Os indicadores de prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos impactos nas áreas produtivas rurais sustentáveis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores de prevenção, minimização, mitigação, compensação e monitoramento dos impactos nas áreas produtivas rurais sustentáveis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Uso Eficiente dos Recursos</b>						
<b>2.9</b>	<b>Uso Eficiente dos Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos</b>	Os projetos de infraestrutura devem monitorar e promover a conservação e o uso sustentável da água, maximizando o reuso, reduzindo o consumo de água de forma a evitar impactos a terceiros. Sempre que possível, deve-se recorrer ao uso das águas de chuva, cinza ou reciclada, para atender as necessidades do projeto.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções ou foram identificadas oportunidades para o uso eficiente dos recursos hídricos, em cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as oportunidades para o uso eficiente dos recursos hídricos?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as oportunidades para o uso eficiente dos recursos hídricos?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para cada fase do ciclo de vida do projeto, para o uso eficiente dos recursos hídricos?	1) Existe um plano para o uso eficiente dos recursos hídricos? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa para o uso eficiente dos recursos hídricos? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração, ou consta um plano, para conservação e uso eficiente e circular dos recursos hídricos, e que considere as particularidades de cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores da gestão do uso eficiente e circular dos recursos hídricos são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores da gestão do uso eficiente e circular dos recursos hídricos, são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.10	<b>Uso Eficiente de Energia e Fontes Renováveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover a eficiência energética, minimizar o consumo de energia, incentivar o uso das fontes renováveis, e reduzir o uso de combustíveis fósseis, evitando ou minimizando a geração de poluentes e a geração de emissões de GEEs.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificadas, para cada fase do ciclo de vida do projeto, oportunidades para promover a eficiência energética, o uso de fontes renováveis, e a redução do consumo de combustíveis fósseis?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual,, as oportunidades para promover a eficiência energética, a redução do consumo de combustíveis fósseis, e o uso de fontes renováveis?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual,, as oportunidades para promover a eficiência energética, a redução do consumo de combustíveis fósseis, e o uso de fontes renováveis?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos, para cada fase do ciclo de vida do projeto, para o uso eficiente de energia, a redução do consumo de combustíveis fósseis, e o uso de fontes renováveis?	1) Existe um plano para o aumento do uso de fontes renováveis, maior eficiência energética e redução do consumo de combustíveis fósseis? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa que contemple o aumento do uso de fontes renováveis, maior eficiência energética e redução do consumo de combustíveis fósseis? 2) A política estabelece um plano sobre o tema com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			Nível 3	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com foco no uso eficiente de energia e promoção do uso de fontes renováveis e que considere as particularidades de cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do uso de fontes renováveis, maior eficiência energética e redução do consumo de combustíveis fósseis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do uso de fontes renováveis, maior eficiência energética e redução do consumo de combustíveis fósseis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.11	<b>Uso e Reciclagem de Materiais</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover a redução e o uso eficiente de materiais, incluindo aqueles com maior durabilidade, maior conteúdo reciclado e menor conteúdo de energia e água, incentivando a integração de práticas de reciclagem durante o ciclo de vida do projeto. A avaliação da água e da energia incorporada deve ser considerada ao selecionar os materiais ideais para o projeto. O uso de materiais locais deve ser incentivado sempre que possível.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções ou foram identificadas, para cada fase do ciclo de vida do projeto, oportunidades para o uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos)? 2) Existem instruções ou foram identificadas oportunidades para a implementação de estratégias de reciclagem?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, oportunidades para o uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos) e para a implementação de estratégias de reciclagem?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, oportunidades para o uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos) e para a implementação de estratégias de reciclagem?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos, para cada fase do ciclo de vida do projeto, para o uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos)? 2) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos, para cada fase do ciclo de vida do projeto, para a implementação de estratégias de reciclagem para o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para o uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos) e para a implementação de estratégias de reciclagem? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa para o uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos) e para a implementação de estratégias de reciclagem? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.11	<b>Uso e Reciclagem de Materiais</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover a redução e o uso eficiente de materiais, incluindo aqueles com maior durabilidade, maior conteúdo reciclado e menor conteúdo de energia e água, incentivando a integração de práticas de reciclagem durante o ciclo de vida do projeto. A avaliação da água e da energia incorporada deve ser considerada ao selecionar os materiais ideais para o projeto. O uso de materiais locais deve ser incentivado sempre que possível.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano para o uso eficiente e circular de recursos (insumos e equipamentos) com os recursos humanos e econômicos necessários, e que considere as particularidades de cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos) e para a implementação de estratégias de reciclagem são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do uso eficiente e circular dos recursos utilizados (insumos e equipamentos) e para a implementação de estratégias de reciclagem são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.12	<b>Gestão de Resíduos</b>	Os projetos de infraestrutura devem implementar um plano de gestão que priorize a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final adequada de resíduos, e quando possível, evitar o uso e a geração de resíduos perigosos.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificadas, para cada fase ciclo de vida do projeto, oportunidades para a gestão dos resíduos que priorize a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final de resíduos?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as ações para a gestão dos resíduos?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as ações para a gestão dos resíduos?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos, para cada fase ciclo de vida do projeto, de gestão dos resíduos que priorizem a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe um plano para a gestão dos resíduos, que considera a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final? 2) A política estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa para a gestão dos resíduos, que considera a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
2.12	<b>Gestão de Resíduos</b>	Os projetos de infraestrutura devem implementar um plano de gestão que priorize a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final adequada de resíduos, e quando possível, evitar o uso e a geração de resíduos perigosos.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano para a gestão dos resíduos, com procedimento para que se priorizem a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final, e que considere as particularidades de cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores para a gestão dos resíduos, que considera a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores para a gestão dos resíduos, que consideram a prevenção, redução, reutilização, recuperação, reciclagem, remoção e disposição final são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
Atributos de sustentabilidade sob o princípio da sustentabilidade social.						
<b>Pobreza, Impacto Social e Engajamento da Comunidade</b>						
3.1	<b>Distribuição Equitativa de Benefícios</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser planejados, projetados, executados e operados para o máximo benefício e inclusão de grupos vulneráveis, melhorando assim a inclusão social. Um plano deve especificar iniciativas de sustentabilidade e desenvolvimento social para auxiliar as comunidades locais.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificadas, para cada fase do ciclo de vida do projeto, oportunidades de iniciativas de sustentabilidade para auxiliar no desenvolvimento das comunidades locais, considerando as potencialidades do setor?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as iniciativas de sustentabilidade para auxiliar no desenvolvimento das comunidades locais, considerando as potencialidades do setor?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as iniciativas de sustentabilidade para auxiliar no desenvolvimento das comunidades locais, considerando as potencialidades do setor?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou consta a previsão de procedimentos para que a infraestrutura traga o máximo de inclusão e desenvolvimento social e assegure uma distribuição equitativa dos benefícios, em cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para que a construção da infraestrutura traga o máximo de inclusão e desenvolvimento social e assegure uma distribuição equitativa dos benefícios? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas relacionados ao atendimento das demandas, à inclusão, desenvolvimento social e distribuição equitativa dos benefícios?	1) Existe uma política corporativa para que a construção da infraestrutura traga o máximo de inclusão e desenvolvimento social e assegure uma distribuição equitativa dos benefícios? 2) A política estabelece um plano sobre o tema com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, relacionados ao atendimento das demandas, à inclusão, desenvolvimento social e distribuição equitativa dos benefícios?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.1	<b>Distribuição Equitativa de Benefícios</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser planejados, projetados, executados e operados para o máximo benefício e inclusão de grupos vulneráveis, melhorando assim a inclusão social. Um plano deve especificar iniciativas de sustentabilidade e desenvolvimento social para auxiliar as comunidades locais.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano para assegurar a inclusão social e a distribuição equitativa dos benefícios, em cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das demandas e das metas relacionadas a inclusão, desenvolvimento social e distribuição equitativa dos benefícios são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das demandas e das metas relacionadas à inclusão, ao desenvolvimento social e à distribuição equitativa dos benefícios são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.2	<b>Compensação da Comunidade e Divisão de Benefícios</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser planejados, projetados, executados e operados para evitar ao máximo os impactos negativos sobre as comunidades locais, e quando inevitáveis, serem compensados de forma justa e adequada, conforme especificado por meio de um plano de desenvolvimento social comunitário claramente definido, implementado em consulta com as comunidades afetadas.	Nível 1	1) Foram identificadas os impactos negativos sobre as comunidades locais?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos negativos sobre as comunidades locais?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos negativos sobre as comunidades locais?
			Nível 2	Existem instruções para a elaboração ou consta a definição de procedimentos participativos, além da audiência pública, tais como Workshop, oficinas de capacitação, cocriação, nivelamento de conhecimento, para evitar ao máximo os impactos negativos sobre as comunidades locais e assegurar uma compensação justa e adequada para as comunidades afetadas, durante o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano participativo, que conste a de realização de Workshop, oficinas de capacitação, cocriação, nivelamento de conhecimento, para evitar ao máximo os impactos negativos sobre as comunidades locais e assegurar uma compensação justa e adequada para as comunidades afetadas? 2) O plano estabelece objetivos e indicadores de desempenho para verificar a efetiva mitigação dos impactos negativos sobre as comunidades e as devidas compensações?	1) Existe uma política corporativa que seja participativa que realize de Workshop, oficinas de capacitação, cocriação, nivelamento de conhecimento, para evitar ao máximo os impactos negativos sobre as comunidades locais e assegurar uma compensação justa e adequada para as comunidades afetadas? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho para verificar a efetiva mitigação dos impactos negativos sobre as comunidades e as devidas compensações?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
			<b>Nível 3</b>	<p>1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano, em colaboração com as comunidades, que considere o ciclo de vida do projeto e estabeleça procedimentos e protocolo de monitoramento, para evitar ao máximo os impactos negativos sobre as comunidades locais e garantir as compensações justas e adequadas?</p> <p>2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho para verificar a efetiva mitigação dos impactos negativos sobre as comunidades e as devidas compensações?</p>	<p>1) Os indicadores que verificam a efetiva mitigação dos impactos negativos sobre as comunidades e a garantia das devidas compensações são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>	<p>1) Os indicadores que verificam a efetiva mitigação dos impactos negativos sobre as comunidades e a garantia das devidas compensações são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.3	<b>Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem identificar e envolver efetivamente as partes interessadas e as comunidades afetadas, por meio de um plano claramente definido que inclua disposições para solicitar feedback das partes interessadas, incluindo a juventude e grupos vulneráveis, observando aspectos de gênero e raça, através de consulta significativa às partes interessadas ao longo do ciclo de vida do projeto, evitando conflitos e garantindo o engajamento e o apoio público.	Nível 1	1) Existem instruções para identificação ou foram identificadas E MAPEADAS as comunidades e as demais partes afetadas na área de influência, para cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) O mapeamento inclui e dá destaque para a juventude e grupos vulneráveis, observando também aspectos de gênero e raça?	1) As comunidades e as demais partes afetadas na área de influência do projeto, com destaque para a juventude e grupos vulneráveis, observando também aspectos de gênero e raça, na área de influência do projeto estão sendo engajadas continuamente e participaram efetivamente na construção por meio de processos de consulta significativa?	1) As comunidades e as demais partes afetadas na área de influência do projeto, com destaque para a juventude e grupos vulneráveis, observando também aspectos de gênero e raça, na área de influência do projeto estão sendo engajadas continuamente por meio de processos de consulta significativa?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos previstos para consulta significativa, focados em solicitar feedback das partes interessadas mapeadas, evitar conflitos, e garantir o engajamento e o apoio público ao projeto? 2) O plano de comunicação estabelece objetivos, indicadores de desempenho para verificar o engajamento das comunidades e das demais partes interessadas?	1) Existe um plano com procedimentos de consulta significativa, focados em solicitar feedback das partes interessadas mapeadas, evitar conflitos, e garantir o engajamento e o apoio público ao projeto? 2) O plano de comunicação estabelece objetivos, indicadores de desempenho para verificar o engajamento das comunidades e das demais partes interessadas?	1) Existe uma política corporativa de Comunicação para o engajamento das comunidades e das partes interessadas? 2) A política corporativa contempla um plano de comunicação que estabelece objetivos e indicadores de desempenho para verificar o engajamento das comunidades e das demais partes interessadas?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.3	<b>Engajamento das Partes Interessadas e Consulta Significativa e Participação da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem identificar e envolver efetivamente as partes interessadas e as comunidades afetadas, por meio de um plano claramente definido que inclua disposições para solicitar feedback das partes interessadas, incluindo a juventude e grupos vulneráveis, observando aspectos de gênero e raça, através de consulta significativa às partes interessadas ao longo do ciclo de vida do projeto, evitando conflitos e garantindo o engajamento e o apoio público.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com procedimentos de consulta significativa que prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para o ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores que verificam o engajamento das comunidades e das demais partes interessadas são monitorados com periodicidade mínima anual e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores que verificam o engajamento das comunidades e das demais partes interessadas são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano de comunicação?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.4	<b>Mecanismo de Reparação de Reclamações</b>	Os projetos de infraestrutura devem fornecer às partes afetadas pelo projeto, canais de diálogo para comunicação efetiva, o levantamento de questões e queixas e fornecer feedback contínuo. Um mecanismo de resolução de reclamações deve estar em vigor durante o ciclo de vida do projeto.	Nível 1	1) Existem instruções para mapeamento ou foram mapeadas (cobrindo todas as fases do ciclo de vida do projeto) as comunidades e partes afetadas pelo projeto, em toda sua área de influência, que fariam uso de mecanismos de reparação de reclamações?	1) O mapeamento das comunidades afetadas e de outras partes afetadas está sendo atualizado com periodicidade mínima anual?	1) O mapeamento das comunidades afetadas e de outras partes afetadas está sendo atualizado com periodicidade mínima anual?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos previstos para estabelecer processos de coleta de feedback, questões, queixas e reclamações das comunidades e partes afetadas pelo projeto? 2) Os procedimentos incluem o estabelecimento de mecanismos de resolução conflitos, que fique em vigor durante todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano de comunicação que contemple mecanismos de resolução de reclamações e determine um canal de comunicação contínua entre a empresa e a comunidade? 2) O plano de comunicação estabelece objetivos e indicadores de desempenho com relação à coleta, tratamento e resposta às reclamações e comentários recebidos?	1) Existe uma política de comunicação que contemple mecanismos de resolução de reclamações e determine um canal de comunicação contínua entre a empresa e a comunidade? 2) A política de comunicação contempla um plano de comunicação com objetivos e indicadores de desempenho com relação à coleta, tratamento e resposta às reclamações e comentários recebidos?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.4	<b>Mecanismo de Reparação de Reclamações</b>	Os projetos de infraestrutura devem fornecer às partes afetadas pelo projeto, canais de diálogo para comunicação efetiva, o levantamento de questões e queixas e fornecer feedback contínuo. Um mecanismo de resolução de reclamações deve estar em vigor durante o ciclo de vida do projeto.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com procedimentos de recebimento de queixas e mecanismos de resolução conflitos?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das demandas e das metas relacionadas à coleta, tratamento e resposta às reclamações e comentários garantido assim um canal de comunicação contínua são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano de comunicação?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das demandas e das metas relacionadas à coleta, tratamento e resposta às reclamações e comentários garantido assim um canal de comunicação contínua são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.5	<b>Reassentamento e Deslocamento Econômico Involuntários</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser concebidos e implementados para evitar ou minimizar a necessidade de reassentamento ou deslocamento econômico involuntários, garantindo que, onde ocorrer, as pessoas sejam tratadas de forma justa e equitativa, e deve ser elaborado um plano de reassentamento.	Nível 1	2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para o ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das demandas e das metas relacionadas à coleta, tratamento e resposta às reclamações e comentários garantido assim um canal de comunicação contínua são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?	1) Foram identificadas novas famílias que precisam ser realocadas reassentadas? 2) O plano de reassentamento foi atualizado?
			Nível 2	2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano de comunicação?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das demandas e das metas relacionadas à coleta, tratamento e resposta às reclamações e comentários garantido assim um canal de comunicação contínua são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?	1) As comunidades reassentadas e/ou com deslocamento econômico involuntários estão sendo realocadas de acordo com o plano de reassentamento? 2) O plano de reassentamento estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho (ex: esclarecimento sobre as medidas elegíveis, satisfação com a medida compensatória recebida) voltados para o tratamento justo e equitativo e para a qualidade do atendimento e informações prestadas às comunidades em processos de reassentamento ou deslocamento econômico involuntário?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
			<b>Nível 3</b>	2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das metas e dos indicadores de desempenho (ex: Grau de esclarecimento sobre as medidas elegíveis, Grau de satisfação com a medida compensatória recebida, com o atendimento recebido, com as informações prestadas), garantindo o tratamento justo e equitativo, são monitorados, com periodicidade mínima semestral, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima semestral, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano de reassentamento?	1) Os indicadores que verificam o atendimento das metas e dos indicadores de desempenho (ex: Grau de esclarecimento sobre as medidas elegíveis, Grau de satisfação com a medida compensatória recebida, com o atendimento recebido, com as informações prestadas), garantindo o tratamento justo e equitativo, são monitorados, com periodicidade mínima semestral, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima semestral, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano de reassentamento?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.6	<b>Acesso da Comunidade aos Serviços Básicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser elaborados e implementados sem prejudicar o acesso da comunidade aos serviços básicos (saneamento ambiental, energia elétrica, saúde, educação e segurança pública) e devem garantir que as necessidades das comunidades locais sejam consideradas durante o cálculo dos recursos necessários para as atividades do projeto.	Nível 1	1) Existem instruções ou foi mapeado, na área de influência do projeto, o potencial impacto sobre o acesso das comunidades aos serviços básicos (saneamento ambiental, energia elétrica, saúde, educação e segurança pública) garantindo que ações para mitigação desse impacto sejam consideradas durante o cálculo dos recursos necessários para as atividades do projeto?	1) O mapeamento do acesso das comunidades aos serviços básicos (saneamento ambiental, energia elétrica, saúde, educação e segurança pública) na área de influência do projeto está sendo atualizado com periodicidade mínima mensal?	1) O mapeamento do acesso das comunidades aos serviços básicos (saneamento ambiental, energia elétrica, saúde, educação e segurança pública) na área de influência do projeto está sendo atualizado com periodicidade mínima semestral?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou consta uma análise detalhada das possíveis interferências do projeto no acesso das comunidades aos serviços básicos? 2) A referida análise também detalha os procedimentos para mitigar essas interferências, inclusive com previsão de soluções temporárias?	1) Existe um plano para mitigar possíveis interferências do projeto no acesso das comunidades aos serviços básicos? 2) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, como, por exemplo, em relação à qualidade das soluções temporárias a serem apresentadas?	1) Existe uma política corporativa para mitigar possíveis interferências da manutenção da infraestrutura no acesso das comunidades aos serviços básicos? 2) A Política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.6	<b>Acesso da Comunidade aos Serviços Básicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem ser elaborados e implementados sem prejudicar o acesso da comunidade aos serviços básicos (saneamento ambiental, energia elétrica, saúde, educação e segurança pública) e devem garantir que as necessidades das comunidades locais sejam consideradas durante o cálculo dos recursos necessários para as atividades do projeto.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que detalha os procedimentos para reestabelecimento do acesso da comunidade aos serviços básicos, após a execução do projeto, para que sejam entregues, no mínimo, em condição igual à original? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para implementar as medidas de mitigação e as soluções?	1) O plano determina que os acessos da comunidade aos serviços básicos que foram interrompidos sejam reestabelecidos conforme a situação original, ou melhorados? 2) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 3) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) A política determina que os acessos da comunidade aos serviços básicos que foram interrompidos sejam reestabelecidos conforme a situação original, ou melhorados? 2) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 3) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.7	<b>Mobilidade e Conectividade da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem melhorar a conectividade e evitar a interrupção da mobilidade. Quando possível, o projeto deve prever melhorar o acesso e incentivar o uso de transporte público coletivo e outras formas de transporte sustentável (por exemplo, transportes não motorizados e soluções de micro mobilidade).	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções para mapeamento, ou foram mapeadas, para cada fase do ciclo de vida do projeto, a situação atual de mobilidade e conectividade das comunidades afetadas na área de influência do projeto?	1) Existe um mapeamento, com periodicidade mínima mensal, da situação da mobilidade e conectividade das comunidades afetadas?	1) Existe um mapeamento (com periodicidade mínima semestral) da situação da mobilidade e conectividade das comunidades afetadas?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta uma análise detalhada, para cada fase do ciclo de vida do projeto, que tenha incorporado alternativas ou soluções para melhorar a conectividade e evitar a interrupção da mobilidade? 2) A análise inclui procedimentos para melhorar a capacidade de caminhar e incentivar o uso de transporte público e outras formas sustentáveis de transporte?	1) Existe um plano para melhorar a conectividade e evitar a interrupção da mobilidade das comunidades afetadas? 2) O plano incentiva outras formas mais sustentáveis de transporte? 3) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa para melhorar a conectividade e evitar a interrupção da mobilidade das comunidades afetadas? 2) A política incentiva outras formas mais sustentáveis de transporte? 3) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que detalha os procedimentos para o monitoramento da manutenção da conectividade e o incentivo de outras formas sustentáveis de transporte, durante o ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano relacionados à manutenção da conectividade e o incentivo de outras formas sustentáveis de transportes são monitorados (com periodicidade mínima semestral) e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhor as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano relacionados à manutenção da conectividade e o incentivo de outras formas sustentáveis de transportes são monitorados, com periodicidade mínima semestral, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.8	<b>Acessibilidade Universal</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir que os serviços de infraestrutura sejam totalmente acessíveis a pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida e devem ser concebidos e implementados de acordo com as leis, normas e regulamentos de acessibilidade universal, incluindo dispositivos para solicitação de <i>feedback</i> desses usuários.	Nível 1	1) Existem instruções para mapeamento ou foi mapeada a situação atual da acessibilidade universal, para cada fase do ciclo de vida do projeto de acordo com os padrões do setor?	1) Existe um mapeamento, com periodicidade mínima mensal, da situação da acessibilidade universal de acordo com os padrões do setor?	1) Existe um mapeamento (com periodicidade mínima semestral) da situação da acessibilidade universal de acordo com os padrões do setor?
			Nível 2	1) Existe uma análise detalhada que incorpore alternativas para garantir a acessibilidade universal durante o ciclo de vida do projeto considerando os padrões do setor? 2) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para o monitoramento da melhoria da acessibilidade universal e dispositivos que solicitem <i>feedback</i> dos usuários com deficiência ou com mobilidade reduzida, durante cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para mitigar os impactos sobre a acessibilidade universal de acordo com os padrões do setor? 2) As alternativas para garantir a acessibilidade universal estão sendo implementadas? 3) O plano inclui dispositivos para coleta de <i>feedback</i> dos usuários com deficiência ou com mobilidade reduzida? 4) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa para mitigar os impactos sobre a acessibilidade universal de acordo com os padrões do setor? 2) As alternativas para garantir a acessibilidade universal estão sendo implementadas? 3) A política inclui dispositivos para coleta de <i>feedback</i> dos usuários com deficiência ou com mobilidade reduzida? 4) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			Nível 3	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com procedimentos que prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano que verificam a melhoria da acessibilidade universal são monitorados, com periodicidade mínima semestral, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano que verificam a melhoria da acessibilidade universal são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas do plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.9	<b>Saúde e Segurança da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar os impactos e riscos do projeto na saúde e segurança (do ponto de vista de acidentes) da comunidade e grupos vulneráveis ao longo do ciclo de vida do projeto. Esses impactos incluem, mas não estão limitados às alterações de tráfego rodoviário, ruído, vibração, poluição visual ou poeira.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções ou foram identificados os possíveis impactos negativos e positivos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas que possam ser causados pelo projeto?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos negativos e positivos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas que são causados pela construção da infraestrutura?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos negativos e positivos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas que são causados pela operação ou serviços da infraestrutura?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para prevenir, minimizar, mitigar e compensar os possíveis impactos negativos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas, para cada fase do ciclo de vida do projeto? 2) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para potencializar os impactos positivos e garantir que a saúde e a segurança das comunidades vizinhas fiquem em situação melhor que a inicial, para cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos possíveis impactos negativos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas? 2) No plano constam procedimentos para potencializar os impactos positivos e garantir que a saúde e a segurança das comunidades vizinhas fiquem em situação melhor que a inicial? 3) O plano estabelece objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?	1) Existe uma política corporativa para prevenção, mitigação, minimização, compensação e monitoramento dos possíveis impactos negativos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas? 2) No política corporativa constam procedimentos para potencializar os impactos positivos e garantir que a saúde e a segurança das comunidades vizinhas fiquem em situação melhor que a inicial? 3) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.9	<b>Saúde e Segurança da Comunidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e gerenciar os impactos e riscos do projeto na saúde e segurança (do ponto de vista de acidentes) da comunidade e grupos vulneráveis ao longo do ciclo de vida do projeto. Esses impactos incluem, mas não estão limitados às alterações de tráfego rodoviário, ruído, vibração, poluição visual ou poeira.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com procedimentos para prevenir, minimizar, mitigar e compensar os possíveis impactos negativos na saúde ou a segurança das comunidades vizinhas? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para o ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano que verificam os impactos na saúde e segurança das comunidades vizinhas são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano que verificam os impactos na saúde e segurança das comunidades vizinhas são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.10	<b>Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir que as atividades do projeto não aumentem os riscos de segurança (do ponto de vista de exposição à criminalidade) para as populações locais e grupos vulneráveis durante a construção e operação do projeto.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificados os possíveis impactos negativos e positivos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas que possam ser causados pelo projeto?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos negativos e positivos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas que são causados pela construção da infraestrutura?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os impactos negativos e positivos na saúde ou na segurança das comunidades vizinhas que são causados pela operação ou serviços da infraestrutura?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos, para cada fase do ciclo de vida do projeto, para prevenir, minimizar, mitigar e compensar dos possíveis riscos de segurança para as populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis?	1) Existe um plano para a segurança das populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho, que visam a redução dos riscos de segurança para as populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis?	1) Existe uma política corporativa para a segurança das populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho, que visam a redução dos riscos de segurança para as populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.10	<b>Segurança da Comunidade e Prevenção do Crime</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir que as atividades do projeto não aumentem os riscos de segurança (do ponto de vista de exposição à criminalidade) para as populações locais e grupos vulneráveis durante a construção e operação do projeto.	<b>Nível 3</b>	<p>1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que contemple a segurança com descrição dos procedimentos (para cada fase do ciclo de vida do projeto) para a redução dos possíveis riscos de segurança para as populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis, para cada fase do ciclo de vida do projeto?</p> <p>2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, durante o ciclo de vida do projeto?</p>	<p>1) Os indicadores do plano que possibilitam garantir, a redução dos riscos de segurança para as populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>	<p>1) Os indicadores do plano que possibilitam garantir a redução dos riscos de segurança para as populações locais, com ênfase nas mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.11	<b>Preservação ou Melhoria dos Espaços Públicos, Recreativos e Áreas Naturais</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir a preservação ou melhoria dos espaços públicos, das áreas naturais ou outros espaços recreativos. Sempre que possível, os projetos devem ter como objetivo restaurar o espaço público degradado existente ou o ambiente natural, considerando as iniciativas que expandem o acesso público, quando apropriado.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificadas as oportunidades do projeto para a melhoria de espaços públicos, recreativos e áreas naturais, para cada fase do ciclo de vida do projeto?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as oportunidades para a melhoria de espaços públicos, recreativos e áreas naturais?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as oportunidades para a melhoria de espaços públicos, recreativos e áreas naturais?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos a serem seguidos para a redução de potenciais efeitos negativos ou para preservação e melhoria e ampliação de acesso a espaços públicos, recreativos e áreas naturais, para todas as fases do ciclo de vida do projeto? 2) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para restauração de espaço público ou ambiente natural degradados?	1) Existe um plano para a redução de efeitos negativos potenciais e para a preservação e melhoria de espaços públicos, recreativos e áreas naturais? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa para a redução de efeitos negativos potenciais e para preservação e melhoria de espaços públicos, recreativos e áreas naturais? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.11	<b>Preservação ou Melhoria dos Espaços Públicos, Recreativos e Áreas Naturais</b>	Os projetos de infraestrutura devem garantir a preservação ou melhoria dos espaços públicos, das áreas naturais ou outros espaços recreativos. Sempre que possível, os projetos devem ter como objetivo restaurar o espaço público degradado existente ou o ambiente natural, considerando as iniciativas que expandem o acesso público, quando apropriado.	<b>Nível 3</b>	<p>1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano, aplicável a todo o ciclo de vida do projeto, que detalha os procedimentos para a redução de efeitos negativos potenciais sobre espaços públicos, recreativos, e áreas naturais, bem como para a recuperação, preservação e melhoria de tais áreas?</p> <p>2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?</p>	<p>1) Os indicadores do plano que verificam o atendimento das metas, garantindo, dessa forma, a redução de efeitos negativos potenciais ou preservação e melhoria de espaços públicos, recreativos e áreas naturais, são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>	<p>1) Os indicadores do plano que verificam o atendimento das metas, garantindo, dessa forma, a redução de efeitos negativos potenciais ou preservação e melhoria de espaços públicos, recreativos e áreas naturais, são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Direitos Humanos e Trabalhistas</b>						
3.12	<b>Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem cumprir os acordos de direitos humanos, prevenindo e mitigando impactos adversos sobre os grupos vulneráveis afetados. Tal prevenção deve atender às necessidades desses grupos e evitar qualquer tipo de discriminação contra povos indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas, e crianças.	Nível 1	1) Existem instruções para identificação ou foram identificados, para cada fase do ciclo de vida, os grupos vulneráveis (povos indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas, e crianças) afetados pelo projeto?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os grupos vulneráveis (povos indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas, e crianças) afetados pela construção da infraestrutura?	1) Estão identificados, registrados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os grupos vulneráveis (povos indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas, e crianças) afetados pela operação da infraestrutura?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos, para cada fase do ciclo de vida do projeto, referentes ao cumprimento das legislações relacionadas aos direitos humanos, bem como prevenção e mitigação dos impactos adversos sobre os grupos vulneráveis potencialmente afetados?	1) Existe um plano com procedimentos para preservação dos direitos humanos, de modo a prevenir e mitigar os impactos adversos sobre os grupos vulneráveis afetados? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho, que visam a redução dos riscos de segurança para as populações locais, com ênfase no atendimento dos grupos vulneráveis?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos para preservação dos direitos humanos, de modo a prevenir e mitigar os impactos adversos sobre os grupos vulneráveis afetados? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho, que visam a redução dos riscos de segurança para as populações locais, com ênfase no atendimento dos grupos vulneráveis?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.12	<b>Preservação dos Direitos dos Grupos Vulneráveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem cumprir os acordos de direitos humanos, prevenindo e mitigando impactos adversos sobre os grupos vulneráveis afetados. Tal prevenção deve atender às necessidades desses grupos e evitar qualquer tipo de discriminação contra povos indígenas, afrodescendentes, comunidades tradicionais, mulheres, pessoas de orientações sexuais e identidades de gênero diversas, e crianças.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano, aplicável a todo o ciclo de vida do projeto, que detalha os procedimentos referentes ao cumprimento das legislações relacionadas aos direitos humanos, bem como prevenção e mitigação dos impactos adversos sobre os grupos vulneráveis potencialmente afetados pelo projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano que possibilitam garantir, e atendimento dos grupos vulneráveis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano que possibilitam garantir, e atendimento dos grupos vulneráveis são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.13	<b>Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres</b>	Os projetos de infraestrutura devem prevenir ou mitigar possíveis impactos adversos relacionados a gênero e devem oferecer oportunidades iguais para mulheres com equidade salarial e incluir iniciativas para promover o empoderamento econômico das mulheres, além da oferta de empregos temporários, conforme especificado por meio de um plano de desenvolvimento social claramente definido.	Nível 1	1) Existem instruções para identificação ou foram identificadas, através de consulta a comunidade afetada, as necessidades e os interesses das mulheres dentro da concepção do projeto?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, através de consulta a comunidade afetada, com periodicidade mínima anual, as necessidades e os interesses das mulheres?	1) Estão identificadas, registradas, revisadas e atualizadas, através de consulta a comunidade afetada, com periodicidade mínima anual, as necessidades e os interesses das mulheres?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos, para cada fase do ciclo de vida do projeto, de inclusão, empoderamento e desenvolvimento econômico e social das mulheres, criando oportunidades de trabalho ou de outro tipo? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho, que visam o empoderamento e desenvolvimento socioeconômico das mulheres e monitora a criação de oportunidades de trabalho ou de outro tipo e de igualdade de salário para cargos equivalentes?	1) Existe um plano com procedimentos para inclusão, empoderamento e desenvolvimento socioeconômico das mulheres, criando oportunidades de trabalho ou de outro tipo? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho, que visam o empoderamento e desenvolvimento socioeconômico das mulheres e monitora a criação de oportunidades de trabalho ou de outro tipo e igualdade de salário para cargos equivalentes?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos para inclusão, empoderamento e desenvolvimento socioeconômico das mulheres, criando oportunidades de trabalho ou de outro tipo? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho, que visam o empoderamento e desenvolvimento socioeconômico das mulheres e monitora a criação de oportunidades de trabalho ou de outro tipo e igualdade de salário para cargos equivalentes?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.13	<b>Inclusão de Gênero e Empoderamento Econômico das Mulheres</b>	Os projetos de infraestrutura devem prevenir ou mitigar possíveis impactos adversos relacionados a gênero e devem oferecer oportunidades iguais para mulheres com equidade salarial e incluir iniciativas para promover o empoderamento econômico das mulheres, além da oferta de empregos temporários, conforme especificado por meio de um plano de desenvolvimento social claramente definido.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que estabeleça, para cada fase do ciclo de vida do projeto, medidas para incentivar o empoderamento e desenvolvimento socioeconômico das mulheres, e a criação de oportunidades de trabalho ou de outro tipo, assim como a promoção de igualdade de salário para cargos equivalentes? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para o ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhor as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhor as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.14	<b>Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover condições saudáveis de trabalho e adesão às normas de saúde e segurança ocupacional. Devem garantir ainda que as normas fundamentais do trabalho sejam respeitadas e os trabalhadores sejam protegidos por meio de tratamento justo, não-discriminação e igualdade de oportunidades; e evitar em qualquer circunstância o trabalho forçado e infantil.	Nível 1	1) Existem instruções para identificação, ou foram identificadas, as normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional aplicáveis ao projeto, para que os trabalhadores sejam protegidos por meio de tratamento justo, não-discriminação e igualdade de oportunidades, evitando, em qualquer circunstância, o trabalho forçado e infantil, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Estão sendo atendidas as normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional aplicáveis para que os trabalhadores sejam protegidos por meio de tratamento justo, não-discriminação e igualdade de oportunidades, evitando, em qualquer circunstância, o trabalho forçado e infantil?	1) Estão sendo atendidas as normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional aplicáveis para que os trabalhadores sejam protegidos por meio de tratamento justo, não-discriminação e igualdade de oportunidades; e evitar em qualquer circunstância o trabalho forçado e infantil?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou consta a previsão de procedimentos para garantir, em cada fase do ciclo de vida do projeto, o cumprimento das normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional?	1) Existe um plano com procedimentos detalhados para garantir o cumprimento das normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional aplicáveis? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho que visam garantir o cumprimento das normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos detalhados para garantir o cumprimento das normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional aplicáveis? 2) A política estabelece um plano com objetivos, metas e indicadores de desempenho que visam garantir o cumprimento das normas trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.14	<b>Normas Trabalhistas, Saúde e Segurança Ocupacional</b>	Os projetos de infraestrutura devem promover condições saudáveis de trabalho e adesão às normas de saúde e segurança ocupacional. Devem garantir ainda que as normas fundamentais do trabalho sejam respeitadas e os trabalhadores sejam protegidos por meio de tratamento justo, não-discriminação e igualdade de oportunidades; e evitar em qualquer circunstância o trabalho forçado e infantil.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta a previsão de um plano com previsão dos procedimentos para garantir o cumprimento das normas trabalhistas, saúde e segurança ocupacional? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?
<b>Preservação Cultural</b>						
3.15	<b>Patrimônio Histórico e Cultural</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e realizar as medidas cabíveis para a proteção e preservação do patrimônio histórico cultural e minimizar os efeitos adversos na paisagem que pode ser afetada pelas atividades do projeto.	<b>Nível 1</b>	1) Foi realizado um mapeamento para verificar a possível existência de patrimônio histórico e cultural que pode ser impactado pelo projeto, para cada fase do seu ciclo de vida? 2) Foram identificados potenciais efeitos adversos na paisagem? 3) Foram identificadas ações, além das exigidas pelos órgãos competentes, visando a recuperação de patrimônio cultural e histórico e/ou a minimização do impacto na paisagem?	1) Todos os dispositivos e orientações legais referentes ao patrimônio histórico e cultural estão sendo atendidos? 2) Estão sendo realizadas ações, além das exigidas pelos órgãos competentes, visando a recuperação de patrimônio cultural e histórico e/ou a minimização do impacto na paisagem?	1) A identificação do patrimônio histórico e cultural na área de influência do projeto é atualizada com uma periodicidade mínima de 5 anos?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.15	<b>Patrimônio Histórico e Cultural</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e realizar as medidas cabíveis para a proteção e preservação do patrimônio histórico cultural e minimizar os efeitos adversos na paisagem que pode ser afetada pelas atividades do projeto.	<b>Nível 2</b>	1) A definição do projeto considerou alternativas que reduzam ou evitem os impactos sobre o patrimônio histórico e cultural e efeitos adversos na paisagem por meio de consulta livre, prévia e informada?	1) Existe um plano, baseado em Consentimento consulta livre, prévia e informada, com procedimentos claros para a prevenção, mitigação, minimização e compensação dos potenciais impactos adversos no patrimônio histórico e cultural e na paisagem? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa de gerenciamento com procedimentos claros para a prevenção, mitigação, minimização e compensação dos potenciais impactos adversos no patrimônio histórico e cultural e na paisagem? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, baseado em consentimento, consulta livre, prévia e informada, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com procedimentos para proteção e preservação do patrimônio histórico e cultural e para eliminar ou minimizar efeitos adversos sobre a paisagem afetada pelo projeto, para todas as fases do ciclo de vida? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.16	<b>Povos Indígenas e Tradicionais</b>	Os projetos de infraestrutura devem, em consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e tradicionais afetados, avaliar, gerenciar e mitigar os possíveis impactos gerados pelo projeto.	Nível 1	1) Foi mapeada a existência de povos indígenas e tradicionais na área de influência do projeto?	1) Os dispositivos e orientações legais estão sendo cumpridos no que diz respeito aos povos indígenas e tradicionais?	1) Estão sendo mapeadas a cada cinco anos novas áreas ocupadas por povos indígenas e tradicionais na área de influência do projeto? 2) Os dispositivos e orientações legais estão sendo cumpridos no que diz respeito aos povos indígenas e tradicionais?
			Nível 2	1) A definição do projeto considerou alternativas que reduzam ou evitem os impactos sobre os povos indígenas e tradicionais por meio de consulta livre, prévia e informada? 2) A definição do projeto garante a integridade territorial dos povos indígenas?	1) Existe um plano, baseado em consentimento, consulta livre, prévia e informada, com procedimentos definidos para prevenção, mitigação, minimização e compensação dos possíveis impactos negativos sobre os povos indígenas e tradicionais? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos definidos para prevenção, mitigação, minimização e compensação dos possíveis impactos negativos sobre os povos indígenas e tradicionais? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, baseado em consentimento, consulta livre, prévia e informada, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
3.16	<b>Povos Indígenas e Tradicionais</b>	Os projetos de infraestrutura devem, em consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e tradicionais afetados, avaliar, gerenciar e mitigar os possíveis impactos gerados pelo projeto.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com procedimentos definidos sobre prevenção, mitigação, minimização e compensação dos possíveis efeitos negativos sobre os povos indígenas e tribais, e que considere todas as fases do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como os recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para o ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Atributos de sustentabilidade sob o princípio da sustentabilidade institucional.</b>						
<b>Alinhamento com as Estratégias Global e Nacional</b>						
4.1	<b>Alinhamento com os Objetivos Nacionais e Internacionais de Sustentabilidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem estar alinhados com os compromissos nacionais e internacionais, incluindo a Contribuição Nacional Determinada (NDC), Plano Nacional de Adaptação a Mudança do Clima (PNA - Brasil), Política Nacional para a Mudança do Clima (PNMC), Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo do Clima de Paris.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificadas as referências do alinhamento do projeto com o cumprimento de objetivos de sustentabilidade nacionais ou internacionais, tais como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA), NDC, PNA, ODS e o Acordo do Clima de Paris para todo o ciclo de vida do projeto?	1) O alinhamento do projeto com o cumprimento de objetivos de sustentabilidade nacionais ou internacionais, tais como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) NDC, PNA, ODS e o Acordo do Clima de Paris é atualizado com periodicidade mínima anual?	1) Existe um exercício (mínimo anual) de identificar e atualizar a infraestrutura e seu serviços com o cumprimento de objetivos nacionais ou internacionais, tais como Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês), Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA) NDC, PNA, ODS e o Acordo do Clima de Paris?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou consta uma análise detalhada na qual seja especificado o alinhamento do projeto para contribuir e alcançar os objetivos de sustentabilidade em nível nacional ou internacional, tais como NDC, PNA, ODS e o Acordo do Clima de Paris para todo o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano com procedimentos definidos para o contínuo alinhamento do projeto com o cumprimento de objetivos de sustentabilidade nacionais ou internacionais? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos definidos para o contínuo alinhamento do projeto com o cumprimento de objetivos de sustentabilidade nacionais ou internacionais? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.1	<b>Alinhamento com os Objetivos Nacionais e Internacionais de Sustentabilidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem estar alinhados com os compromissos nacionais e internacionais, incluindo a Contribuição Nacional Determinada (NDC), Plano Nacional de Adaptação a Mudança do Clima (PNA - Brasil), Política Nacional para a Mudança do Clima (PNMC), Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o Acordo do Clima de Paris.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que detalha, para cada fase do ciclo de vida, os procedimentos para implementar e monitorar como o projeto contribui para alcançar os objetivos de sustentabilidade nacionais e internacionais, tais como NDC, PNA, ODS e o Acordo do Clima de Paris? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.2	<b>Integração Institucional e Setorial</b>	Os projetos de infraestrutura devem buscar compatibilidade com sistemas ou instalações de infraestruturas adjacentes, ser integrados às estratégias políticas e planos setoriais existentes em diferentes escalas jurisdicionais para alcançar um desenvolvimento territorial e urbano sustentável (por exemplo, considerando os planos municipais, estaduais e nacional de mudanças climáticas).	Nível 1	1) Existem instruções para mapeamento ou foram mapeadas as compatibilidades do projeto com as diferentes estratégias políticas e planos ou estratégias setoriais e territoriais, em diferentes escalas jurisdicionais, para todo o ciclo de vida do projeto?	1) O alinhamento do projeto com o cumprimento das diferentes estratégias políticas e planos ou estratégias setoriais e territoriais é atualizado com periodicidade mínima anual?	1) Existe um exercício, com periodicidade mínima anual, (mínimo anual) de identificar e atualizar a infraestrutura e seu serviços com o cumprimento das diferentes estratégias políticas e planos ou estratégias setoriais e territoriais?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos elaborados para verificar o alinhamento do projeto com as diferentes estratégias políticas e planos ou estratégias setoriais e territoriais, em diferentes escalas jurisdicionais (municipal, estadual e nacional), para todo o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano com procedimentos definidos para implementação das estratégias políticas e planos ou estratégias setoriais e territoriais? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos definidos para implementação das estratégias políticas e planos ou estratégias setoriais e territoriais? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?
			Nível 3	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que detalha, para cada fase do ciclo de vida, os procedimentos para o alinhamento do projeto com as estratégias e objetivos em nível institucional e setorial, em diferentes escalas jurisdicionais (municipal, estadual e nacional)? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Governança Eficaz e Capacidade de Gestão Sistêmica</b>						
4.3	<b>Estrutura de Governança Corporativa</b>	Os projetos de infraestrutura devem cumprir os regulamentos nacionais de governança corporativa, incluindo a separação de funções executivas e políticas, participação efetiva das partes interessadas e funções de sustentabilidade organizacional definidas, visando garantir que o ativo de infraestrutura seja bem planejado, projetado, executado e monitorado.	Nível 1	1) Existem instruções para identificação ou foram identificados, para todo o ciclo de vida do projeto, os regulamentos nacionais sobre governança corporativa (incluindo a separação de funções executivas e políticas e a participação das partes interessadas), visando a alta qualidade dos serviços e a sustentabilidade do ativo de infraestrutura no longo prazo?	1) A gestão do projeto está alinhada aos regulamentos nacionais sobre governança corporativa, (incluindo a separação de funções executivas e políticas, a participação das partes interessadas) e funções de sustentabilidade?	1) A gestão do projeto (infraestrutura e seus serviços) está alinhada aos regulamentos nacionais sobre governança corporativa, (incluindo a separação de funções executivas e políticas, a participação das partes interessadas) e funções de sustentabilidade?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou foram elaborados procedimentos para aplicação dos regulamentos de governança corporativa, anteriormente identificados, para garantir a alta qualidade dos serviços e a sustentabilidade do ativo de infraestrutura no longo prazo?	1) Existe um plano com procedimentos definidos para garantir que a governança corporativa referente ao projeto esteja sempre atualizada? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho, como por exemplo visando, por exemplo, alinhamento às melhores práticas internacionais?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos definidos para garantir que a governança corporativa referente ao projeto esteja sempre atualizada? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho, como por exemplo, visando, por exemplo, alinhamento às melhores práticas internacionais?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.3	<b>Estrutura de Governança Corporativa</b>	Os projetos de infraestrutura devem cumprir os regulamentos nacionais de governança corporativa, incluindo a separação de funções executivas e políticas, participação efetiva das partes interessadas e funções de sustentabilidade organizacional definidas, visando garantir que o ativo de infraestrutura seja bem planejado, projetado, executado e monitorado.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que detalha a fiscalização da aplicação dos procedimentos de governança anteriormente detalhados? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.4	<b>Estrutura Anticorrupção e Transparência</b>	As empresas envolvidas com o projeto devem desenvolver e implementar um sistema de gestão anticorrupção, incluindo medidas que promovam a ética, a responsabilidade, a integridade e a transparência, visando manter padrões de conduta e canais apropriados para denúncias e relatos de irregularidades.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificados protocolos anticorrupção (em nível corporativo, nacional e internacional) a serem seguidos (em nível corporativo, nacional e internacional), que promovam a ética, a responsabilidade, a integridade e a transparência a serem seguidos (políticas em nível corporativo, nacional e internacional), para todo o ciclo de vida do projeto?	1) Os protocolos anticorrupção (políticas em nível corporativo, nacional e internacional) para promover a ética, a responsabilidade corporativa, a integridade, e a transparência estão atualizados, com periodicidade mínima anual, de acordo com as melhores práticas?	1) Os protocolos anticorrupção (políticas em nível corporativo, nacional e internacional) para promover a ética, a responsabilidade corporativa, a integridade, e a transparência estão atualizados de acordo com as melhores práticas?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano anticorrupção que promova a ética, a responsabilidade corporativa, a integridade e a transparência, durante todas as fases do ciclo de vida do projeto? 2) O plano prevê o estabelecimento de canais para denúncias e relatos de irregularidades?	1) Existe, na estrutura de governança do projeto, um plano anticorrupção com procedimentos definidos para promoção da ética, da responsabilidade corporativa, da integridade e da transparência? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho relacionados ao combate de violações dos protocolos de transparência e/ou anticorrupção?	1) Existe, na estrutura de governança do projeto, uma política anticorrupção com procedimentos definidos para promoção da ética, responsabilidade corporativa, a integridade e a transparência? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho relacionados ao combate de violações dos protocolos de transparência e/ou anticorrupção?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.4	<b>Estrutura Anticorrupção e Transparência</b>	As empresas envolvidas com o projeto devem desenvolver e implementar um sistema de gestão anticorrupção, incluindo medidas que promovam a ética, a responsabilidade, a integridade e a transparência, visando manter padrões de conduta e canais apropriados para denúncias e relatos de irregularidades.	<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano anticorrupção que prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?
<b>Sistema de Gestão Eficaz e Responsabilidade</b>						
4.5	<b>Conformidade com as Regulações Sociais, Ambientais, Econômicas, Territorial e de Planejamento Urbano</b>	Os projetos de infraestrutura devem ter procedimentos e sistemas que garantam a conformidade com a legislação existente, planos, regulamentos e requisitos organizacionais nas áreas social, ambiental, econômica e territorial e devem ser adaptáveis a futuras mudanças nesses regulamentos.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções para identificação ou foram identificados legislação, planos, regulamentos e requisitos organizacionais que garantam que o projeto atenda às políticas sociais, ambientais, econômicas e territoriais?	1) O projeto (infraestrutura e seus serviços) dispõe de procedimentos e sistemas que garantem a conformidade com a legislação existente, planos, regulamentos e requisitos organizacionais nas áreas social, ambiental, econômica e territorial? 2) Os referidos procedimentos e sistemas são adaptáveis a futuras mudanças nesses regulamentos?	1) O projeto (infraestrutura e seus serviços) dispõe de procedimentos e sistemas que garantem a conformidade com a legislação existente, planos, regulamentos e requisitos organizacionais nas áreas social, ambiental, econômica e territorial? 2) Os referidos procedimentos e sistemas são adaptáveis a futuras mudanças nesses regulamentos?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.5	<b>Conformidade com as Regulações Sociais, Ambientais, Econômicas, Territorial e de Planejamento Urbano</b>	Os projetos de infraestrutura devem ter procedimentos e sistemas que garantam a conformidade com a legislação existente, planos, regulamentos e requisitos organizacionais nas áreas social, ambiental, econômica e territorial e devem ser adaptáveis a futuras mudanças nesses regulamentos.	Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou consta a previsão de procedimentos para garantir a conformidade e o atendimento do projeto a legislação, planos, regulamentos e requisitos organizacionais, nas áreas social, ambiental, econômica e territorial? 2) Os procedimentos e sistemas permitem adaptação a futuras mudanças nesses regulamentos?	1) Os procedimentos e sistemas para garantir a conformidade com a legislação existente, planos, regulamentos e requisitos organizacionais nas áreas social, ambiental, econômica e territorial estão dispostos em um plano que estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Os procedimentos e sistemas para garantir a conformidade com a legislação existente, planos, regulamentos e requisitos organizacionais nas áreas social, ambiental, econômica e territorial estão dispostos em uma política que estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, indicadores de desempenho e metas a serem alcançadas?
			Nível 3	1) Existem instruções para a elaboração ou consta a previsão de um plano que prevê garantir a conformidade e o atendimento a legislação, planos, regulamentos e requisitos organizacionais, conforme anteriormente explicitado? 2) O plano prevê o estabelecimento de objetivos e indicadores de desempenho, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.6	<b>Licitação e compras sustentáveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem estabelecer processos de licitação e compras abertos e transparentes para a aquisição eficiente e sustentável de materiais de fornecedores certificados para construção, operação e manutenção.	Nível 1	1) Existem instruções ou foram identificadas, para todas as fases do ciclo de vida do projeto, oportunidades para aquisição de materiais e insumos de fornecedores certificados, que sejam mais eficientes e sustentáveis?	1) O projeto (infraestrutura e seus serviços) conta com processos de licitação e compras abertos e transparentes? 2) O projeto busca adquirir prioritariamente materiais e insumos de fornecedores certificados, que sejam mais eficientes e sustentáveis?	1) O projeto (infraestrutura e seus serviços) conta com processos de licitação e compras abertos e transparentes? 2) O projeto busca adquirir prioritariamente materiais e insumos de fornecedores certificados, que sejam mais eficientes e sustentáveis?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos que garantam que materiais e equipamentos mais eficientes e sustentáveis, de fornecedores certificados sejam priorizados nos processos de compra para todo o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano com procedimentos definidos para assegurar processos de licitação e compras abertos e transparentes e que priorizem a aquisição de materiais e insumos de fornecedores certificados, que sejam mais eficientes e sustentáveis, como aqueles que dispõem de certificações? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos definidos para assegurar processos de licitação e compras abertos e transparentes e que priorizem a aquisição de materiais e insumos de fornecedores certificados, que sejam mais eficientes e sustentáveis, como aqueles que dispõem de certificações? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.6	<b>Licitação e compras sustentáveis</b>	Os projetos de infraestrutura devem estabelecer processos de licitação e compras abertos e transparentes para a aquisição eficiente e sustentável de materiais de fornecedores certificados para construção, operação e manutenção.	<b>Nível 3</b>	<p>1) Existe um plano, ou instruções para sua elaboração, que preveja garantir a priorização da aquisição de materiais e equipamentos mais eficientes e sustentáveis, de fornecedores certificados como aqueles que dispõem de certificações, em todas as fases de vida do projeto?</p> <p>2) O plano inclui a implementação de processos de licitação e compras abertos e transparentes?</p> <p>3) O plano prevê ainda o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?</p>	<p>1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>	<p>1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão?</p> <p>2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?</p>

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.7	<b>Sistema de gestão de informações do projeto e rastreamento de sustentabilidade</b>	Os projetos de infraestrutura devem estabelecer um sistema de gestão de informações e rastreamento da sustentabilidade com uma estratégia claramente definida, políticas, metas, métricas, monitoramento, avaliação, capacidades individuais, adequadas à natureza e escala do projeto e proporcionais com o nível de riscos e impactos socioambientais, bem como um roteiro adequado para implementação visando a sustentabilidade.	Nível 1	1) Existem instruções para elaboração ou foi identificado um sistema de gestão, monitoramento e rastreamento de informações da sustentabilidade que considera os pilares da infraestrutura sustentável (ambiental, social, institucional e econômico-financeiro), para utilização durante o ciclo de vida do projeto?	1) O projeto utiliza um sistema de gestão, monitoramento e rastreamento de informações da sustentabilidade, que considera os pilares da infraestrutura sustentável (ambiental, social, institucional e econômico-financeiro)?	1) O projeto utiliza um sistema de gestão, monitoramento e rastreamento de informações da sustentabilidade, que considera os pilares da infraestrutura sustentável (ambiental, social, institucional e econômico-financeiro)?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para garantir a implementação do sistema de gestão e rastreamento de informações da sustentabilidade durante o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para garantir o funcionamento do sistema de gestão e rastreamento de informações da sustentabilidade? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa para garantir o funcionamento do sistema de gestão e rastreamento de informações da sustentabilidade? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?
			Nível 3	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um Sistema de Gestão de Informação e rastreabilidade da sustentabilidade, que preveja a definição de uma estratégia claramente definida para criação de políticas, metas, métricas, monitoramento e avaliação, e inclua o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários? 2) Está previsto um roteiro para sua implementação, em todas as fases de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.8	<b>Gerenciamento de Passivos Existentes</b>	Os projetos de infraestrutura devem avaliar e abordar os passivos e criar um plano de ação para resolvê-los.	Nível 1	1) Foram identificados passivos existentes na área de influência do projeto?	1) Os passivos identificados e registrados na área de influência estão sendo tratados?	1) Os passivos identificados na área de influência estão sendo tratados?
			Nível 2	1) Existe ou há previsão do desenvolvimento de um plano de ação, com instruções para a elaboração, que estabelece procedimentos a serem seguidos para assegurar que os passivos existentes sejam tratados durante o ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano de ação para garantir que o tratamento dos passivos esteja sendo executado? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa para garantir que o tratamento dos passivos esteja sendo executado? 2) A política estabelece um plano de ação sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?
			Nível 3	1) O plano prevê ainda o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação e garantir o tratamento dos passivos durante o ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
<b>Desenvolvimento de Capacidades</b>						
4.9	<b>Transferência de Conhecimento e Colaboração</b>	Os projetos de infraestrutura devem estabelecer mecanismos para colaboração organizacional, trabalho em equipe, utilização de fontes de conhecimento prévio, transferência de conhecimento e construção de capacidade interna, incluindo conhecimentos e habilidades de engenharia suficientes para projetar, preparar, construir, operar e manter, de forma eficiente, os ativos de infraestrutura.	Nível 1	1) Existem instruções para identificação ou foram identificados mecanismos para colaboração organizacional, trabalho em equipe, transferência de conhecimento e construção de capacidade interna, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Estão identificados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os mecanismos para colaboração organizacional, trabalho em equipe, transferência de conhecimento e construção de capacidade interna?	1) Estão identificados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, os mecanismos para colaboração organizacional, trabalho em equipe, transferência de conhecimento e construção de capacidade interna?
			Nível 2	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano para garantir colaboração organizacional, do trabalho em equipe, da transferência de conhecimento e da construção de capacidade interna, com foco na eficiência do projeto, para todo o ciclo de vida?	1) Existe um plano para a transferência de conhecimento e construção de capacidade interna? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa para transferência de conhecimento e construção de capacidade interna? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?
			Nível 3	1) O plano prevê o estabelecimento de objetivos e indicadores de desempenho, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.10	<b>Integração de Avanços Tecnológicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem construir e manter capacidades para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios durante a concepção e implementação do projeto e aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega para melhorar a sustentabilidade geral do projeto.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções para identificação ou foram identificadas as capacidades para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega, para todo o ciclo de vida do projeto?	1) Estão identificadas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as capacidades para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega?	1) Estão identificadas, revisadas e atualizadas, com periodicidade mínima anual, as capacidades para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano com procedimentos que viabilizem a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano para viabilizar a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa para viabilizar a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?



ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.10	<b>Integração de Avanços Tecnológicos</b>	Os projetos de infraestrutura devem construir e manter capacidades para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios durante a concepção e implementação do projeto e aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega para melhorar a sustentabilidade geral do projeto.	<b>Nível 3</b>	1) O plano prevê o estabelecimento de objetivos e indicadores de desempenho, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação, para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão, para garantir a integração de inovações tecnológicas e de negócios, visando aumentar a durabilidade, flexibilidade, eficiência do uso de recursos e eficácia da entrega? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?

ID	Atributo para o Brasil	Descrição	Nível	Preparação do Projeto	Construção	Operação e/ou descomissionamento
4.11	<b>Coleta de Dados, Monitoramento e Avaliação</b>	Os projetos de infraestrutura devem desenvolver uma coleta de dados robusta e a capacidade de monitorar e avaliar essas informações, fundamentais para a eficácia e sustentabilidade do projeto, bem como para os órgãos de supervisão.	<b>Nível 1</b>	1) Existem instruções para identificação ou foram identificados, para todas as fases do ciclo de vida do projeto, os dados necessários para o monitoramento interno da eficácia e sustentabilidade do projeto, bem como para prestação de contas aos órgãos de supervisão?	1) Estão identificados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, dados robustos que possibilitam o monitoramento e a supervisão para a eficácia e sustentabilidade, bem como prestação de contas aos órgãos de supervisão?	1) Estão identificados, revisados e atualizados, com periodicidade mínima anual, dados robustos que possibilitam o monitoramento e a supervisão para a eficácia e sustentabilidade, bem como prestação de contas aos órgãos de supervisão?
			<b>Nível 2</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou constam procedimentos para coleta, armazenamento e avaliação de dados necessários para o monitoramento interno da eficácia e sustentabilidade do projeto, bem como para prestação de contas aos órgãos de supervisão, para todas as fases do ciclo de vida do projeto?	1) Existe um plano com procedimentos para coleta, armazenamento e avaliação dos dados visando a análise da eficácia e sustentabilidade, bem como prestação de contas aos órgãos de supervisão? 2) O plano estabelece objetivos, metas e indicadores de desempenho?	1) Existe uma política corporativa com procedimentos para coleta, armazenamento e avaliação dos dados, visando a análise da eficácia e sustentabilidade, bem como prestação de contas aos órgãos de supervisão? 2) A política estabelece um plano sobre o tema, com objetivos, metas e indicadores de desempenho?
			<b>Nível 3</b>	1) Existem instruções para a elaboração ou consta um plano que prevê o estabelecimento de objetivos, indicadores de desempenho, bem como inclui o cálculo dos recursos humanos e econômicos necessários para sua implementação?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?	1) Os indicadores do plano são monitorados, com periodicidade mínima anual, e têm seus resultados reportados à alta gestão? 2) São realizados, com periodicidade mínima anual, processos de melhoria contínua, como treinamentos, visando a atingir ou melhorar as metas estabelecidas no plano?